

E-BOOK DO SEMINÁRIO

Educação, Informação, Comunicação e Saúde: Proteções contra a DESINFORMAÇÃO



E-BOOK DO
SEMINÁRIO

Educação, Informação, Comunicação e Saúde:

Proteções contra a DESINFORMAÇÃO



**Salvador - Bahia
2026**



MINISTÉRIO DA
SAÚDE



© 2026 Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), por meio do Instituto Gonçalo Moniz (IGM-Fiocruz Bahia), em colaboração com a Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade do Estado da Bahia (Uneb) e Universidade Federal Fluminense (UFF). De acordo com a Lei nº 9.610, de 19/2/1998, nenhuma parte deste livro pode ser fotocopiada, gravada, reproduzida ou armazenada num sistema de recuperação de informações ou transmitida sob qualquer forma ou por qualquer meio eletrônico ou mecânico sem o prévio consentimento do detentor dos direitos autorais. O conteúdo desta publicação é de inteira responsabilidade dos autores

COMISSÃO ORGANIZADORA

Antonio Marcos Pereira Brotas

Presidente da Comissão
FIOCRUZ/BA

Maria Isabel de Jesus Sousa Barreira

Vice-Presidenta da Comissão
ICI/UFBA

Adroaldo de Jesus Belens

FIOCRUZ/BA

Carmen Lúcia Costa Brotas

ICI/UFBA

Cíntia Mendes Gama

Escola de Nutrição/UFBA

Claudiane de Oliveira Carvalho

FACOM/UFBA

Daniela de Assis Silva

UFRGS

Elisa Andries

FIOCRUZ

Maria das Graças Rojas Soto

FIOCRUZ/Paraná

Andrea Cristiana Santos

UNEB

Maria Ligia Rangel Santos

ISC/UFBA

Natacha Canesso

FACOM/UFBA

Thaiane Oliveira

UFF

Rodrigo Ferrari

FIOCRUZ

Thaiane Moreira Oliveira

Membro
UFF

Valéria de Matos Borges

Membro
FIOCRUZ/BA

Claudiane de Oliveira Carvalho

Membro
FACOM/UFBA

Cristiane Porto

Membro
UNIT

EDITORIAL

Silvana Pereira

Coordenação editorial

Bárbara Almeida

Projeto gráfico e editoração

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária
Rita de Cássia Machado da Silva. CRB 05-16970

S471

E-book do Seminário Educação, Informação, Comunicação e Saúde:
Proteções contra a Desinformação [recurso eletrônico] /
Organizadores, Antonio Marcos Pereira Brota; Maria Isabel de
Jesus Sousa Barreira. – Salvador : FIOCRUZ/BA : UFBA, 2026.
138 p. : il.

ISBN: 978-65-986358-1-7

DOI: 10.5281/zenodo.21933180

1. Desinformação. 2. Saúde pública – Informação. 3. Educação
midiática. 4. Competência em informação. I. Brotas, Antonio Marcos
Pereira. II. Barreira, Maria Isabel de Jesus Sousa. III. Fundação
Oswaldo Cruz (Bahia). IV. Universidade Federal da Bahia.

CDD: 027.0814

COMISSÃO CIENTÍFICA

Maria Isabel de Jesus Sousa Barreira

Presidente da Comissão
ICI/UFBA

Antonio Marcos Pereira Brotas

Presidente da Comissão
FIOCRUZ/BA

Maria Ligia Rangel Santos

Membro
ISC/UFBA

APRESENTAÇÃO

O debate sobre o fenômeno da desinformação, pelo impacto que promove em diversos campos da sociedade, mobiliza diversos atores sociais, entre pesquisadores, professores, profissionais de saúde, gestores públicos, em busca de formas de enfrentamento, que possam mitigar seus impactos. Antes bastante concentrados nos embates da política, os efeitos nocivos da desinformação alcançaram rapidamente a saúde, a ciência, a educação e o meio ambiente, produzindo riscos a vida em coletividade.

Com objetivo de identificar soluções, associando conhecimentos, saberes e práticas de diversas disciplinas, realizamos o Seminário Educação, Informação, Comunicação e Saúde: Proteções contra a Desinformação, nos dias 29 a 31 de julho de 2024, promovido pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), por meio do Instituto Gonçalo Moniz (IGM-Fiocruz Bahia), em colaboração com a Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade do Estado da Bahia (Uneb) e Universidade Federal Fluminense (UFF). A iniciativa conta com o apoio da Fundação de apoio à Fiocruz (Fiotec), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb), da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI), do Ministério da Saúde, da Fiocruz Brasília e do Centro de Integração de Dados e Conhecimentos para a saúde (CIDACS-Fiocruz Bahia). O seminário proporcionou oportunidades para acessar conceitos, teorias, práticas e estratégias de enfrentamento à desinformação: apresentações orais em mesas-redondas, rodas de conversa, grupos de trabalhos, com apresentação de artigos, e posters, lançamento de livros e sessões de autógrafos, além de oficinas formativas e exposições de divulgação científica.

Este e-book amplia o número de publicações sobre o tema, demonstra a diversidade de abordagens apresentadas no Seminário, trazendo perspectivas variadas acerca da desinformação e dos aspectos que a permeiam. Os autores dos dez artigos, que compõem esta seleção, trazem debates importantes sobre os processos desinformativos e as formas de enfrentamento no âmbito da hesitação vacinal e da nutrição, discute as estratégias da educação midiática, destaca os desafios e as inovações construídas no território, além da necessidade regulação. Estas leituras devem ajudar na construção de uma agenda para que as instituições de pesquisa, ensino, governos, organizações da sociedade civil participem desta rede interinstitucional e interdisciplinar.

SUMÁRIO

HESITAÇÃO VACINAL, DESINFORMAÇÃO E DIREITO A SAÚDE	7
Antonio Brotas Carmen Brotas	
DESINFORMAÇÃO, COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO E BIBLIOTECAS: OBSTÁCULOS E OPORTUNIDADES	15
Elizete Vieira Vitorino Eliane Pellegrini Dilva Páscoa De Marco Fazzioni Eliane Rodrigues Mota Orelo André Luiz Avelino da Silva	
A URGÊNCIA DA EDUCAÇÃO MIDIÁTICA: UM ESTUDO COM JOVENS DE SALVADOR E DE PORTO ALEGRE	38
Daniela Silva	
“O QUE SE COME NO CÉU?” MERCANTILIZAÇÃO DA DESINFORMAÇÃO EM SAÚDE POR PRESCRITORES DO “BEM COMER” ENTRE REDES SOCIAIS, LIVROS E TELEVISÃO	49
Débora Previatti Renata da Costa Rocha Luccas de Jesus Pereira dos Santos Lorena Lindsey Coelho Duarte Santos	
EDUCAÇÃO PARA MÍDIA E AS REDES SOCIAIS: MENINOS E JOVENS ANTE A DESINFORMAÇÃO	59
José Antonio Moreira-González Jamilli Cristina da Silva Quaresma	
EDUCAÇÃO EM INFORMAÇÃO: DA AÇÃO À REFLEXÃO E DE VOLTA A AÇÃO	73
Jussara Borges Matheus Levandoski Bruna Heller	

**TRANSTORNOS ALIMENTARES NO TWITTER/(X): INFLUÊNCIA
SOCIOCULTURAL DA INDÚSTRIA DO K-POP EM BRASILEIROS**

82

Lua Oliveira Leal
Ana Carolina Silva Almeida
Ana Flavia Pinto do Nascimento
Letícia Valéria Cruz de Souza
Israel Marques Campos

**SABOTAGEM INFORMACIONAL: QUANDO A MENTIRA MATA
E O SILÊNCIO CONSENTE**

109

Manoel Barral-Netto
Aldina Barral

**DESINFORMAÇÃO E AMAZÔNIA: TERRITÓRIO DE DESAFIOS E INSPIRADOR
DE SOLUÇÕES**

114

Maria Ataíde Malcher
Laura Caroline de Sena Miranda
Valéria do Rosário Trindade Pires

**DESINFORMAÇÃO EM SAÚDE NAS REDES: DEBATE SOBRE
REGULAMENTAÇÃO E TRANSPARÊNCIA**

128

Nelma Camelo Araujo
Juliana Fachin

HESITAÇÃO VACINAL, DESINFORMAÇÃO E DIREITO A SAÚDE

DOI: 10.5281/ZENODO.21944457

Antonio Brotas

Doutor em Cultura e Sociedade pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), mestrado em Comunicação e Cultura Contemporâneas também pela UFBA e pós-doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Divulgação da Ciência, Tecnologia e Saúde da Casa Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz). Bolsista produtividade CNPq.

Carmen Brotas

Doutoranda em Ciência da Informação na Universidade Federal da Bahia. Mestre em Direito pela Universidade Federal da Bahia (2010). Bolsista CAPES.

INTRODUÇÃO

A tecnologia digital gerou importantes benefícios para a sociedade, uma vez que, por meio dela, foi possível, por exemplo, alcançar diagnósticos médicos mais precisos e precoces bem como reduzir barreiras comunicacionais. Estar informado tornou-se mais fácil e cômodo, uma vez que, pelo *smartphone*, *notebook*, se pode ter acesso aos diversos conteúdos sem a necessidade de grandes esforços. No entanto, esta simplicidade, aliada ao alcance e a rapidez que o aparato tecnológico disponibiliza, também contribuiu para a configuração do complexo problema da desinformação digital, pois as narrativas falsas conseguem atingir grande contingente de pessoas em curto tempo, gerando confusão informacional que tem alicerçado a crise epistêmica por que passam diversas instituições, dentre as quais está a ciência.

Nesta direção, as descobertas/conclusões científicas passaram a ser questionadas sem o amparo em evidências, fazendo (re)surgir, dentre outras narrativas, os discursos relativos à negação da mudança climática, ao terraplanismo e ao criacionismo, bem como o movimento antivacina. Esta crise refere-se à passagem do regime de verdade, em que existia a confiança nas instituições, que eram concebidas como legítimas, tendo, por isto, seus produtos e discursos apreendidos e respeitados, para aquele regulado pela crença individual, com a disputa de narrativas e a propagação de teorias conspiratórias, as quais, até causarem impactos significativos na sociedade, são percebidas como conhecimento estigmatizado (Oliveira, 2020, p. 22).

Este quadro é propício para a emergência e o fortalecimento de fenômenos informacionais, que distantes da verdade dos fatos e científica, propaga a desconfiança que

afasta as pessoas de condutas que, em épocas passadas, alicerçavam índices comemorados na área da saúde, sendo a cobertura vacinal, no Brasil, um deles. A partir da desinformação, os indivíduos passam a aderir à hesitação e/ou recusa vacinal, tornando o cenário adequado para o retorno de doenças que já eram consideradas eliminadas ou controladas no território brasileiro.

Diante deste quadro, é essencial salientar o liame existente entre os fenômenos desinformativos e a concretização do direito humano à saúde, uma vez que a busca e o uso dos serviços relacionados a esta seara da vida humana demandam o acesso à informação íntegra que seja capaz de conduzir o indivíduo a compreensão adequada acerca da preservação e/ou restabelecimento do estado de saúde. A influência negativa que a desinformação pode causar foi demonstrada durante a crise pandêmica, quando os indivíduos, com base em inverdades, refutaram as medidas indicadas pela ciência, o que incluiu também a vacina/vacinação. Neste período, uma das espécies da desinformação – o negacionismo científico – emergiu nas sociedades e passou a ditar a conduta de determinados grupos no sentido de hesitar em se imunizar e/ou recusar a vacina, o que não se limitou ao imunizante da COVID, mas se expandiu para aqueles relativos ao HPV, Hepatite, Sarampo dentre outros. Desta forma, o Brasil, que conta com a distribuição gratuita de vacina pelo Sistema Único de Saúde – SUS, teve decréscimo significativo nos índices de cobertura vacinal que, segundo o Ministério da Saúde, em 2015, estava no patamar de 95%, mas alcançou, em 2021, 59%.

A desinformação difundida por meio digital gerou impacto negativo na concretização do direito à saúde, promovido pela disponibilização de vacinação, medicamentos, tratamentos e prevenção para a população. A questão informacional demonstrou-se essencial no período pandêmico e após a superação daquela crise, uma vez que ainda é possível se encontrar, principalmente no meio virtual, narrativas que indicam que as vacinas causam autismo ou câncer e oportunizam a implantação de chips. Assim, esta realidade revela-se desafiadora para as sociedades, não podendo ser percebida como problema científico, uma vez que perpassa diversas camadas sociais, inclusive a da efetivação dos direitos humanos e dos aspectos atinentes às estratégias informacionais.

DESINFORMAÇÃO

O acesso à informação é concebido como necessário para que se adquira conhecimento a fim de tornar a pessoa esclarecida, porém quando o conteúdo não está fincado na verdade científica, embasando-se em afirmações que se distanciam do quanto afirmado pela Ciência, a questão passa a atingir a concretização de diversos direitos humanos, dentre eles o da saúde. Este direito que tem natureza constitucional, além da dimensão individual traz, em si, aquela de ordem coletiva, uma vez que, por exemplo, ao se vacinar, o indivíduo busca a sua própria imunização, mas também contribui para que determinada doença não se prolifere na sociedade. Em outros termos, há, neste caso, além da promoção pessoal da saúde, a perspectiva coletividade, sendo que sem aquela de índole pessoal, fica impossibilitada a promoção social da saúde.

A desinformação pode aparecer de diversas formas: *fake news*, testemunho e negacionismo. As primeiras se destacam como conteúdos que aparentam ser produto jornalístico legítimo, mas trazem conteúdos falsos e/ou descontextualizados. Elas utilizam-se de pronunciamentos de pseudoautoridades e apresentam-se com elementos jornalísticos legítimos (linguagem, editoração etc.) para difundir enunciados falsos, tendo a intenção de enganar e conduzir os indivíduos a comportamentos e concepções fincadas na inverdade. Os testemunhos falsos, por sua vez, se referem à fofoca, aos rumores, estabelecendo-se “na oposição às instituições, na crença de que universidades, escolas, cientistas, veículos de jornalismo, organizações internacionais são todos manipuladores, doutrinadores, agentes conspiratórios, e que, portanto, não merecem credibilidade” (Araújo, 2021, p. 5). Ele se manifesta nos casos em que o indivíduo anuncia que conhece alguém que vivenciou experiência que mostra, segundo a narrativa disseminada, a impertinência das alegações proferidas por cientistas. Na época da crise epidêmica foi muito difundida, ao se afirmar que pessoas que ingeriam medicamentos (ivermectina e vitamina C) sem comprovação científica sobreviveram a doença por este motivo.

Por fim, o negacionismo aparece pelo emprego de táticas retóricas difundidas com o objetivo de criar a aparência de argumentação legítima, mas que, em verdade, instalam a dúvida ou a certeza de que os produtos advindos da ciência não trazem benefícios para os indivíduos (Hoofnagle; Hoofnagle, 2007). Ele se firma, de forma ordinária, em teorias da conspiração injustificadas, uma vez que indicam a existência de trama, de conluio maléfico que os negacionistas admitem desvelar em favor de um bem maior (Perini-Santos, 2025). Enfatiza-se que um dos casos emblemáticos que envolvem esta forma de desinformação diz respeito à indústria de tabaco, que, para afastar a relação de causalidade entre o fumo e o câncer, promoveu a divulgação de narrativas que indicavam a existência de pesquisas científicas que questionavam este liame. Por conseguinte, é importante lembrar a influência das grandes corporações nesta discussão, ressaltando-se que enquanto para o indivíduo trata-se de uma questão de saúde, para estes entes o cerne está na manutenção e/ou ampliação dos retornos financeiros.

O negacionismo tem como ponto central a deslegitimação das autoridades cognitivas a partir da geração de dúvidas acerca de conhecimentos admitidos como verdadeiros por instituições sociais habilitadas para auferir tal qualificação (Duarte, César, 2020). Por meio dele, dissemina-se a dúvida, fomentando comportamentos desconfiados ou indiferentes quanto ao valor dos produtos advindos da ciência, da imprensa, das universidades e dos Poderes instituídos. Hoofnagle e Hoofnagle (2007) apontam a conspiração, a seletividade (escolha de dados favoráveis), a indicação de falsos especialistas (pseudoautoridades cognitivas), as expectativas impossíveis (também conhecidas como metas mutáveis) e as falácias lógicas como estratégias utilizadas, de forma ordinária, pelos negacionistas.

O cenário que se delineou a partir destes fenômenos informacionais fez emergir a ideia de infodemia que se caracteriza pela gigantesca, abrangente e veloz disseminação de narrativas falsas, perfazendo ambiente em que há mais desinformação do que informa-

ção íntegra (Araújo, 2021, p. 6). Neste ambiente infodêmico, as decisões individuais e/ou coletivas são adotadas também a partir da desinformação, fator que contribui para que o enfrentamento deste complexo problema seja qualificado como desafiador e demande a atuação de diversos e distintas autoridades e instituições.

O DIREITO HUMANO À SAÚDE

Os direitos humanos, dentre os quais está o relativo à saúde, amparam-se no preceito da dignidade da pessoa humana que deve constituir pilar de sociedade democráticas. Desta forma, conforme abordam Oliveira, Teles e Casara (2021, p. 69) “o respeito pelo que, por consenso, se entende como direitos humanos, na verdade, se expressa em uma busca constante pela defesa da dignidade humana e pela preservação da justiça”. A Constituição Federal de 1988 situa a saúde como direito de todos e dever do Estado, sendo a sua promoção o alicerce da implementação do Sistema Único de Saúde (SUS) por meio da Lei nº 8080, de 19 de setembro de 1990, que, com amparo nas disposições constitucionais, tem como ponto de atuação a promoção da saúde como direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício, o que perpassa a disponibilização de informação íntegra acerca de temáticas afetas à saúde e o enfrentamento das ofensivas desinformativas.

Ainda que se deva afastar a apropriação e utilização acrítica de preceitos, recomendações e conceitos firmados pela Organização das Nações Unidas (ONU), uma vez que não se deve perder de vista que esta entidade está impregnada de compreensões inerentes ao Norte-global, é crucial destacar que ela indica que a desinformação, ao atingir a integridade da informação, que é concebida pela ONU (2023, p. 5) como referente à precisão, consistência e confiabilidade do conteúdo difundido, têm o potencial de obstaculizar a implementação dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que foram estabelecidos, em 2015, como metas globais para a transformação do mundo. Eles compõem a Agenda 2030 que é um plano global para implementar os ODS até o ano de 2030, promovendo vida digna para todos. Estes ODS são, em verdade, desdobramentos dos direitos humanos e fundamentais, que devem ser respeitados por estarem vinculados ao preceito da dignidade da pessoa humana, que inclusive é um dos fundamentos, segundo a Constituição Federal de 1988, do Estado Brasileiro. Dentre estes objetivos está aquele de número 3 – Saúde e Bem-Estar que diz respeito a garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Vale destacar que a saúde constitui direito inalienável da pessoa humana, que também tem índole universal, devendo a sua promoção ser acompanhado do respeito à outros direitos que são, igualmente, importantes, dentre os quais está aquele que se refere ao acesso à informação verdadeira. Assim sendo, admite-se que a sua concretização perpassa o acesso à conteúdos verídicos, que esteja embasado em pesquisas e descobertas científicas, razão pela qual, conforme já anunciado, entende-se que a sua implementação engloba

também a divulgação e o acesso de informações íntegras que possam guiar os cidadãos à comportamentos saudáveis, o que inclui a alimentação, o tratamento e a prevenção.

As campanhas informativas para a conscientização acerca de temas inerentes à saúde, sempre estiveram dentre as ações realizadas pelo SUS, porém, no atual contexto socio-informacional, ele se revela ainda mais relevante e desafiador. É nesta perspectiva que Pinto e Magalhães (2020, p. 142) advertem que o fenômeno de propagação da desinformação na área da saúde é global, figurando como difusores atores de variados âmbitos sociais, dentre os quais estão agentes de governos e partidos políticos, que, fazendo uso das plataformas digitais, adotam posição negacionista que repercutem também no ambiente offline. O negacionismo sobre vacina/vacinação relativo à pandemia fez a Organização Mundial da Saúde (OMS) definir a recusa/hesitação vacinal como uma das maiores ameaças à saúde pública.

No Brasil, ainda que a distribuição do imunizante seja gratuita pelo Programa Nacional de Imunizações (PNI) do SUS, houve redução dos índices de vacinação. Segundo o Ministério da Saúde (MS), a cobertura vacinal, em 2019, era 73%, em 2020, 67% e, em 2021, atingiu 59%, enquanto, em 2015, na maior parte do Brasil, estava acima dos 95%. Ainda que desde o advento da primeira vacina moderna existam receios públicos acerca da inoculação, o problema da hesitação vacinal tem se revelado presente de forma mais acentuada em diversos países. Desta forma, a cada ano, cerca de 50.000 pessoas nos EUA e 1,5 milhão em todo mundo morrem devido a hesitação vacinal (Benis et al., 2021, p. 2).

A hesitação vacinal tem especial destaque quando a abordagem versa acerca da relação entre desinformação e direito à saúde, uma vez que o negacionismo relativo aos imunizantes alimenta condutas que se distanciam da proteção pela vacinação. Ainda que seja possível apontar que a hesitação vacinal possui fontes diversas que englobam aquelas de índole religiosa, moral até existencial, é fundamental, incluir nesta discussão a desinformação estabelecida nos aspectos ideológico-partidários que, ultrapassando o campo político, repercutem também na promoção da saúde (Succi, 2018, p. 576). Apesar de a recusa e/ou hesitação vacinal não constituírem fenômeno exclusivo da atualidade, ela se apresenta, atualmente, com o diferencial de ser difundida por meio das redes sociais digitais, que inauguram formas das pessoas interagirem entre si e com a informação, sem, necessariamente, atentarem para a veracidade/falsidade dos conteúdos.

Diante da complexidade que apresenta a desinformação relativa à hesitação da vacina/vacinação, ela não pode ser vinculada apenas às abordagens médico-científicas, mas deve englobar também a discussão das implicações socioculturais e morais que envolvem o resultado do processo histórico e da concepção acerca da relação entre direito individual e da coletividade. Faz-se necessário, portanto, que o seu enfrentamento seja realizado a partir de visão interdisciplinar, que conjugando olhares de diversos campos do conhecimento, possibilitem a formação de rede capaz de compreender e, a partir do seu entendimento, propor estratégias que visem mitigar os seus danos.

Neste sentido, a educação midiática se revela imprescindível, uma vez que, por meio dela, será possível se formar cidadãos capazes de, ao acessar determinado conteúdo, os examinar, tanto no que se refere à (im)pertinência para sanar a sua necessidade informacional, quanto para lhe guiar à condutas que estejam em harmonia com o exercício da cidadania, o que envolve o seu uso ético e responsável e a preservação dos direitos humanos, dentre os quais está aquele relativo à saúde. Dito em outras palavras, é necessário que a promoção do direito à saúde seja efetivada junto com aquela relativa à educação, uma vez que o sujeito formado para cidadania, usando-se a compreensão de Paulo Freire (1996), por agir de forma emancipada e autônoma, será capaz de avaliar os conteúdos e aderir aquele que melhor favoreça a sua saúde. É preciso que o processo educacional, fincado na informação íntegra, prepare o indivíduo para atuação na sociedade que, por estar permeada e marcada por interesses políticos e econômicos diversos, pode reservar-lhe armadilhas que o afastam da cidadania e, em consequência, da efetivação dos direitos humanos, dentre os quais está aquele relativo à saúde.

A apresentação de checagens e argumentos que demonstram a falsidade dos enunciados, ainda que seja necessária, se revela insuficiente devido a impossibilidade de se alcançar a mesma audiência que teve acesso ao conteúdo inverídico. O adequado é que cada indivíduo tenha formação educacional adequada para que, por si mesmo, interrompa o círculo desinformativo, uma vez que a circulação rápida e eficaz é essencial para a perpetuação deste cenário informacional e de violação dos direitos.

Desta forma, a comunicação e a informação em saúde caracterizam-se como estratégicas para se atingir as metas relativas à saúde, uma vez que têm o potencial de ampliar o consenso social sobre a eficácia e a necessidade de manutenção da política pública relativa a vacina/vacinação. Como um fenômeno de natureza complexa, o negacionismo científico pode ser percebido a partir de vértices multifatoriais que englobam questões sociais, culturais, políticas e pessoais, que atuando de forma isolada ou articulada, criam crenças, que, por sua vez, orientam atitudes e comportamentos prejudiciais a implementação do direito humano à saúde. Neste cenário, a hesitação/recusa vacinal não pode ser explicada pelo déficit cognitivo, pois os indivíduos tendem a buscar esquemas alternativos, mesmo quando o imunizante está disponível nos serviços públicos de saúde (Dubé, et al, 2013). Em outros termos, é preciso a conjugação de forças para o enfrentamento destes problemas, com o envolvimento necessário do processo educacional realizado para e na cidadania.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No discurso negacionista sobre vacina/vacinação prevalece a narrativa que vincula a imunização com possíveis causas de doenças, riscos à segurança e saúde. Esta percepção é multifatorial, abrangendo questões religiosas, socioculturais, de filosofia de vida, mas

também de ordem informacional, permeada pela discussão político-ideológico. Assim, a abordagem direciona a esta problemática não está limitada a seara médica, mas envolve, na contemporaneidade, também as questões relacionadas a propagação de desinformação por meio digital.

A questão do conflito entre a autonomia individual e a observância à recomendação das autoridades/obrigatoriedade prevista no ECA, está impregnada pelos conteúdos falsos, os quais representam importante elemento para o incremento da cobertura vacinal. Assim, são necessárias ações divulgadoras de informação de qualidade acerca da vacinação, conforme realizado pelo Ministério da Saúde. Ainda que seja possível indicar a necessidade de se ampliar a divulgação destes conteúdos confiáveis acerca da referida temática, é importante salientar que, segundo os dados disponibilizados pelo MS, no final de 2023, se verificou tendência a recuperação da imunização relacionada a diversas enfermidades. A vacinação contra a poliomielite (2022 – 67,10% e 2023 – 74,60%), meningocócica (2022 – 75,30% e 2023 – 79,80%), Hepatite (2022 – 73% e 2023- 79,50%) evidencia o referido direcionamento a possibilidade de se alcançar os patamares já atingidos no Brasil.

A pesquisa ratifica a necessidade de se incrementar as ações que visam esclarecer o cidadão acerca dos benefícios do imunizante, bem assim que coíbam a desinformação acerca da vacina/vacinação, uma vez que, além da mácula ao direito a informação verdadeira que todo cidadão detém, este fenômeno informacional, neste caso, pode causar danos a saúde coletiva.

É válido asseverar que o suscitado direito a saúde, está contemplado na Constituição Federal Brasileira, bem como dentre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS estabelecidos pela Organização das Nações Unidas, notadamente, aquele de número 3 – Saúde e bem-estar, o qual visa “assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades”. Portanto, concebe-se que a promoção deste direito, além da disponibilização dos insumos, estrutura diretamente afeta ao tratamento e prevenção das enfermidades, perpassa pelos esclarecimentos dos cidadãos a fim de que, de forma consciente, possam exercê-lo e, sobretudo, exigí-lo.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. (2021/08). Infodemia, desinformação, pós-verdade: o desafio de conceituar os fenômenos envolvidos com os novos regimes de informação. *IRIE: Internacional Review of Information Ethic*. Vol. 30. Disponível: <https://informationethics.ca/index.php/irie/article/view/405/418>. Acesso: 20 de maio de 2023.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Infodemia, desinformação, pós-verdade: o desafio de conceituar os fenômenos envolvidos com os novos regimes de informação. **The International Review of**

Information Ethics, Edmonton, Canadá, v. 30, n. 1, 2021. DOI: 10.29173/irie405. Disponível em: <https://informationethics.ca/index.php/irie/article>. Acesso em: 13 nov. 2023.

BENIS, A.; SEIDMANN, A.; ASHKENAZI, S. **Reasons for taking the COVID-19 vaccine by US social media users. Vaccines**, [S.l.], v. 9, n. 315, p. 1-17, 2021.

DUARTE, André de Macedo; CÉSAR, Maria Rita de Assis. Negação da Política e Negacionismo como Política: pandemia e democracia. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 45, n. 4, e109146, 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/2175-6236109146>

Dubé E, Laberge C, Guay M, Bramadat P, Roy R, Bettinger J. Vaccine hesitancy: an overview. **Hum Vaccin Immunother**. 2013 Aug;9(8):1763-73. doi: 10.4161/hv.24657. Epub. 2013 Apr 12. PMID: 23584253; PMCID: PMC3906279.

Freire, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa / Paulo Freire. – São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HOOFNAGLE, Mark; HOOFNAGLE, Chris Jay. **What is Denialism?** (April 30, 2007). Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=4002823> or <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.4002823>. Acesso em: 30 jan. 2026.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Imunizações – Cobertura – Brasil**. Disponível em: https://tabnet.datasus.gov.br/cgi/webtabx.exe?bd_pni/cpnibr.def. Acesso em 15 de maio 2025.

OLIVEIRA, Maira Helena Barros de; TELES, Nair; CASARA, Rubens Roberto Rabello. **Direitos Humanos e Saúde**: reflexões e possibilidades de intervenção. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2021.

OLIVEIRA, Thaiane. Desinformação científica em tempos de crise epistêmica: circulação de teorias da conspiração nas plataformas de mídia sociais. **Fronteiras - Estudos Midiáticos**, Porto Alegre, v. 22, n. 1, p. 21-35, 2020. Quadrimestral. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/fem.2020.221.03>. Acesso em: 01 maio 2024.

ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Integridade da Informação nas Plataformas Digitais. **Informe de Política Para A Nossa Agenda Comum**, Distrito Federal, p. 1-27, out. 2023. Disponível em: [https://brasil.un.org/sites/default/files/2023 10/ONU_Integridade_Informacao_Plataformas_Digitais_Informe-Secretario-Geral_2023.pdf](https://brasil.un.org/sites/default/files/2023%2010/ONU_Integridade_Informacao_Plataformas_Digitais_Informe-Secretario-Geral_2023.pdf). Acesso em: 02 maio 2024.

PERINI-SANTOS, Ernesto. **Viver é fácil de olhos fechados**: fake news, negacionismos e teorias de conspiração. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2025.

PINTO, Pâmela.; DE MAGALHÃES CARVALHO, Eleonora. O enfrentamento à desinformação sobre saúde pública no Brasil: registros entre 2020 e 2022. **Revista Eco-Pós**, [S. l.], v. 26, n. 01, p. 140–167, 2023. DOI: 10.29146/eco-ps.v26i01.28051. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/28051. Acesso em: 18 maio. 2025.

SUCCI, Regina Célia de Menezes. Vaccine refusal—what we need to know. **Jornal de Pediatria**, Porto Alegre, 94 (6), nov./dez. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jped.2018.01.008>. Disponível em: [https:// www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0021-75572018000600574](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0021-75572018000600574).

DESINFORMAÇÃO, COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO E BIBLIOTECAS: OBSTÁCULOS E OPORTUNIDADES

DOI: 10.5281/ZENODO.21944809

Elizete Vieira Vitorino¹;

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
elizete.vitorino@ufsc.br

Eliane Pellegrini;

Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC)
elianepellegrini@gmail.com

Dilva Páscoa de Marco Fazzioni;

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
dilvafazzioni@gmail.com

Eliane Rodrigues Mota Orelo;

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
elianeorelo@gmail.com

André Luiz Avelino da Silva;

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
andre_luiz93@live.com

RESUMO

Elaborado a partir de reflexões oriundas de pesquisas - finalizadas e em andamento, este trabalho tem como objetivos, colaborar com as reflexões e discussões do “Seminário Educação, Informação, Comunicação e Saúde: Proteções Contra a Desinformação”, além de compartilhar as ideias das pessoas integrantes do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Competência em Informação (GPCIn), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e que estudam a Competência em Informação desde o ano de 2006. O trabalho se concentra em três grandes temas: Desinformação, Competência em Informação e Bibliotecas. Para estes temas, aponta obstáculos, desafios e oportunidades e, principalmente, as vivências das pessoas do Núcleo GPCIn ao longo desse tempo de imersão no ensino, na pesquisa e na extensão no campo da Competência em

1 Vencedora da 4ª. edição do Prêmio Mulheres na Ciência- UFSC- 2024- Área de Humanidades, Categoria Plena.

Informação. Conclui, reforçando sobre a urgência em criar Programas de Competência em Informação (PDCIn) para grandes públicos, cumprindo a função social da Biblioteconomia e aponta para a prática como um dos próximos desafios para a Competência em Informação.

Palavras-chave: Competência em Informação; educação; desinformação; bibliotecas

1 INTRODUÇÃO

Você sabe o que é uma necessidade de informação? Você sabe que a necessidade de informação é a “porta de entrada” para a Competência em Informação e que se trata do momento mais difícil e crucial para que a compreensão do universo de dados e de conteúdos se estabeleça e que o conhecimento alcance os níveis necessários para minimizar tais lacunas? As pessoas, em geral, não refletem sobre suas reais necessidades de informação; apenas buscam respostas para o que sentem como necessidade. Essas buscas vão desde questões triviais do dia a dia até as mais complexas, para responder aos altos níveis de questionamentos científicos. Muitas vezes, as pessoas fazem buscas por conteúdos de forma rápida, com pouca atenção e foco, o que pode levar a interpretações equivocadas, sujeitas à manipulação e desinformação- algo cada vez mais recorrente em nossa sociedade.

Por este e por outros motivos, uma nova pergunta pode se estabelecer: você sabe como definir uma necessidade de informação? Quais as fronteiras, os caminhos e as possibilidades para atender, responder, resolver uma necessidade de informação? Este texto trata disso, mas não somente. Nos ocupamos aqui de trazer algo à tona, das bases da Biblioteconomia, Grogan (1995) e o processo de referência- o problema, a necessidade de informação, a questão inicial, a entrevista de referência, a estratégia de busca, a resposta e, finalmente, a solução, mas com o olhar voltado à atualidade. Dessa forma, iniciamos “com um pé no tradicional” para compreendermos os obstáculos e desafios da Competência em Informação² nos dias de hoje.

2 Adotamos aqui o uso de “Competência em Informação”, iniciando com letras em maiúsculas, por entender que se trata de um campo de estudos e de uma disciplina e que por sua vez é uma das possíveis versões adotadas no Brasil para *Information Literacy*. Atualmente esta é uma das expressões mais adotadas no cenário brasileiro. A título de exemplo quanto ao uso de outras expressões, e, em consultas recentes (20/08/2025) ao buscador “Google”, para as expressões (entre aspas): “competência em informação”, resultaram em aproximadamente 123.000 resultados; “competência informacional”, aproximadamente 61.000 resultados; “alfabetização informacional”, aproximadamente 27.600 resultados; “letramento informacional”, aproximadamente 17.900 resultados, o que pode também denotar a predominância do uso de Competência em Informação como preferencial nos estudos e pesquisas.

No nosso cotidiano, situações inesperadas, por vezes, exigem dados rápidos e precisos. Não há espaço para erros em determinadas situações, por exemplo, uma complicação repentina de saúde. Podemos pensar, numa situação hipotética, na qual uma pessoa é diagnosticada com uma apendicite, com risco de rompimento e que requer, cirurgia de emergência. Saber buscar dados de forma rápida e assertiva é essencial. Onde posso ser atendido nesta condição? O hospital tem convênio ou é hospital público? Aceita o convênio de saúde contratado por mim? Há médicos cirurgiões? É especialista ou cirurgião geral? Se ocorrer de fato o rompimento do apêndice, pode haver complicações, precisarei de leito em Unidade de Terapia Intensiva (UTI)? O hospital onde estou sendo atendido dispõe de leitos de UTI? Há vagas?

São questionamentos que se revelam importantes. Isto se aplica a outras situações, tais como um acidente, um infarto, um AVC. Situações que colocam a vida imediatamente em risco e requerem ações rápidas, e saber o que fazer, com dados e conteúdos certos pode ser o diferencial, pode salvar vidas.

Partindo dessa ideia inicial, este documento, elaborado a partir de ideias originais e de reflexões oriundas de pesquisas³ - finalizadas ou em andamento - tem como objetivo maior, colaborar com as reflexões e discussões do “Seminário Educação, Informação, Comunicação e Saúde: Proteções Contra a Desinformação”, evento criado para “debater as contribuições da divulgação científica e da educação midiática no enfrentamento à desinformação em ciência e saúde, apontando os principais desafios frente ao espalhamento de informações falsas e enganosas[...]”⁴

Em específico, o foco deste “coletivo de conteúdos” - como assim denominamos pessoas integrantes do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Competência em Informação (GPCIn)⁵ e que estudam a Competência em Informação desde o ano de 2006 - já se vão quase 20 anos! - se concentra em tratar de três grandes temas: **Desinformação, Competência em Informação e Bibliotecas**. Para estes temas, nos ocupamos de apontar obstáculos, desafios e oportunidades, naquilo que temos estudado e vivenciado tanto no ensino, como na pesquisa⁶ e extensão, mas também em orientações de TCC, monitoria, PIBIC, especialização, mestrado, doutorado e pós-doutorado e, principalmente, nas vivências que tivemos ao longo desse tempo de imersão no campo da Competência em Informação.

3 Cabe destacar que as bases do texto aqui elaborado são resultado da apresentação na “Mesa Redonda – 2: Bibliotecas e competências em informação no enfrentamento à desinformação”, atividade que ocorreu no dia 30/07/2025, das 11:00-12:30, cujos palestrantes Maria Isabel Barreira (UFBA), Elizete Vieira Vitorino (UFSC) e Marianna Zattar (UFRJ/Fiocruz), sob a mediação de Adriano da Silva (ICICT- Fiocruz), discorreram sobre o tema, bem como interagiram com a plateia sobre conceitos, assuntos relacionados e questões emergentes.

4 <https://seisdesin2025.softaliza.com.br/>

5 <https://gpcin.ufsc.br/>; <https://gpcin.org/>

6 A autora Elizete Vieira Vitorino agradece ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil, Bolsa Produtividade em Pesquisa (PQ2), Processo: 308477/2022-7, período 2023-2026.

2 DAS BASES DA BIBLIOTECONOMIA AOS OBSTÁCULOS PARA A COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO

O processo de busca por informação, segundo Grogan (1995), tem início com a percepção de um problema. As origens do problema podem ser externas, derivadas do contexto social ou situacional, ou internas, de natureza psicológica ou cognitiva. No entanto, o autor destaca que muitos dos problemas cotidianos não são passíveis de solução por meio da informação, e que, mesmo nos casos em que seriam, as pessoas nem sempre os reconhecem como tal (Grogan, 1995).

A partir do momento em que a pessoa percebe que precisa saber algo para lidar com o problema, inicia-se uma segunda etapa importante, denominada necessidade de informação. Nesse ponto, a necessidade de informação pode ainda ser vaga, difusa ou até inconsciente. Grogan (1995), referindo-se à concepção de Robert S. Taylor, chama esse tipo de necessidade de “visceral”: um sentimento interno de que algo precisa ser compreendido, mesmo sem clareza total sobre o que exatamente se procura. Essa necessidade pode surgir tanto de uma questão prática quanto de um impulso mais abstrato, como o simples desejo de saber ou a curiosidade. Essa curiosidade, muitas vezes vista como algo trivial, é uma característica marcante de uma mente ativa e inteligente.

O reconhecimento da necessidade de informação, etapa inicial do processo de referência descrito por Grogan (1995), é centrada na pessoa e se alinha diretamente com as fases iniciais da Competência em Informação, entendida como um processo de busca e avaliação crítica da informação, incluindo ainda, capacidades de “aprendizado do acesso e uso da informação de forma inteligente para a construção do conhecimento e aplicação à realidade social, além de envolver questões mais amplas como o exercício da cidadania e o aprendizado ao longo da vida” (Belluzzo, 2021, p. 6). A Competência em Informação consiste num processo de desenvolvimento humano, quanto ao universo informacional, que depende de valores, comportamentos, atitudes, habilidades e conhecimentos- tanto para a competência quanto para a informação- e que se articula por meio do equilíbrio das dimensões técnica (saber fazer), estética (sensibilidade e criação); ética (saber fazer bem o dever e buscar o bem comum) e política (partilha, coletivo, social) (Vitorino, 2022; Vitorino; Pinho Neto, 2023).

Desta forma, para além do reconhecimento de uma necessidade de informação, são necessários outros elementos e mecanismos, bem como algumas habilidades, mesmo que iniciais, para a busca da informação, tais como, saber identificar fontes sérias, analisar a informação para sanar suas necessidades, resultando, em algum grau, no aprendizado. E, mais que isso! Sintetizar aquilo que de fato é útil — conteúdos pertinentes — e, como num ciclo virtuoso, comunicar e partilhar a informação com outras pessoas. Podemos inferir, portanto, que esse aprendizado vai se tornando cada vez mais consistente à medida que comportamentos, valores, conhecimentos, atitudes e habilidades convergem para esse processo, ou seja, a Competência em Informação.

De acordo com Grogan (1995), muitas vezes a necessidade de informação é difusa, inconsciente ou mal definida, o que nos remete a um aspecto fundamental da Competência em Informação: a capacidade de reconhecer que há uma lacuna no próprio conhecimento. Sem esse reconhecimento, a pessoa não se engaja ativamente na busca por dados ou fontes confiáveis. Além disso, quando Grogan (1995) menciona a transição de uma necessidade “visceral” para uma ação concreta de busca, ele reflete sobre a progressão no desenvolvimento da Competência em Informação, na qual as pessoas deixam de ser passivas diante dos dados e se tornam agentes ativos no manejo de conteúdos e na construção do próprio conhecimento.

A ideia de que nem todos os problemas são reconhecidos como passíveis de serem resolvidos com os dados disponíveis, também é central para entender a importância de formar pessoas Competentes em Informação. A Competência em Informação, nesse sentido, atua no empoderamento, permitindo que as pessoas em efetiva “presença”, desenvolvam consciência crítica sobre quando e como dados e conteúdos podem (ou não) ajudar a resolver uma questão prática, social ou intelectual.

Sob este panorama inicial, alguns questionamentos tornam-se necessários: quais os obstáculos a transpor para que a Competência em Informação se efetive e se desenvolva nas pessoas em meio à desinformação - práticas de difusão intencional de dados e conteúdos falsos direcionada a pessoas, grupos ou instituições em situação de vulnerabilidade? Há espaço para “educar para a informação”? O que podemos dizer sobre a ansiedade de informação - muita pressa, pouco foco e falta de atenção plena quanto ao cenário informacional? Quais as perspectivas e oportunidades?

2.1 ANSIEDADE DE INFORMAÇÃO

Na era digital, o grande volume de e-mails, mensagens e notificações via aplicativos e redes sociais provoca uma sobrecarga de dados e de conteúdos e cria um ambiente favorável ao surgimento da ansiedade de informação.⁷

7 Para saber mais sobre o tema, vale a consulta a Dissertação de Mestrado de Marcela Reinhardt de Souza, defendida no ano de 2019, com o título “Competência em informação e ansiedade de informação: conexões possíveis” que objetiva “analisar as convergências existentes entre a competência em informação e a ansiedade de informação. Para atender ao objetivo geral, caracteriza a competência em informação, o excesso de informação, a sobrecarga de informação e a ansiedade por excesso de informação; identifica nos estudos sobre a ansiedade de informação uma conexão possível com a competência em informação e apresenta elementos para modelos de competência em informação com proposição de redução da ansiedade de informação”. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/214624/PCIN0210-D.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>

Uma pesquisa global encomendada pela multinacional canadense OpenText – uma das líderes globais no setor de gerenciamento de informações empresariais – e divulgada pela Associação Brasileira das Empresas de Software, revelou que quatro em cada cinco (79%) entrevistados no Brasil, acreditam que o excesso de informação contribui para o estresse diário (ABES, 2022). E esse excesso de dados e conteúdos não vem somente por meio digital; acontece no dia a dia, na fala entre as pessoas.

A comunicação interpessoal recebe sobrecarga por meio das ideias, dos sentimentos e dos significados que se quer transmitir e que, por sua vez, dificultam o entendimento. Nesse contexto, a forma como a mensagem é transmitida ganha tanta importância quanto o conteúdo.

Como lembra Wurman (1991, p. 38):

A maior parte da informação que recebemos não é apresentada de uma forma que possamos compreendê-la. A informação, por si só, não ilumina. É a apresentação da informação que a torna compreensível. O “como” é tão importante quanto o “o que” (Wurman, 1991, p. 38).

A comunicação vocal pode mitigar ou agravar a ansiedade de informação. Uma voz monótona, apressada ou dissonante pode aumentar a incerteza e a sobrecarga cognitiva do ouvinte, gerando desconfiança. Por outro lado, uma emissão vocal clara, empática e bem modulada funciona como um filtro de relevância, confirmando a importância da mensagem. Os signos, significados e mensagens (semiótica do som⁸) vão muito além das palavras que estão sendo ditas. Por isso, há necessidade de filtrar conteúdos seguindo os preceitos da Competência em Informação, e a semiótica do som é um ingrediente importante nesse processo e pode ser um diferencial para reduzir a ansiedade, aumentar o engajamento e garantir que a mensagem seja efetivamente recebida e validada.

E para além disso, a Competência em Informação pode minimizar os efeitos “imbecilizantes” de conteúdos na comunicação (partilha)- muito rápida, potencializada pelas ferramentas digitais (basta um “clic” para a disseminação massiva de conteúdos enganosos) cuja proporção alcança ampla audiência!

2.2 DESINFORMAÇÃO

A desinformação contempla práticas de difusão de dados e conteúdos falsos direcionados a indivíduos, grupos ou instituições em situação de vulnerabilidade, com o

8 A semiótica do som analisa o som como signo, compreendendo suas formas de significação em contextos musicais, culturais e comunicativos (Tarasti, 2002).

objetivo de manipular percepções, atitudes e comportamentos. A mentira ganhou escala e complexidade. Embora em grande parte das vezes a desinformação seja deliberada — criada para fins políticos, ideológicos ou econômicos, ela também pode ocorrer de forma não intencional, quando indivíduos compartilham conteúdos incorretos sem perceber sua falsidade (Fallis, 2015; Munusamy; Syasyila; Shaari *et al.* 2024).

Bucci (2022, p. 11), vai além quando alerta para o fato de que

A desinformação consiste no perfeito oposto de tudo aquilo que temos entendido por informação. Onde esta pavimenta o caminho de acesso à verdade factual, aquela conduz à mentira, à ignorância dos fatos, ao apagamento da realidade e ao negacionismo. Se a informação invoca a razão no sujeito, a desinformação anestesia ou mesmo desativa a razão. Se a informação precisa da velocidade para ser eficaz — seguindo, com isso, os preceitos da modernidade —, a desinformação se vale da velocidade para desfazer os fundamentos modernos da esfera pública.

Esse fenômeno encontra um espaço propício nas plataformas digitais, nas quais algoritmos de recomendação criam bolhas ideológicas, sugerindo conteúdos de acordo com interesses individuais e reforçando crenças preexistentes (Silva; Lima, 2024). As plataformas digitais modernas lucram nesse cenário, transformando conteúdos falsos em *commodities* valiosas e ampliando o alcance da desinformação (Ahmad; Sen; Eesley *et al.*, 2024). Estudo recente, realizado pelo Instituto Locomotiva, indica que quase 90% dos entrevistados já acreditaram em conteúdos falsos e 65% associam a disseminação dessas notícias ao uso de robôs e à inteligência artificial (Agência Brasil, 2024).

Os conteúdos falsos concorrem para a superabundância da informação na internet. É mais informação que toma a atenção do público, contribuindo para a chamada “Economia da Atenção” — que é baseado na rotina das pessoas, com suas dicotomias trabalho/casa, trabalho/lazer e produção/consumo. Neste conceito, o que importa é buscar, obter e prestar atenção. O termo Economia da Atenção foi lançado na década de 1990, pelo físico teórico e especialista no impacto social da internet norte-americano Michael Goldhaber, inspirado no pensamento de seu compatriota Herbert Simon, um cientista político e cientista da computação e que em 1978 receberia o Prêmio Nobel de Economia. Em 1971, Simon lançou a ideia de que a superabundância de informação e de fontes gera uma pobreza de atenção, surgindo a necessidade de alocar essa atenção de forma eficiente. (Goldhaber, 1997; Simon, 1971).

A propagação de conteúdos falsos compromete a confiança social e impacta a percepção individual de segurança e a capacidade de tomar decisões fundamentadas. Durante a pandemia da COVID-19, a circulação de narrativas conflitantes sobre medidas de prevenção gerou confusão e sentimento de impotência (Fazzioni, 2021). A Organização

Mundial da Saúde (OMS) chegou a cunhar o termo Infodemia, caracterizada como a superabundância de informação, *on* ou *off-line*, com “tentativas deliberadas de disseminar informações equivocadas para minar a resposta de saúde pública e promover agendas alternativas de grupos ou indivíduos” (WHO, 2020, p. 1).

Para a OMS, a “desinformação custa vidas”, na medida em que as pessoas perdem a confiança nos tratamentos recomendados. “A desinformação e a informação enganosa podem ser prejudiciais à saúde física e mental das pessoas; aumentar a estigmatização; ameaçar ganhos preciosos em saúde; e levar à baixa observância das medidas de saúde pública [...]” (WHO, 2020, p. 1). Neste âmbito, a ansiedade informacional, caracterizada por pressa, dificuldade de foco e baixa atenção plena, amplifica a vulnerabilidade das pessoas diante de conteúdos falsos, tornando-o mais propenso a acreditar e compartilhar informações enganosas (Munusamy; Syasyila; Shaari, 2024).

Além do viés cognitivo e emocional, fatores sociodemográficos influenciam a suscetibilidade à desinformação. Pessoas mais velhas e com menor escolaridade apresentam maior dificuldade em reconhecer notícias falsas, independentemente da sua congruência ideológica (Baptista *et al.*, 2021). Experimentos com *mindsets* deliberativo e implemental demonstraram que pessoas com mentalidade implemental tendem a aceitar com maior facilidade manchetes falsas alinhadas às suas convicções políticas, enquanto a mentalidade deliberativa favorece o ceticismo e a análise crítica (Ludwig; Sommer, 2024). O uso de conteúdos falsos também coopera com golpes financeiros. Alertas sobre riscos emergentes têm sido ampliados. Em recente palestra sobre o tema, o CEO da OpenAI, Sam Altman, afirmou que manter a identificação de correntistas por voz é uma “coisa muito louca”, pois a inteligência artificial está permitindo a reprodução da voz humana (Altman, 2025).

Em vista deste cenário- que aqui tratamos como obstáculos- a Competência em Informação é, portanto, central como base da educação para os desafios contemporâneos da ansiedade de informação e da desinformação.

3 COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO, DIREITO HUMANO E OPORTUNIDADES

O acesso e uso da informação é um direito humano fundamental e inquestionável e essas etapas do processo de “ser competente em informação” que incluem identificar uma necessidade de informação, acessar fontes, dados e conteúdos, identificar fontes úteis, usar, sintetizar e amenizar lacunas de informação, aprender, comunicar e partilhar constituem o cerne desse direito: está presente na Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada pela Assembleia Geral da ONU em Paris em 10 de dezembro de 1948, nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 (ONU, 2015; ONU c2022), bem como nas cartas magnas de países.

Na Declaração Universal de Direitos Humanos, em seu “Artigo 19” (ONU, 1948), consta como um direito inquestionável – o acesso e partilha da informação:

Toda pessoa tem direito à liberdade de opinião e de expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras (ONU, 1948).

Em se tratando da Agenda 2030 e, no “Objetivo 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis”, este direito está inscrito de forma explícita na meta 16.10: “Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais”. (ONU, c2022)⁹

Para o cenário brasileiro, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, lei fundamental e suprema do país – atualizada anos mais tarde com legislação específica – já garantia o direito sobre o acesso e uso da informação:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

XIV- é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;

[...]

Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição. (Brasil, 1988)

Tal é a relevância do tema para as populações que ambas, a UNESCO e a ONU adotaram o dia 28 de setembro como o Dia Internacional de Acesso Universal à Informação. A UNESCO, por sua vez, possui programas intergovernamentais específicos sobre o tema, tais como o Programa Internacional para o Desenvolvimento da Comunicação e o Programa Informação para Todos (IFAP) – os quais fornecem uma plataforma online para que as partes interessadas participem de discussões internacionais sobre políticas e diretrizes relacionadas ao acesso à informação. Ambos os programas também promovem um ambiente positivo para o acesso à informação, desenvolvendo projetos que visam fortalecer

⁹ <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/16>

a ciência aberta, o multilinguismo, as Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) para deficientes e marginalizados, e o treinamento básico em alfabetização midiática e informacional (UNESCO, 2025). Emerge, por sua vez, nesse ponto específico, a conexão com a Competência em Informação, pela via do desenvolvimento humano e na formação inicial e continuada das pessoas que mais precisam – aquelas que estão em vulnerabilidade social, mas também aquelas pessoas vulneráveis em informação – tanto pela falta de informação como pelo excesso desta em suas vidas.

A Competência em Informação é uma das prioridades do IFAP.

A Competência em Informação capacita pessoas de todas as esferas da vida a buscar, avaliar, usar e criar informações de forma eficaz para atingir seus objetivos pessoais, sociais, ocupacionais e educacionais (UNESCO, 2023).

Isso significa que desenvolver a Competência em Informação, proporcionando educação para o acesso e uso de dados e conteúdos no universo informacional vai muito além dos espaços formais de ensino, alcançando a esfera pessoal e também o mundo do trabalho.

3.1 COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO - CAMPO DE PESQUISA SÓLIDO

Quando observamos a trajetória histórica de uma temática e sua evolução como campo de estudos ao longo dos anos, é possível constatar a sua relevância (a Competência em Informação) e questões associadas (Competência em Informação de profissionais, de pessoas vulneráveis, de grupos de risco, de pessoas com doenças graves, de mulheres, de idosos, somente para citar alguns exemplos das pesquisas que realizamos no Núcleo GP-CIn nestes quase 20 anos de ensino, pesquisa e extensão)¹⁰.

Investigada desde a década de 1970 (Zurkowski, 1974), e introduzida no Brasil no ano de 2000 (Lecardelli; Prado, 2006; Trein; Vitorino 2015), a Competência em Informação evoluiu como campo de estudos no cenário brasileiro em períodos com características semelhantes ao contexto internacional, mas com algumas peculiaridades.

Bruce (1999) considera a Competência em Informação como um fenômeno que está acima do desenvolvimento das habilidades, pois segundo ela é muito mais uma questão situacional experimentada pelas pessoas, em face de determinadas concepções e experiências. Mais adiante, Bruce (2000) define que a conceituação da Competência em Informação teve quatro períodos em sua trajetória: o primeiro, na década de 1980, com a fase precursora, período em que estudos eram direcionados à

10 <https://gpcin.ufsc.br/>

orientação bibliográfica e às habilidades em informação, sendo consideradas como um método de ensino e aprendizagem; o segundo, de 1990 a 1995, com uma fase de experimentos, análise e estudos para a definição do termo, onde a aprendizagem era baseada nos recursos informacionais disponíveis; o terceiro período de 1995 a 2000, com uma fase exploratória com o aumento crescente de pesquisas, nas quais eram utilizados vários métodos para as buscas; o quarto período, dos anos 2000 em diante, uma fase que se seguiu até os dias atuais com as pesquisas voltadas à aplicação prática. No Brasil, por ter sido inserida nos anos 2000, e como resultado do que ocorreu principalmente no terceiro período destacado por Bruce (2000), as fases se seguiram de forma similar, com destaque para períodos iniciais com busca por conceituações, modelos e metodologias, pesquisas e práticas, com enfoques recentes para questões sociais.

Há também documentos e declarações que evidenciam preocupações de organismos internacionais e de coletivos de profissionais. O estudo realizado por Dudziak, Ferreira e Ferrari (2017) e mais tarde revisitado por Orelo (2023) em sua tese de doutorado evidenciam os principais marcos políticos expressos por declarações e documentos publicados por instituições reconhecidas no mundo, com destaque para a UNESCO com presença marcante na grande maioria dos documentos (Orelo, 2023, p. 36). Entre as diversas declarações e manifestos de países em prol da Competência em Informação, destacamos dois documentos: a Declaração de Alexandria – Os Faróis da Sociedade de Informação (*Beacons of Information Society*), no Egito em 2005, documento publicado em 2005, na ocasião do *High-Level Colloquium on Information Literacy and Lifelong Learning*, que considera a Competência em Informação e o aprendizado ao longo da vida “um direito humano básico em um mundo digital e promove a inclusão social em todas as nações” (IFLA, 2005, p. 1). Em acréscimo aos vários documentos, manifestos e declarações mencionadas em Orelo (2023), em outubro de 2009, o Presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, instituiu o mês de outubro para a conscientização da Competência em Informação, um marco que obteve repercussão mundial. No documento, destaca-se a necessidade de que as pessoas desenvolvam habilidades para acessar, comparar e avaliar informações para quaisquer situações, ou seja, evidencia-se que somente o acesso não é garantia de se obter dados seguros e confiáveis: as pessoas devem ser capazes de comparar as informações acessadas, analisá-las criticamente, avaliar se o conteúdo é relevante, verídico e de fonte confiável. E completa: pessoas informadas e educadas são essenciais para o funcionamento de uma sociedade democrática (United States, 2009, p. 1).

Mais recentemente e, sem esgotar o tema, alguns trabalhos demonstraram a alta produtividade científica do campo. Somente para exemplificar, trazemos a tona os trabalhos publicado por Machin-Mastromatteo e Lau (2015), Uribe-Tirado, Pinto e Machin-Mastromatteo (2017) e Rivas Villena, Uribe-Tirado, López-Mesa e Limaymanta (2021), os quais apresentam um panorama sobre a produção científica e a produtividade no âmbito da iberoamerica.

No ano de 2018 nos voltamos a estudar a vulnerabilidade em informação (Vitorino, 2018), como

um estado de susceptibilidade a danos causados às pessoas por excesso de exposição à informação ou falta de acesso à informação e a tensões associadas a esse fenômeno na sociedade, devido à ausência de resiliência no que concerne ao desenvolvimento das dimensões técnica, estética, ética e política da competência em informação.

A partir desse trabalho, novos estudos se seguiram no âmbito do Núcleo GPCIn, os quais se voltam ao impacto social da Competência em Informação (Righetto, Vitorino, 2020), para os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 (Vitorino, Pinho Neto, 2022; 2023), e ao ODS 16, meta 16.10 “Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais”. Também registramos trabalhos voltados às minorias sociais e grupos vulneráveis, os quais têm recebido uma atenção constante dos pesquisadores vinculados ao Núcleo GPCIn (Pellegrini, Castro Junior, Vitorino, 2023).

Assim sendo, em se tratando da Competência em Informação, há um conjunto sólido e amadurecido de pesquisas, fruto do trabalho intenso de pesquisadores, mas que precisa ser corroborado e colocado em prática. As bibliotecas e as pessoas bibliotecárias podem multiplicar a potencialidade da Competência em Informação, como elos fundamentais do processo.

4 BIBLIOTECAS E PESSOAS BIBLIOTECÁRIAS - OPORTUNIDADES

A informação, desde os primórdios da civilização, é considerada a “matéria prima”, “o insumo primordial”, “o sangue que corre nas veias”. Trata-se “do processo de desenvolvimento do homem e das nações.” (Brasil, 2010, p. 17).

Na atualidade, a competência de obter dados confiáveis que se concretizam em informação útil para gerar conhecimento novo constitui-se em fator fundamental na sociedade onde, ainda que se questione, “informação é poder”.

Ainda assim, no ano de 2010 - já se passaram 15 anos - a publicação “Biblioteca Pública: princípios e diretrizes” (Brasil, 2010, p. 17) já alertava: “No entanto, cada vez mais crescem as diferenças sociais e econômicas entre os que possuem informação e aqueles que estão destituídos do acesso a ela.”

Sob este olhar, a biblioteca contemporânea - como instituição democrática por excelência - pode e deve contribuir para minimizar as desigualdades e maximizar as oportunidades para que dados, conteúdos e conhecimento sejam compartilhados com todas as pessoas.

Ao tomar para si o compromisso de centro de dados, de informação, de partilha de conhecimento e de incentivo à leitura, as bibliotecas, tornam-se, por via de regra, espaços dinâmicos para o desenvolvimento humano¹¹ - tanto no que se refere ao processo, como naquilo que se refere ao produto¹², ou seja, constituem espaços para solução de problemas e atendimento de necessidades de informação, assemelhando-se, nalguma medida, à sabedoria no conceito proposto por Neri (2006, p. 25).¹³

No *IFLA Library Map of the World* argumenta-se que “as bibliotecas são as principais promotoras e provedoras de acesso gratuito a todos os tipos de informação para todos os cidadãos.”¹⁴

11 O desenvolvimento humano é um processo de construção contínua que se estende ao longo da vida das pessoas e é o resultado de uma organização complexa e hierarquizada que envolve desde os componentes intraorgânicos (células, tecidos e órgãos) até as relações sociais e a agência humana (gerenciamento que a pessoa faz sobre as suas próprias ações) (SIFUENTES; DESSEN; OLIVEIRA, 2007, p. 379).

12 Por ser complexo e multidimensional, o processo de desenvolvimento humano precisa ser analisado como **produto**, dirigindo-se o foco para seus efeitos, e como **processo**, caracterizando-se suas propriedades e mecanismos intrínsecos. O desenvolvimento humano se dá exatamente na interface entre estes dois domínios - produto e processo - por meio das **experiências** (SIFUENTES; DESSEN; OLIVEIRA, 2007, p. 384).

13 Em seu artigo sobre “O legado de Paul B. Baltes à Psicologia do desenvolvimento e do envelhecimento”, Neri (2006, p. 25) citando Baltes e Staudinger (2000) apresenta um novo elemento ao conceito operacional de sabedoria: “é a orquestração do desenvolvimento humano em busca da excelência, tanto em termos individuais quanto coletivos. Os autores propõem para ela uma definição operacional que considera os seguintes termos: 1) Excepcional conhecimento sobre os fatos da existência os quais compreendem; 2) Excepcional conhecimento sobre formas de manejo das questões existenciais; 3) Capacidade de considerar o contexto ao analisar os problemas existenciais; 4) Relativismo de valores; e, 5) Capacidade de compreender e de lidar com a incerteza. Quanto ao “Excepcional conhecimento sobre formas de manejo das questões existenciais”, destacam-se “as capacidades de planejar, selecionar e organizar informações relevantes à solução, fazer predições, montar cenários possíveis e interpretar a experiência precedente, por exemplo, apresentada nos provérbios e máximas de uma cultura.”, ou seja, a Competência em Informação integra a busca pela sabedoria e deve ser promovida, desenvolvida e empreendida por pessoas e governos em todos os âmbitos e incluída em políticas públicas para fins de minimizar os efeitos da desinformação.

14 Com dados disponíveis para o ano de 2024, constam do mapa 3,1 milhões de bibliotecas no total. O Mapa Mundial de Bibliotecas da Federação Internacional de Associações de Bibliotecários (IFLA) é uma fonte de estatísticas de bibliotecas e uma ferramenta que fornece dados dos países, possibilitando uma comparação mundial de bibliotecas por região. Os dados incluem o número de bibliotecas, as bibliotecas que oferecem acesso à internet, o quantitativo de funcionários e voluntários, o quantitativo de usuários e visitantes, bem como o número de empréstimos. Em adição, como ferramenta de *advocacy*, o Mapa - criado em parceria com colaboradores de dados e histórias, incluindo associações nacionais de bibliotecas, bibliotecas nacionais, organizações de apoio a bibliotecas entre outros organismos e instituições, fornece acesso a histórias dos ODS, as quais demonstram como bibliotecas nos países contribuem para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas e servem como parceiras no atendimento às necessidades de desenvolvimento local. Numa das histórias, porsomente para citar um exemplo, é apresentado o Programa BiblioStreet (Chile) que auxilia a integrar pessoas em situação de rua (<https://librarymap.ifla.org/stories/Chile/BIBLIOSTREET-PROGRAMME-HELPS-TO-INTEGRATE-PEOPLE-EXPERIENCING-HOMELESSNESS-132>). Disponível em: <https://librarymap.ifla.org/about#>. Acesso em: 13 ago. 2025.

O potencial do setor bibliotecário global, demonstrado no Mapa Mundial de Bibliotecas da IFLA apresenta os tipos de bibliotecas, tais como as nacionais, as acadêmicas ou universitárias, as públicas, aquelas que são comunitárias, as que se organizam como escolares e as especializadas.

Há ainda bibliotecas que não se “enquadram” em tais categorias (mas não somente estas), tais como bibliotecas governamentais, bibliotecas médicas, bibliotecas industriais e comerciais, entre outras¹⁵. Sobre tais bibliotecas recaem importantes tarefas e, entre essas muitas atribuições, está a de contribuir para o desenvolvimento humano, tanto por meio do processo- o desenvolvimento da Competência em Informação, como por meio do produto- o ser humano competente em informação. Isso significa que há um papel primordial para as bibliotecas: auxiliar as pessoas a solucionarem seus “problemas e oportunidades de informação”, suas necessidades de informação, das mais básicas e simples até as mais complexas e de alto nível.

Nesta perspectiva, o espaço físico das bibliotecas para que atinja tais propósitos, como um espaço virtuoso, necessita de pessoas bibliotecárias para “ir além das paredes”, e também para “mostrar a cara para a sociedade” (“todo artista tem de ir aonde o povo está”¹⁶), ir às escolas, nos postos de saúde, nos hospitais, nos centros comunitários, nas associações de bairro. Enfim, cabe às pessoas bibliotecárias ensinarem “técnicas acadêmicas” para “pessoas comuns” e incentivá-las a conhecer as bibliotecas com visitas guiadas para esse público e criar serviços úteis às pessoas.

4.1 PESSOAS BIBLIOTECÁRIAS E PROGRAMAS DE COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO

No ano de 2007, Jesús Lau elaborou um documento- com a colaboração de diversos especialistas, com o título “Diretrizes sobre desenvolvimento de habilidades em informação para a aprendizagem permanente”.¹⁷ Em síntese, as diretrizes- elaboradas

15 O Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) lista os tipos de bibliotecas e respectivos conceitos e características, incluindo a biblioteca popular, a biblioteca ambulante ou carro-biblioteca (são bibliotecas que objetivam a extensão dos serviços dos bibliotecários atendendo áreas isoladas, rurais, inclusive, muitas universidades possuem este tipo de serviço, no qual estudantes de Biblioteconomia- como atividades de extensão - atuam no atendimento. Disponível em: <https://cfb.org.br/tipos-de-biblioteca/>. Acesso em: 13 ago. 2025.

16 Tal qual um dos versos da canção “Nos Bailes da Vida”, de Milton Nascimento e Fernando Brant. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=laVg1KIdVnY>. Acesso em: 25 ago. 2025.

17 Como as diretrizes estão organizadas: “O documento está dividido em dez capítulos, os quais compreendem o espectro organizacional do trabalho com habilidades em informação. Inclui uma definição de conceitos, uma proposta para padrões de HI, uma seção sobre a obtenção de compromisso institucional, a gestão do processo de aprendizagem (incluindo desenvolvimento pessoal), teorias educacionais (entre outros tópicos básicos sobre como implementar o programa), além de um glossário relacionado às habilidades em

na época pela Seção de Habilidades em Informação (InfoLit), da Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA), tinha o objetivo de “[...] proporcionar uma estrutura prática para os profissionais da informação [...] interessados em iniciar um programa de desenvolvimento de habilidades em informação.” Ainda que se trate de uma contribuição fundamental para “[...] profissionais da informação que trabalham em programas educativos de educação fundamental e educação superior em seus esforços para atender aos requisitos de habilidades em informação na atualidade[...]”, o documento não recebeu a atenção e engajamento necessários aqui no Brasil. O texto apresenta conceitos, princípios e procedimentos que podem ser aplicados em qualquer tipo de biblioteca, com a devida adequação. Afirma-se que “os profissionais da informação que atuam em bibliotecas de natureza vária devem ter como um dos seus principais objetivos institucionais a orientação dos usuários para dirigirem seus esforços ao [desenvolvimento da Competência em Informação]”¹⁸. E complementa:

estas habilidades são vitais para a aprendizagem permanente, podendo ser utilizadas para a comunicação interpessoal cotidiana de qualquer cidadão, desde uma pessoa que precisa de informação sobre serviços de saúde para alguém a seus cuidados até um estudante que busca encontrar informação específica para completar uma atividade (Lau, 2008, p. [1]).

Sob este ângulo, o desenvolvimento da Competência em Informação deve fazer parte do aprendizado durante toda a vida das pessoas, mas principalmente, em seu período de educação formal, momento em que bibliotecários- como parte da comunidade de aprendizagem e como especialistas sobre a gestão do universo informacional, devem assumir o papel de liderança no ensino da Competência em Informação (Lau, 2008, p. 4).

Para esta finalidade, as diretrizes da IFLA constituem um modelo conceitual para a criação de Programas de Desenvolvimento da Competência em Informação (PDCIn) em bibliotecas universitárias e escolares, mas que também podem ser aplicados à biblioteca pública e aos demais tipos de bibliotecas, unidades e serviços de informação. Para este fim, o documento fornece as bases para estruturar os esforços de Desenvolvimento da Competência em Informação de educadores, bibliotecários e facilitadores de informação, além de auxiliar aqueles que necessitem iniciar um PDCIn e necessitem do apoio de uma estrutura conceitual (Lau, 2008, p. 4).

informação e uma bibliografia web (Bibliografia, no Sumário) para leitura adicional. Na maioria dos casos, cada tema apresenta uma breve introdução, seguida de texto com listas de figuras e um resumo gráfico dos processos envolvidos. O estilo do texto é simples e esquemático para proporcionar uma leitura fácil.

18 No documento consta: “na aquisição de competências em informação”. Para os fins deste capítulo, adequamos/ajustamos a linguagem para os dias atuais.

De fato: estruturar Programas de Desenvolvimento da Competência em Informação é tarefa necessária e urgente! Algumas iniciativas já estão disponíveis, entre elas o Programa de Desenvolvimento da Competência em Informação da Biblioteca Pública de Santa Catarina (PDCIn-BPSC)¹⁹ e mais na atualidade criamos uma Matriz Virtuosa para o Desenvolvimento da Competência em Informação (PDCIn-V) (Vitorino, Pinho Neto, 2023; Vitorino, 2024), a qual sugere o uso Indicadores Sociais e de Vulnerabilidade Social- amplamente utilizados no Brasil e no mundo- para serem empregados na avaliação e monitoramento da Competência em Informação, o que pode contribuir para a atualização e aprimoramento do conceito de Competência em Informação e para a prática deste processo bem como para subsidiar estudos vários na Ciência da Informação, bem como políticas públicas quanto à Competência em Informação.

Nessa perspectiva, Silva e Vitorino (2023) apresentam uma estrutura de um Programa de Desenvolvimento da Competência em Informação focada na população LGBTQIAPN+²⁰, discutindo questões que envolvem as vulnerabilidades, preconceitos e discriminações que esse grupo social sofre, colocando que um Programa pode contribuir com a redução de desigualdades sociais que essas pessoas sofrem.

Por conseguinte, Almeida e Mata (2023) levantam a discussão a partir de um estudo sobre ações e programas de Competência em Informação, principalmente no âmbito das bibliotecas universitárias, argumentam que ainda há poucas iniciativas e que é urgente que programas sejam desenvolvidos para ajudar o desenvolvimento de habilidades informacionais e fortalecer o processo de ensino e aprendizagem a partir do viés da Competência em Informação.

Quanto à Romeiro (2017), a autora traz uma proposta de um programa de Competência em Informação voltado às comunidades quilombolas, levando em conta suas necessidades informacionais, com intenção de empoderar e proporcionar a construção de autonomia e desenvolvimento de pensamento crítico, a partir da realidade dessas comunidades.

19 Em Florianópolis, Santa Catarina, no ano de 2021, foi criado um Programa de Desenvolvimento de Competência em Informação (PDCIn), com foco na Agenda 2030, da ONU, na Biblioteca Pública de Santa Catarina (BPSC). O PDCIn foi elaborado em parceria com a BPSC e o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Competência em Informação (GPCIn) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e constitui-se numa iniciativa pioneira no que diz respeito à criação de programas com esse viés (Fundação Catarinense de Cultura, 2021). Disponível em: [https://www.cultura.sc.gov.br/noticias/1424-noticias-biblioteca-publica-de-sc/](https://www.cultura.sc.gov.br/noticias/1424-noticias-biblioteca-publica-de-sc/.). 23015-biblioteca-publica-de-santa-catarina-apresenta-primeira-versao-de-programa-de-desenvolvimento-da-competencia-em-informacao-em-parceria-com-ufsc. Acesso em: 25 ago. 2025.

20 População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, pessoas Trans (travestis, transexuais, transmasculinos, homens trans), Queer, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais, pessoas Não binárias, e o símbolo de “mais” apontando que a sigla está em constante construção, existindo outras identidades e orientações sexuais.

As autoras Pereira e Ounap (2016) discutem a necessidade de que Programas de Competência em Informação sejam criados no ambiente da educação básica na América do Sul, chamando atenção para o aprendizado ao longo da vida e exercício da cidadania. As autoras pontuam que há uma carência nesse nível educacional, sendo uma necessidade tanto quanto no ensino superior, mas essa primeira tem tido pouca atenção na temática (Pereira; Ounap, 2016).

Diante disso, percebe-se que Programas com esse foco precisam sempre levar em consideração o contexto em que estará inserido e ao público-alvo ao qual se destina, com uma perspectiva educacional, trazendo ações que sejam trabalhadas de maneira sistematizadas e integradas para proporcionar o desenvolvimento da Competência em Informação.

Assim, há um terreno fértil para que Programas sejam criados a partir da Competência em Informação envolvendo a Desinformação, tendo em vista que é um fenômeno que necessita de vários mecanismos para combater esse mal existente na sociedade. Criar ambientes nos quais a informação e a educação sejam aliadas, contribuem para o desenvolvimento crítico e reflexivo das pessoas, indo no caminho de uma educação emancipatória, de modo que as pessoas possam ir na contramão da desinformação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do contexto e do cenário apresentado neste trabalho, ressaltamos que a educação para a informação, se iniciada desde a pré-escola e fortalecida ao longo do ensino fundamental, torna-se um instrumento essencial para desenvolver a Competência em Informação, promovendo a reflexão, a consciência crítica, a presença e foco diante do cenário de dados e de conteúdos, bem como o manejo adequado destes.

Estratégias educativas que incluam verificação de fontes, análise de conteúdos, compreensão do funcionamento dos algoritmos e promoção do diálogo e da escuta ativa podem reduzir os impactos da desinformação e mitigar sentimento de impotência. O fortalecimento da prática docente, conforme discutido em estudos sobre Educação Infantil e diálogo escolar (Braga; Bastos, 2025; Santos, 2025), evidencia que abordagens lúdicas, afetivas e reflexivas são fundamentais para o desenvolvimento integral das crianças e para a Competência em Informação destas.

Mas há que ir além! Precisamos fazer mais e falar mais (comunicar)! Precisamos esclarecer as pessoas sobre os prejuízos da desinformação. Precisamos ensinar outras pessoas para a informação. Precisamos conversar sobre a ansiedade de informação, sobre a “pressa” e a falta de atenção. Precisamos desenvolver a Competência em Informação em nós mesmos e partilhar esse aprendizado com as pessoas comuns, pessoas sim-

ples, pessoas vulneráveis. Precisamos criar Programas de Competência em Informação (PDCIn) para grandes públicos, cumprindo a função social da Biblioteconomia e nosso juramento profissional.

Quais os próximos desafios para a Competência em Informação? Prática! Nós somos parte da solução!

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Quase 90% da população brasileira acredita em fake news**. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br>. Acesso em: 12 ago. 2025.

AHMAD, Waqar; SEN, Abhishek; EESLEY, Charles *et al.* Companies inadvertently fund online misinformation despite consumer backlash. **Nature**, v. 630, p. 123–131, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s41586-024-07404-1>. Acesso em: 27 ago. 2025.

ALMEIDA, Eliéte Ribeiro; MATA, Marta Leandro da. Ações ou Programas de Competência em Informação nas Bibliotecas Universitárias Brasileiras. **Brazilian Journal of Information Science: research trends**, Marília, SP, v. 17, p. 1-29, 2023. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/14096>. Acesso em: 13 ago. 2025.

ALTMAN, Sam. OpenAI CEO Sam Altman says it's 'a crazy thing' to still do voice authentication for bank accounts. **AP News**, Nova York, 25 jun. 2025. Disponível em: <https://apnews.com/article/openai-ceo-sam-altman-fed-ad87262a4c1e71a0695ff6d06a2586f2>. Acesso em: 12 ago. 2025.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE SOFTWARE (ABES). **Quatro em cada cinco brasileiros sofrem efeitos da sobrecarga de informações**. 2022. Disponível em: <https://abessoftware.com.br/quatro-em-cada-cinco-brasileiros-sofrem-efeitos-da-sobrecarga-de-informacoes/>. Acesso em: 26 ago. 2025.

BAPTISTA, João; SOARES, Maria Clara; FONSECA, Pedro Henrique *et al.* Ideologia política e crença em fake news. *Publications*, v. 9, n. 2, p. 23, 2021. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2304-6775/9/2/23>. Acesso em: 27 ago. 2025.

BELLUZZO, Regina Celia Baptista. O estado da arte da competência em informação no Brasil e o protagonismo científico. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 17, n. esp. 2021. V Seminário de Competência em Informação, p. 01-12, 2021. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1632>. Acesso em: 27 ago. 2025.

BRAGA, Francilene Ribeiro; BASTOS, Jaqueline Mendes. A prática docente na educação infantil: desafios e possibilidades no cuidar e educar. **Revista Acadêmica Online**, [s. l.], v. 11, n. 58, p. e1583, 2025. Disponível em: <https://www.revistaacademicaonline.com/index.php/rao/article/view/1583>. Acesso em: 12 ago. 2025.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 ago. 2025.

BRASIL. Fundação Biblioteca Nacional. Coordenação Geral do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. **Biblioteca Pública: princípios e diretrizes**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010. (Documentos Técnicos; 6).

BRUCE, Christine Susan. Information literacy programs and research: reflections on 'Information literacy programs and research: An international review'. **Australian Academic & Research Libraries**, v. 31, n. 2, p. 91-109, Jan. 2000. Disponível em: http://vnweb.hwwilsonweb.com/hww/results/results_common.jhtml;hwwilsonid=W5ZXJKWRS2Q1NQA3DIMSFGOADUNGIIIV0. Acesso em: 27 ago. 2025.

BRUCE, Christine Susan. Workplace experiences of information literacy. **International Journal of Information Management**, v. 19, n. 1, p. 33-47, 1999. Disponível em: <http://www.personal.kent.edu/~wjrobert/images/WorkplaceInfoLit.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2025.

BUCCI, Eugenio. Ciências da Comunicação contra a desinformação. **Comunicação & Educação**, São Paulo, SP, v. 27, n. 2, p. 5-19, 2022. DOI: 10.11606/issn.2316-9125.v27i2p5-19. Disponível em: <https://revistas.usp.br/comueduc/article/view/202533>. Acesso em: 7 ago. 2025.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana; FERREIRA, Sueli Mara Soares Pinto; FERRARI, Adriana Cybele. Competência Informacional e Midiática: uma revisão dos principais marcos políticos expressos por declarações e documentos. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, [S. l.], v. 13, p. 213-253, 2017. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/675>. Acesso em: 30 ago. 2025.

FALLIS, Don. What Is Disinformation. **Library Trends**, v. 63, n. 3, p. 401-426, 2015. (Exploring Philosophies of Information, edited by Ken Herold). The Board of Trustees, University of Illinois. Disponível em: <https://scispace.com/pdf/what-is-disinformation-44z2w4nruc.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2024.

FAZZIONI, Dilva Páscoa De Marco. **Competência em informação e sobrecarga de informação em estudantes de cursos pré-vestibulares populares, públicos e gratuitos**: em busca de relações e de princípios norteadores. 2021. 579 f. Tese (Doutorado em Ciências da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Informação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/229303>. Acesso em: 10 ago. 2025.

FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA (FCC). **Biblioteca Pública de Santa Catarina entrega versão final do Programa de Desenvolvimento da Competência em Informação**. FCC: Florianópolis, 2021. Disponível em: <https://cultura.sc.gov.br/noticias/1424-noticias-biblioteca-publica-de-sc/23044-biblioteca-publica-de-santa-catarina-entrega-versao-final-do-programa-de-desenvolvimento-da-competencia-em-informacao>. Acesso em: 13 ago. 2025.

GROGAN, Denis. **A prática do serviço de referência**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1995.

GOLDHABER, Michael H. **The attention economy and the net**. (2nd) Draft version of a talk presented at the conference on "Economics of Digital Information," Cambridge, MA, Jan. 23-26, 1997. Disponível em: <https://people.well.com/user/mgoldh/AtEcandNet.html>. Acesso em: 14 ago. 2025.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (IFLA). Faróis da sociedade de informação: Declaração de Alexandria sobre competência informacional e aprendizado ao longo da vida. Versão em português do documento “**Beacons of the Information Society**”. Alexandria: IFLA, 2005. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/wsis/Documents/beaconinfsoc-pt.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2025.

LAU, Jesús. **Diretrizes sobre desenvolvimento de habilidades em informação para a aprendizagem permanente**. The Hague: IFLA, 2007. Tradução para o português por Regina Célia Baptista Belluzzo, jul. 2008. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/information-literacy/publications/ifla-guidelines-pt.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2025.

LECARDELLI, Juliana; PRADO, Nelson Silva. Competência informacional no Brasil: um estudo bibliográfico no período de 2001 a 2005. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação: Nova Série**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 21-46, dez. 2006. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/16/4>. Acesso em: 27 ago. 2025.

LUDWIG, Jonas; SOMMER, Joseph. Mindsets and politically motivated reasoning about fake news. **Motiv Emot**, v. 48, p. 249–263, 2024. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11031-024-10067-0>. Acesso em: 10 ago. 2025.

MACHIN-MASTROMATTEO, Juan D.; LAU, Jesus. The arrival of information literacy. *Information Development*, v. 31, n. 2, p. 190–193, 2015. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/0266666915569147>. Acesso em: 22 fev. 2019.

MUNUSAMY, Shalini; SYASYILA, Kalaivanan; SHAARI, Azahah Abu Hassan *et. al.* Psychological factors contributing to the creation and dissemination of fake news among social media users: a systematic review. **BMC Psychol**, v. 12, n. 673, 2024. Disponível em: <https://bmcp psychology.biomedcentral.com/articles/10.1186/s40359-024-02129-2>. Acesso em: 12 ago. 2025.

NERI, Anita Liberalesso O legado de Paul B. Baltes à Psicologia do Desenvolvimento e do Envelhecimento. **Temas psicologia**, v.14,n.1, Ribeirão Preto, jun. 2006, p. 17-34. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2006000100005. Acesso em: 16 jun. 2025.

ORELO, Eliane. **Competência em Informação para pessoas com fibrose cística**. 2023. 277 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Informação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/254072>. Acesso em: 27 ago. 2025.

PELLEGRINI, Eliane; CASTRO JUNIOR, Orlando Vieira de; VITORINO, Elizete Vieira. Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Competência em Informação (GPCIn): contribuições científicas e sociais. **Folha de Rosto**, v. 9, n. 1, p. 137-153, 12 abr. 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderosto/article/view/948>. Acesso em: 25 ago. 2025.

PEREIRA, Rodrigo; OUNAP, Juliana Batista. Os programas de competência informacional voltados para a educação básica na América do Sul. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 416–439, 2016. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1175>. Acesso em: 13 ago. 2025.

RIGHETTO, Guilherme Goulart; VITORINO, Elizete Vieira. A competência em informação como movimento de inovação social. **Investig. bibl**, Ciudad de México, v. 34, n. 82, p. 29-52, março 2020. *E-book*. DOI: <https://doi.org/10.22201/iibi.24488321xe.2020.82.58080>. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0187-358X2020000100029&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 25 agosto 2025.

RIVAS VILLENA, Jesús Alberto, URIBE-TIRADO, Alejandro, LÓPEZ-MESA, Evony Katherine, LIMAYMANTA, Cesar H. Alfabetización informacional en Bibliotecología y Ciencias de la Información. Un análisis bibliométrico en el ámbito latinoamericano (2001-2020). **Información, Cultura Y Sociedad**, n. 45, p. 95-112, 2021. DOI: <https://doi.org/10.34096/ics.i45.10433>. Disponível em: <http://revistascientificas.filo.uba.ar/index.php/ICS/article/view/10433>. Acesso em: 14 ago. 2025.

ROMEIRO, Nathalia Lima. Programa para o desenvolvimento de competência em informação em comunidade quilombola: foco na formação em Biblioteconomia. **Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 164–183, 2017. Disponível em: <https://portal.abecin.org.br/rebecin/article/view/46>. Acesso em: 13 ago. 2025.

SANTOS, Lenilda Inácio dos. Educar para quebrar silêncios: prevenção e diálogo no espaço escolar. **Revista Acadêmica Online**, v. 11, n. 58, p. e1603, 2025. DOI: <https://doi.org/10.36238/2359-5787.2025.V11N58.1603>. Disponível em: <https://www.revistaacademicaonline.com/index.php/rao/article/view/1603>. Acesso em: 12 ago. 2025.

SIFUENTES, Thirza Reis; DESSEN, Maria Auxiliadora; OLIVEIRA, Maria Cláudia Santos Lopes de. Desenvolvimento humano: desafios para a compreensão das trajetórias probabilísticas. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, out-dez 2007, v. 23 n. 4, p. 379-386. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/QCtKJsmxWhK8KF8xt3HVpVd/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 16 jun. 2025.

SILVA, Thiago Henrique de Jesus; LIMA, Nilsângela Cardoso. Tecnologização do ambiente digital como facilitador da propagação da desinformação. **Esferas**, n. 29, 21 abr. 2024. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/esf/article/view/14855>. Acesso em: 27 ago. 2025.

SILVA, André Luiz Avelino da; VITORINO, Elizete Vieira. Estrutura de um Programa de Desenvolvimento da Competência em Informação (PDCIn) para a População LGBTI+: atitudes, comportamentos, habilidades, valores e conhecimentos. **Brazilian Journal of Information Science: research trends**, Marília, SP, v. 17, p. 1-29, 2023. DOI: <https://doi.org/10.36311/1981-1640.2023.v17.e023039>. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/14852>. Acesso em: 13 ago. 2025.

SIMON, Herbert A. Designing organizations for an information-rich world. In: GREENBERGER, M. (org.). Computers, communication, and the public interest. Baltimore: **The Johns Hopkins Press**, 1971. p. 37-52. Disponível em: <https://perspectivaempreendedora.com/wp-content/uploads/2022/04/designing-organizations-for-an-information-rich-world-herbert-simon.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2025

TARASTI, Eero. Signs of Music: a guide to musical semiotics. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 2002. *Approaches to Applied Semiotics*, v. 3. VIII, 224 p.

TREIN, Juliane Marlei, VITORINO, Elizete Vieira. A evolução da temática competência informacional no Brasil: um estudo bibliográfico no período de 2006 a 2013. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação (RBB)**. São Paulo, v. 11, n. 2, p. 190-210, jun./dez. 2015. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/viewFile/416/469>. Acesso em: 27 ago. 2025.

UNITED NATIONS (ONU). Office of the High Commissioner for Human Rights. **Universal Declaration of Human Rights**. 1948. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/universal-declaration-of-human-rights>. Acesso em: 27 ago. 2025.

UNITED NATIONS (ONU). Brasil. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**. c2022. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 28 ago. 2025.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Information for All Programme (IFAP)**. 2025. Disponível em: <https://www.unesco.org/en/ifap>. Acesso em: 28 ago. 2025.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Information Literacy**. 2023. Disponível em: <https://www.unesco.org/en/ifap/information-literacy?hub=722>. Acesso em: 28 ago. 2025.

UNITED STATES. White House. **Presidential Proclamation National Information Literacy Awareness Month**, 2009. Disponível em: <https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/presidential-proclamation-national-information-literacy-awareness-month>. Acesso em: 30 ago. 2025.

URIBE-TIRADO, Alejandro; PÍNTO, Maria; MACHIN-MASTROMATTEO, Juan D. Developing information literacy programs: best practices from Latin America, Spain and Portugal. **Information Development**, v. 33, n. 5, p. 543–549, 2017. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/0266666917728470>. Acesso em: 28 ago. 2025.

VITORINO, Elizete Vieira. A competência em informação e a vulnerabilidade: construindo sentidos à temática da “vulnerabilidade em informação”. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 47, n. 2, p. 71-85, maio/ago. 2018. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/download/4187/3794>. Acesso em: 28 ago. 2025.

VITORINO, Elizete Vieira. Indicadores para a competência em informação no Brasil: virtudes, tendências e possibilidades. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.27, n. 2, p. 7- 36, abr./jun. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/39996/30698>. Acesso em: 30 ago. 2025.

VITORINO, Elizete Vieira. Estrutura de Indicadores para avaliação da Competência em Informação a partir de Indicadores Sociais e sob o foco da Agenda 2030. In: SILVA, C. G. da; REVEZ, J.; CORUJO, L. (Eds.). **Diálogos na Ciência da Informação**: Atas do XIV EDICIC, Universidade de Lisboa, 1-3 jul. 2024. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos, Colibri; Costa Rica: EDICIC, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ulisboa.pt/handle/10451/64777>. Acesso em: 28 ago. 2025.

VITORINO, Elizete Vieira; PINHO NETO, Júlio Afonso Sá de. Indicadores qualitativos para a competência em informação pela via da multidimensionalidade e da vulnerabilidade social. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, João Pessoa, v. 17, n. 4, p. 24-31, 2022.

Disponível em: <https://pbcib.com/index.php/pbcib/article/view/61304/34335>. Acesso em: 28 ago. 2025.

VITORINO, Elizete Vieira; PINHO NETO, Júlio Afonso Sá de. **Estrutura de indicadores para a Competência em Informação sob o foco de indicadores sociais e Agenda 2030**: resultados e perspectivas [GT6- sessão 3]. XXIII ENANCIB Encontro Nacional de Pós-Graduação em Ciência da Informação, São Cristóvão, SE, 09 nov. 2023. Disponível em: <https://ancib.org/enancib/index.php/enancib/xxxiiienancib/paper/view/1280/1360>. Acesso em: 28 ago. 2025.

WHO. **Managing the COVID-19 infodemic**: Promoting healthy behaviours and mitigating the harm from misinformation and disinformation. 2020. Disponível em: <https://www.who.int/news/item/23-09-2020-managing-the-covid-19-infodemic-promoting-healthy-behaviours-and-mitigating-the-harm-from-misinformation-and-disinformation>. Acesso em: 28 ago. 2025.

WURMAN, Richard S. **Ansiedade de informação**. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1991.

ZURKOWSKI, Paul. **Information services environment relationships and priorities**. Washington, D.C: National Commission on Libraries and Information Science, 1974. Disponível em: <http://files.eric.ed.gov/fulltext/ED100391.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2025.

A URGÊNCIA DA EDUCAÇÃO MIDIÁTICA: UM ESTUDO COM JOVENS DE SALVADOR E DE PORTO ALEGRE

THE URGENCY OF MEDIA EDUCATION: A STUDY WITH YOUNG PEOPLE FROM SALVADOR AND PORTO ALEGRE

DOI: [HTTPS://ZENODO.ORG/RECORDS/21945691](https://zenodo.org/records/21945691)

Daniela Silva

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
e-mail: dsilva.jor@gmail.com

Modalidade: texto completo

RESUMO

O artigo propõe discutir o papel dos jovens frente ao complexo fenômeno da desinformação, que é classificado pela Unesco (Laboissière, 2025) e pelo Fórum Econômico Mundial (2025) como um dos principais riscos globais da atualidade. Esse cenário torna os jovens particularmente vulneráveis, e a educação midiática é compreendida como política pública central para fortalecer a resiliência, a criticidade e a participação desse público para a promoção de mudanças positivas nos ambientes digitais. As argumentações partem de discussões teóricas e de uma pesquisa empírica realizada com jovens de Salvador (BA) e de Porto Alegre (RS). A metodologia é de natureza básica, com abordagem qualitativa e objetivo exploratório. Os resultados da pesquisa evidenciam a importância de escutar esse público para compreender como ele está vivenciando os desafios da desinformação e, sobretudo, incentivar sua participação no desenvolvimento de soluções.

Palavras-chave: jovens; desinformação; educação midiática; integridade da informação.

ABSTRACT

The article proposes to discuss the role of young people in the face of the complex phenomenon of misinformation, which is classified by Unesco (Laboissière, 2025) and the World Economic Forum (2025) as one of the main global risks of our time. This scenario makes young people particularly vulnerable, and media education is understood as a central public policy to promote resilience, criticality, and participation of this audience in promoting positive changes in digital environments. The arguments are based on theoretical discussions

and empirical research conducted with young people in Salvador (BA) and Porto Alegre (RS). The methodology is of a basic nature, with a qualitative approach and exploratory objective. The results of the research highlight the importance of listening to this audience to understand how they are experiencing the challenges of misinformation and, above all, encourage their participation in developing solutions.

Keywords: young people; disinformation; media education; information integrity.

1 INTRODUÇÃO

Um jovem de 27 anos, youtuber e humorista, criou e postou um vídeo nas suas redes sociais, em 6 de agosto de 2025, denunciando casos de exposição e exploração de crianças e adolescentes nas plataformas digitais¹. Em três semanas, a publicação acumulou quase 50 milhões de visualizações e provocou ampla repercussão na sociedade brasileira, levando o Congresso Nacional e o Senado a aprovar o Projeto de Lei nº 2628/2022 (Câmara dos Deputados, 2025), que cria regras para a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais. O texto aguarda apenas a sanção do presidente da República, que definirá quando a lei entra em vigor².

Esse caso protagonizado por Felipe Bressanim Pereira, conhecido como Felca, exemplifica o potencial da atuação dos jovens como protagonistas de iniciativas em prol de ambientes digitais mais responsáveis e saudáveis. A partir dessa reflexão, este artigo tem o objetivo de discutir o papel dos jovens em meio ao contexto da desinformação e criação de políticas de educação midiática.

Esse fenômeno foi nomeado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – Unesco (Laboissière, 2025) e pelo Fórum Econômico Mundial (2025) como principal risco global. Isso demonstra a amplitude da preocupação com a desinformação, um problema complexo, que impacta diferentes dimensões da sociedade e que torna alguns públicos mais vulneráveis aos seus efeitos, como é o caso das juventudes³ (Nações Unidas, 2024).

A educação midiática, por sua vez, surge como política pública com esse conceito a partir de 2023, com a Estratégia Brasileira de Educação Midiática (Brasil, 2023). As discussões propostas nesse texto contemplam reflexões teóricas e também desenvolvidas a

1 O vídeo *Adultização* está disponível em: <https://youtu.be/FpsCzFGL1LE>. Acesso em: 29 ago. 2025.

2 Este artigo foi enviado para publicação pelo Seminário Educação, Informação, Comunicação e Saúde no dia 29 de agosto de 2025.

3 Adotamos o termo “Juventudes” no plural neste artigo para respeitar os diversos modos de ser jovem (Dayrell, 2003).

partir de nossa pesquisa empírica com jovens de Salvador (Bahia) e de Porto Alegre (Rio Grande do Sul).

A partir dessa introdução, o artigo está sistematizado em três seções principais, além da conclusão. Em um primeiro momento, contextualizar-se-á o fenômeno da desinformação e a educação midiática no Brasil; a segunda seção abordará a metodologia; e a terceira, a apresentação e a análise de resultados da pesquisa com os jovens das capitais Salvador e Porto Alegre.

2 DESINFORMAÇÃO COMO RISCO GLOBAL: O PAPEL CENTRAL DAS JUVENTUDES

As notícias que envolvem jovens contemplam abordagens que os retratam como autores, mas também como vítimas de abusos e até mesmo crimes cometidos ou facilitados via ambientes digitais. Há também as que os apresentam como protagonistas de ações positivas que contribuem para uma sociedade híbrida mais justa.

Para citar alguns exemplos dos diferentes enfoques explorados nas reportagens, pode-se começar pelo caso do estudante de 15 anos que agrediu a professora após ser advertido sobre o uso do celular durante a aula⁴. Neste caso, portanto, o jovem⁵ foi autor da violência reportada. Um conteúdo viral no TikTok, chamada de *trend*, foi denunciado pela instituição Sleeping Giants Brasil⁶ por divulgar vídeos pornográficos cujos criadores e público fim envolviam jovens e adolescentes. Ou seja, tanto eram autores quanto vítimas do material danoso distribuído pela rede social.

O caso do influenciador digital Felca, por outro lado, coloca em evidência um jovem cuja denúncia realizada via internet já impactou o Legislativo⁷, resultou em prisão de outro jovem influenciador digital, que está sendo investigado por possíveis crimes contra crianças e adolescentes, e continua mobilizando a sociedade em torno da necessidade de regulação das plataformas digitais⁸.

4 Informações sobre a reportagem disponíveis em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2025/05/06/video-professora-agredida-por-aluno-repreensao-uso-de-celular-bh.ghtml>. Acesso em: 25 ago. 2025.

5 O *Estatuto da Juventude* (Brasil, 2013) considera jovem quem tem entre 15 e 29 anos.

6 Informações sobre a reportagem disponíveis em: <https://sleepinggiantbrasil.com/trend-com-conteudo-explicito-de-jovens-viraliza-em-um-tiktok-sem-moderacao/>. Acesso em: 25 ago. 2025.

7 Mais informações sobre as votações no Congresso disponíveis em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/clyje9weq0lo>. Acesso em: 25 ago. 2025. Informações sobre aprovação no Senado estão disponíveis em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2025/08/27/adultizacao-senado-aprova-projeto-para-proteger-criancas-em-ambientes-digitais>. Acesso em: 25 ago. 2025.

8 Mais informações sobre as prisões e regulação das redes: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c9qynn5e0e9o>. Acesso em: 25 ago. 2025.

Todos esses fatos demonstram que os jovens podem ocupar diferentes posições em termos de uso das tecnologias e ambientes digitais, cabendo aos diferentes atores sociais apoiar as juventudes nas escolhas conscientes, críticas e responsáveis sobre como desejam atuar em sociedade.

Jenkins (2008) discute como os jovens, na era da convergência midiática, tiveram acesso a novas possibilidades de uso das mídias digitais para criar, compartilhar e participar ativamente, em contraste com as limitações das gerações anteriores, que tinham mais dificuldade em fazer circular suas opiniões, visto que a produção e a disseminação de conteúdo para públicos mais numerosos eram restritas aos meios de comunicação de massa. O público, portanto, era basicamente consumidor de informações.

Essa remodelação da comunicação que as tecnologias digitais proporcionam favorece o surgimento da sociedade em rede (Castells, 2002), em que o antigo receptor de mídia de massa se torna um produtor de informação, eliminando a rigidez dos papéis do modelo clássico de comunicação, que, em síntese, era formado por um emissor, a mensagem e o receptor. As tecnologias digitais, portanto, provocaram uma liberação do polo da emissão (Lemos, 2015).

Os jovens, nesse contexto, formam grupos sociais que experimentam novas formas de participação e também de exclusão. Essas constantes e intensas mudanças tecnológicas e culturais afetam diretamente o modo de ser jovem na contemporaneidade.

Apesar de o mundo digital conferir a possibilidade de um protagonismo inédito, por permitir um papel ativo na construção de suas próprias histórias de vida, as juventudes contemporâneas enfrentam a contradição de estar simultaneamente incluídas nos ambientes digitais e marginalizadas em vários aspectos sociais (Feixa, 2018).

2.1 DESINFORMAÇÃO

No contexto da desinformação, uma combinação de fatores relacionados a uma maior exposição e ao comportamento dos jovens nas redes digitais torna esse público um dos mais suscetíveis a todos os tipos de conteúdo, incluindo os falsos, hostis e impróprios (Nações Unidas, 2023).

Em *Princípios Globais para a Integridade da Informação*, as Nações Unidas (2024) alertam para a vulnerabilidade dos jovens ao fenômeno e às tecnologias emergentes, como a Inteligência Artificial. Neste trabalho, conceitua-se a desinformação como a disseminação intencional de conteúdos que se caracterizam por serem total ou parcialmente falsos, maliciosos, descontextualizados ou de cunho criminoso.

A taxonomia proposta por Wardle e Derakhshan (2017) diferencia os conteúdos falsos em três categorias: *disinformation* (cunho intencional), *misinformation* (cunho não

intencional) e *malinformation* (conteúdo com o intuito deliberado de prejudicar). Embora a circulação de informações inverídicas seja histórica, a infraestrutura tecnológica contemporânea, aliada aos modelos de negócio das plataformas digitais focados na maximização do engajamento e lucro, possibilitou uma disseminação massiva, célere e de escala planetária (O'Connor; Weatherall, 2019).

2.2 EDUCAÇÃO MIDIÁTICA

Uma das estratégias para proteger e preparar os jovens contra a desinformação é a promoção da educação midiática. Esse conceito ganhou projeção nacional a partir da Estratégia Brasileira de Educação Midiática (Brasil, 2023, p. 10), que defende que “a educação midiática deve ser entendida como uma necessidade para compreendermos a nossa relação com as mídias e como elas possibilitam que sejamos cidadãos construtores de sentido e transformadores da nossa realidade”. Trata-se, portanto, de equipar o jovem com as habilidades críticas necessárias para navegar e atuar no ambiente digital.

Em 2025, o presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei 15.100/2025 (Brasil, 2025a), que dispõe sobre o uso de dispositivos tecnológicos, como o celular, nas escolas públicas e privadas da educação básica, com o objetivo de limitá-los às atividades pedagógicas promovidas por professores. A decisão partiu de estudos que apontavam impactos negativos na saúde física e mental das crianças e adolescentes relacionados ao uso de tecnologias digitais.

Após a aprovação da lei, o Conselho Nacional de Educação (Brasil, 2025b), órgão vinculado ao Ministério da Educação, definiu as diretrizes operacionais nacionais sobre o uso dos dispositivos digitais em espaços escolares e também determinou que o currículo integre a educação digital e midiática. Assim, o uso dos dispositivos digitais deve ocorrer com intencionalidade pedagógica. Isso exige planejamento e orientação de profissional de educação nas unidades de ensino, bem como as escolas devem garantir o ensino da educação midiática para os estudantes. As redes de ensino, por sua vez, são responsáveis por promover formação para os professores.

Em uma das publicações lançadas pelo Ministério da Educação para apoiar essa mudança – *Educação digital e midiática: como elaborar e implementar o currículo nas escolas* – (Brasil, 2025c, p. 8), o conceito de educação midiática é apresentado com associação à integridade da informação, um outro conceito que passou a ser destacado pelas Nações Unidas, “que se refere à precisão, consistência e confiabilidade da informação”. Ao trabalhar a integridade da informação, as Nações Unidas defendem que os jovens estarão desenvolvendo resiliência à desinformação.

Buckingham (2023) alerta, todavia, que a educação midiática não deve se limitar a advertir sobre os riscos on-line, como a desinformação, mas sim promover uma com-

preensão crítica de como as mídias operam, seus modelos de negócio, e de que forma os jovens podem ter um uso criativo e ativo delas, a partir de uma compreensão profunda e transformadora das mídias. Para tanto, defende uma formação de cidadãos com amplo conhecimento midiático, de modo que compreendam os interesses e modelos de negócios presentes nas mídias digitais.

Livingstone (2017) também defende que os educadores e familiares devem ajudar os jovens a desenvolverem autonomia e autorregulação para lidar com os ambientes digitais. O foco não é proibir, mas sim orientar para que o jovem saiba usar os recursos digitais de forma segura e ética. A autora também defende a escuta atenta dos jovens para que compreendam como tem sido a interação deles com as mídias.

Essa urgência de escutar os jovens moveu nossa pesquisa empírica com jovens de duas capitais do Brasil. O estudo é parte do pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCIN) na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que funciona em Porto Alegre, uma das cidades do estudo. A outra, Salvador, já tinha sido nosso território de pesquisa com jovens desde o doutorado.

3 METODOLOGIA

Este artigo é de natureza básica, com abordagem qualitativa e objetivo exploratório. Apresentam-se e analisam-se resultados de pesquisa empírica com jovens das duas cidades mencionadas, com idades entre 18 e 29 anos. A pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CAAE: 78762224.0.0000.5347, parecer: 6.845.657).

Após essa fase, o instrumento de coleta de dados foi criado na ferramenta Google Formulário. A amostra da investigação foi calculada a partir da população de jovens das duas capitais (Salvador = 413.081 jovens; Porto Alegre = 224.170 jovens), com nível de confiança de 90% e margem de erro igual a seis pontos percentuais (0,06 ou 6,0%) para mais ou para menos.

O cálculo da amostra estabeleceu como necessários, pelo menos, 188 entrevistados de Salvador e 188 de Porto Alegre. Para viabilizar a participação dos jovens, aplicou-se a técnica de amostragem bola de neve ou *snowball*, que permite que uma pessoa receba o convite para participar da pesquisa on-line e possa compartilhá-lo com outros potenciais interessados (Silva, 2022; Silva; Buckstegge; Rogedo, 2018).

Dessa forma, o formulário da pesquisa foi enviado para jovens e parceiros da pesquisa, incluindo organizações da sociedade civil, institutos, universidades, órgãos públicos e privados, movimentos e coletivos que trabalham com e para jovens. A participação aconteceu de forma voluntária e anônima. A análise das respostas segue a perspectiva qualitativa, do tipo descritiva e exploratória, discutida a partir do referencial teórico.

4 RESULTADO E ANÁLISE

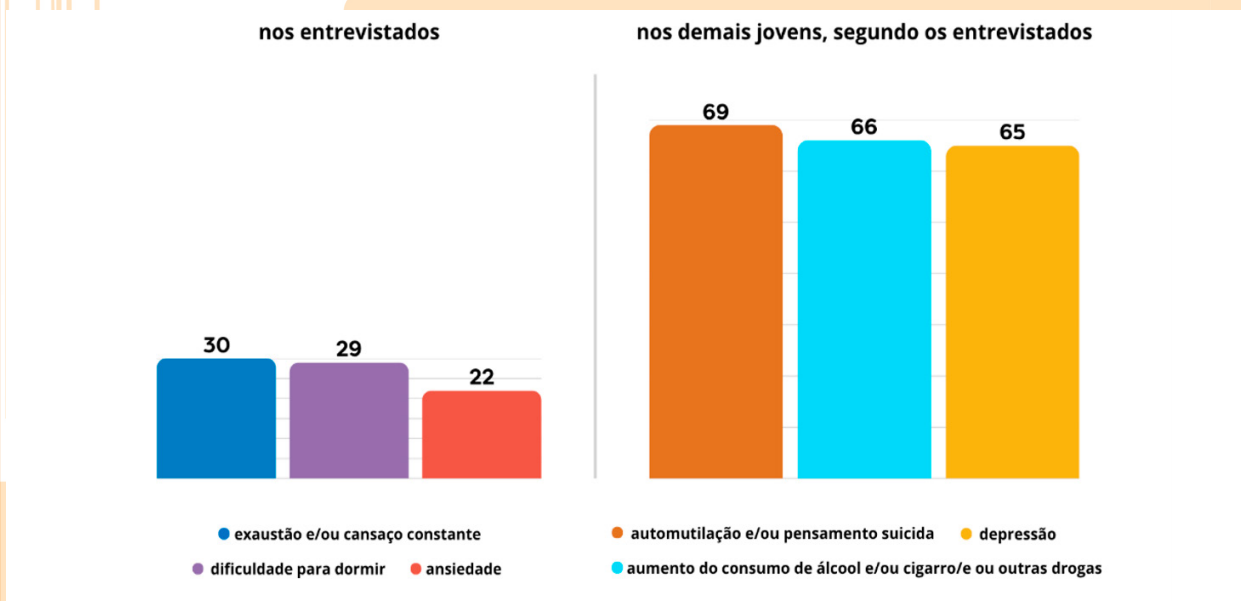
Este artigo apresenta e analisa os resultados de uma pesquisa que contou com a participação de 486 jovens de Salvador e de Porto Alegre, superando a amostra mínima em 110 indivíduos. Esse público foi convidado a responder perguntas a partir de suas perspectivas sobre experiências nos ambientes digitais. Uma das questões buscou saber se os jovens conheciam pessoas que foram vítimas de *fake news*/desinformação ou outro tipo de problema na internet.

Do total de participantes, 75% disseram identificar pessoas impactadas, principalmente, por discursos de ódio (35%), divulgação mentirosa sobre esta pessoa (31%), discriminação na internet – pela cor ou raça, pelo gênero, pela orientação sexual, pela religião, entre outros (29%).

Diante de todos os riscos que proliferam nos ambientes digitais, as Nações Unidas (2024) defendem que os indivíduos precisam ser politicamente empoderados e se sentir incluídos para se tornarem resilientes e mais capacitados para se prevenirem dos desafios nas redes.

Os jovens também foram incentivados a refletir sobre quais impactos percebiam sobre si e sobre os outros jovens. De um modo geral, os jovens notaram que sentem cansaço constante (30%), dificuldade para dormir (29%) e ansiedade (22%). Mas, quando avaliam os impactos sobre os demais jovens, os participantes notam sofrimentos mais expressivos: automutilação/pensamento suicida (69%), consumo de álcool, cigarro e drogas (66%), além de depressão (65%), como mostra o Gráfico 1.

Gráfico 1 – Comparação entre os problemas sobre si e sobre os outros jovens



Fonte: Resultados da pesquisa (2024).

Os jovens também opinaram sobre o que precisa ser feito para combater a desinformação. A maioria das respostas (54%) aponta que esse público visualiza a educação como principal estratégia para criar resiliência contra a desinformação. O jovem 1, por exemplo, respondeu:

Eu acho que a base de tudo é a educação, e, melhorando a educação, trazendo à tona essas discussões e ensinando a maneira certa de a gente pesquisar, a maneira certa que devemos analisar as informações que chegam para a gente, sem sermos influenciados por opiniões que não são nossas (porque é assim que acontece a *fake news*, quando a gente reproduz uma informação que às vezes a gente nem sabe se é de fato verdadeira, mas a gente reproduz, somos influenciados e nos deixamos ser influenciados); então, para que não ocorra essa influência, é preciso estar informado (Jovem 1).

As respostas dos jovens endossam as discussões promovidas por Buckingham (2023), que ressalta a importância de a educação midiática estar acessível aos jovens, assim como Livingstone (2017) enfatiza a necessidade de educadores e familiares estarem preparados para incentivar a criticidade dos estudantes. No entanto, apenas 42% dos jovens envolvidos na pesquisa acreditam que os professores estão sempre e frequentemente preparados para trabalhar com o tema da desinformação. Os familiares, por sua vez, estão ainda menos habilitados, somente 18% dos participantes confiam que eles saibam tratar desse tema.

A TIC Educação 2023 (CGI.br, 2024) reforça a percepção dos jovens em relação aos professores. A pesquisa indica que apenas 42% dos docentes das escolas estaduais no Brasil foram capacitados sobre desinformação e compartilhamento responsável de conteúdos e opiniões na internet. Um levantamento do Instituto Palavra Aberta (2023) com professores também endossa esse resultado: 73% dos docentes entrevistados estão preocupados com a desinformação no país, mas somente 40% se sentem preparados para enfrentar o fenômeno.

Todos esses estudos, com professores e com jovens, reiteram a urgência de se cumprir o que recomenda o Conselho Nacional de Educação (Brasil, 2025b) em termos de formação em educação midiática dos professores e introdução do tema nos currículos da educação básica.

Vale ressaltar que 78% dos jovens de Salvador e de Porto Alegre apontam as escolas e universidades como responsáveis por combater a desinformação. A pesquisa também sinaliza que os jovens têm interesse em aprimorar os conhecimentos. A maioria dos participantes (62%) manifestou desejo de (sempre ou frequentemente) aprender sobre como se prevenir e enfrentar a desinformação. Portanto, há demanda, terreno fértil e urgência de as políticas públicas de educação midiática chegarem ao chão das escolas.

5 CONCLUSÃO

Este artigo teve como objetivo discutir o papel dos jovens em meio ao contexto da desinformação e da criação de políticas nacionais de educação midiática. Os resultados da pesquisa empírica com jovens de Salvador e de Porto Alegre evidenciam a importância de escutar esse público para compreender os desafios que vivenciam nos ambientes digitais e, sobretudo, incentivá-los a exercer a participação cidadã, implicando-se na proposição de soluções para os dilemas atuais.

Os participantes da pesquisa apontam problemas mais sérios ocorrendo com outros jovens em comparação com o que notam sobre si quando estão on-line. O que pode decorrer de uma baixa competência em educação midiática, embora os jovens se autoavaliem superestimando as próprias habilidades e conhecimentos, o chamado Efeito Dunning-Kruger (Kruger, Dunning, 1999), que explica razões para esse tipo de viés cognitivo.

Diante de todos os desafios mencionados ao longo do artigo, defende-se o fortalecimento da educação midiática nas escolas e nas universidades, a partir de **formações para estudantes** e também para os professores. Reconhece-se como um avanço a obrigatoriedade de um componente dedicado a esse tema (Brasil, 2025b), mas alertamos para a importância de uma abordagem transversal que alcance toda a comunidade escolar e a sociedade.

É preciso também garantir as condições de trabalho e de estudo e, sobretudo, escutar os jovens, de modo a envolvê-los e implicá-los nas diferentes etapas de diagnóstico, planejamento, **execução e avaliação de** políticas de educação. Isso significa reconhecer esse público tanto como alvo e vetor de disseminação da desinformação, quanto, principalmente, como coautor de mudanças sociais efetivas para assegurar tecnologias e ambientes digitais saudáveis e justos.

Não é preciso que os jovens se tornem influenciadores digitais, como Felca, mas é crucial que se apropriem de competências e criticidade para atuar como cidadãos plenos nos ambientes on-line e off-line. Por fim, uma última inquietação que precisa ser observada e considerada em novos estudos e na execução de políticas de educação midiática: é imprescindível alcançarmos os jovens que não estão na educação formal. Uma sociedade híbrida melhor depende de garantias de direitos para toda a população.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei nº 12.852*, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. *Diário Oficial da União*. Brasília, 5 de agosto de 2013.

BRASIL. Secretaria de Comunicação Social. *Estratégia Brasileira de Educação Midiática*. Brasília, DF: Presidência da República, 2023. 39 p. Disponível em: https://www.gov.br/secom/pt-br/arquivos/2023_secom-spdigi_estrategia-brasileira-de-educacao-midiatica.pdf. Acesso em: 29 ago. 2025.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos. *Lei nº 15.100, de 13 de janeiro de 2025*. 2025a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2025/Lei/L15100.htm. Acesso em: 29 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. *Resolução CNE/CEB nº 2, de 21 de março de 2025*. Diário Oficial da União, Brasília, 21 mar. 2025. 2025b. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/2025/marco/rceb002_25.pdf. Acesso em: 29 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. *Educação digital e midiática: como elaborar e implementar o currículo nas escolas*. Programa Escolas Conectadas. 2025c. Disponível em: <https://mecred.mec.gov.br/recurso/366316>. Acesso em: 29 ago. 2025.

BUCKINGHAM, David. *Manifesto pela educação midiática*. São Paulo: Edições Sesc SP, 2023.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Projeto de Lei nº 2628, de 2022*. Brasília. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2477340>. Acesso em: 29 ago. 2025.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. *TIC Educação 2023: Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nas escolas brasileiras*. Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. São Paulo, 2024.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 40-52, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/zsHS7SvbPxKYmvcX9gwSDty/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 29 ago. 2025.

FEIXA, Carles. Culturas juvenis como perspectiva para analisar juventudes (1993-2018). *Última Década*, [S.l.], v. 26, n. 50, p. 89-105, 2018. Disponível em: https://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-22362018000300089#aff1. Acesso em: 29 ago. 2025.

FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL. *Relatório de riscos globais de 2025*. Genebra: Fórum Econômico Mundial, 2025. Disponível em: https://reports.weforum.org/docs/WEF_Global_Risks_Report_2025.pdf. Acesso em: 28 ago. 2025.

INSTITUTO PALAVRA ABERTA. Professores, mídias e informação. O repertório de docentes para a prática da educação midiática. São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.palavraaberta.org.br/docs/Resumo-executivo-Pesquisa-EducaM%C3%ADdia-29.05.2023.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2025.

JENKINS, Henry. *Cultura da convergência*. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2008.

KRUGER, Justin; DUNNING, David. Unskilled and unaware of it: how difficulties in recognizing one's own incompetence lead to inflated self-assessments. *Journal of Personality and Social Psy-*

chology, [S.l.], v. 77, n. 6, p. 1121–1134, 1999. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/buy/1999-15054-002>. Acesso em: 29 ago. 2025.

LABOISSIÈRE, P. Desinformação é principal risco global para 2025, afirma Unesco. *Agência Brasil*. Geral, Brasília, 20 maio 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2025-05/desinformacao-e-principal-risco-global-para-2025-e-anos-subsequentes>. Acesso em: 29 ago. 2025.

LEMOS, André. *Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea*. Porto Alegre: Sulina, 2015.

LIVINGSTONE, Sonia *et al.* Maximizing opportunities and minimizing risks for children online: the role of digital skills in emerging strategies of parental mediation. *Journal of communication*, v. 67, n. 1, p. 82-105, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1111/jcom.12277>

NAÇÕES UNIDAS. *Informe de política para a nossa agenda comum: integridade da informação nas plataformas digitais*. Rio de Janeiro: Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio), 2024. Disponível em: https://brasil.un.org/sites/default/files/2023-10/ONU_Integridade_Informacao_Plataformas_Digitais_Informe-Secretario-Geral_2023.pdf. Acesso em: 29 ago. 2025.

NAÇÕES UNIDAS. *Princípios Globais para a Integridade da Informação*, as Nações Unidas. Rio de Janeiro: Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio), 2023. Disponível em: https://brasil.un.org/sites/default/files/2024-07/ONU_PrincipiosGlobais_IntegridadeDaInformacao_20240624.pdf. Acesso em: 29 ago. 2025.

O’CONNOR, Cailin; WEATHERALL, James Owen. *The misinformation age: how false beliefs spread*. New Haven: Yale University Press, 2019.

SILVA, Daniela. *Pelo celular e pelas ruas de Salvador: Participação política de jovens e a relação com as competências infocomunicacionais*. 2022. 217 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/36812>. Acesso em: 29 ago. 2025.

SILVA, Tarcízio; BUCKSTEGGE, Jaqueline; ROGEDO, Pedro. *Estudando cultura e comunicação com mídias sociais*. Brasília: Editora IBPAD, 2018.

WARDLE, C.; DERAKHASHAN, H. *Information disorder: toward an interdisciplinary framework for research and policy making*. Strasbourg: Council of Europe Report, 27 set. 2017.

AGRADECIMENTO

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCIN) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e à CAPES Brasil pela bolsa de pós-doutorado.

“O QUE SE COME NO CÉU?”

Mercantilização da desinformação em saúde por prescritores do “bem comer” entre redes sociais, livros e televisão

DOI: [HTTPS://ZENODO.ORG/RECORDS/21945964](https://zenodo.org/records/21945964)

Débora Previatti

Renata da Costa Rocha

Luccas de Jesus Pereira dos Santos

Lorena Lindsey Coelho Duarte Santos

RESUMO

A desinformação e a misinformation em saúde referem-se, respectivamente, à disseminação intencional e não intencional de informações falsas ou enganosas, incluindo aquelas ligadas à alimentação e à nutrição. Este artigo analisa, por meio de uma abordagem qualitativa, as estratégias, os recursos e os capitais mobilizados nos trânsitos entre redes sociais, livros e televisão por “vozes dominantes” em termos de popularidade no ambiente digital que abordam essa temática. Para isso, foi realizada uma análise qualitativa das propriedades sociais e das estratégias discursivas de figuras públicas que se tornaram “referências” nas redes sociais na área da alimentação. A partir de um levantamento com base em rankings e listas de premiações, foram selecionados casos exemplares que reúnem características comuns a outras figuras públicas que mobilizam estratégias semelhantes. Por meio da visibilidade midiática, tais agentes passam a ocupar posições de autoridade e são alçados à condição de “celebridades”, “influenciadores” ou “mentores” no ambiente digital, conquistando uma legitimidade heterodoxa como “porta-vozes” de temas ligados à alimentação e a estilos de vida relacionados. A partir de tal legitimidade, tornam-se capazes de mercantilizar (des)informação em saúde por meio de mensagens de apelo moral, emocional ou religioso.

Palavras-chave: desinformação; mercantilização da saúde; alimentação e nutrição; redes sociais; mercado editorial.

INTRODUÇÃO

As mídias ocupam hoje posição estratégica nos campos político, econômico, intelectual e médico. Nesse contexto, a produção de informação sobre saúde – antes restrita a círculos profissionais relativamente especializados – transforma-se ao se dirigir ao grande público, ficando cada vez mais sujeita às pressões externas exercidas pela política e pelo mercado (MARCHETTI, 2010). No cenário do capitalismo contemporâneo, observam-se transformações significativas nos usos da cultura, tanto na esfera do consumo quanto na da produção. O intitulado “capitalismo de plataforma” alterou os padrões emocionais e de interação, de modo que as relações são cada vez mais mediadas por plataformas digitais (SRNICEK, 2020).

Segundo a Organização Mundial da Saúde, a desinformação consiste em uma das principais ameaças à saúde global. A criação e disseminação de desinformação, especialmente em períodos de crises de saúde pública, não é fenômeno novo. Peste bubônica no século XIV, surtos de cólera no século XIX, pandemia de influenza no século XX e pandemia de Covid-19 no século XXI: todos esses momentos sanitários críticos compartilham o uso social da desinformação para fins econômicos, políticos, simbólicos ou outros (WHO, 2025).

Os motivos que levam à criação e disseminação de desinformação são múltiplos e, por vezes, complexos. No ambiente digital, seus impactos sobre a saúde são potencializados e de difícil mensuração. Para além da hesitação vacinal em crises sanitárias, a desinformação online pode provocar mudanças drásticas na alimentação, na nutrição e nos estilos de vida, impulsionadas pela sensação de intimidade e confiança depositada em indivíduos que adquiriram autoridade simbólica para falar sobre saúde e alimentação, mesmo sem reconhecimento profissional nessas áreas.

Com a crescente digitalização, todos os estratos populacionais consomem cada vez mais informações sobre saúde por meio de plataformas digitais, aumentando sua exposição à desinformação (XIONG & LIU, 2014). Combater a desinformação em saúde é uma tarefa árdua, complexa e altamente relevante, especialmente em contextos de infodemia, nos quais a gestão implica fiscalizar e combater informações falsas ou enganosas, tanto em ambientes digitais quanto físicos, como se observou na pandemia de COVID-19 (WHO, 2025).

A desinformação sobre alimentação e nutrição pode afetar gravemente não apenas a saúde, mas também a situação econômica dos consumidores. Apesar de as mídias consistirem na principal fonte de informação, a ausência frequente de elementos referentes ao contexto da mensagem emitida prejudica a interpretação correta pelo público. Muitas vezes, tais elementos são deliberadamente omitidos e alguns aconselhamentos são generalizados, sobretudo para a obtenção de ganhos econômicos (AYOGB, DUYFF & QUAGLIANI, 2002).

Conforme o estudo de Segado-Fernández e colaboradores (2025), o Instagram (50%) e o YouTube (39,28%) consistem nas plataformas onde mais se veicula conteúdo enganoso ou falso sobre alimentação e nutrição, seguidos pelo TikTok (5,13%) e pelo Twitter (10,72%). Entre os conteúdos mais recorrentes estão promessas de eficácia atribuídas à adoção de “dietas milagrosas”, às quais se atribui uma rápida melhoria na saúde. O estudo também destaca que conteúdos propagados por profissionais de saúde e instituições acadêmicas no ambiente digital – a exemplo da campanha “Nutrição é Ciência”, promovida pelo Conselho Federal de Nutrição (CFN, 2024) – cumprem um papel central no combate à desinformação.

Notícias falsas ou enganosas relacionadas à alimentação e nutrição, associadas à prescrição de padrões de excelência corporal e estilos de vida, são disseminadas por diferentes agentes – como influenciadores digitais, *coaches* de estilo de vida, nutricionistas celebridades e empresas de alimentos – que compõem uma constelação de narrativas. Tais narrativas envolvem dietas da moda supostamente milagrosas e notícias sensacionalistas até particularidades nutricionais sobre determinados alimentos, descoladas do contexto geral da alimentação e ignorando especificidades de indivíduos e grupos sociais. Incluem-se, ainda, a publicidade explícita e intencional de alimentos já reconhecidos pela comunidade científica como pouco saudáveis, como os ultraprocessados.

Esse quadro configura o que Fischler (1995) denominou de “cacofonia alimentar”: uma constelação de narrativas prescritivas frequentemente contraditórias entre si, que geram confusão, ansiedade e incerteza nos consumidores quanto às suas escolhas alimentares.

As redes sociais digitais tornaram-se espaços férteis para a compreensão de novas dinâmicas que permeiam os mercados alimentares e os impactos da revolução digital sobre os sistemas alimentares (NIEDERLE et al., 2021). Ao mesmo tempo, a comida consiste em um nicho profícuo para compreender o papel crescente da cultura digital na vida cotidiana (LEWIS, 2018), emergindo nesse espaço com características próprias e a possibilidade de variadas frentes de análise no escopo das chamadas “culturas alimentares digitais” (GOODMAN & JAWORSKA, 2020; LUPTON & FELDMAN, 2020; OLIVEIRA & SANTOS, 2023).

METODOLOGIA

O presente artigo apresenta resultados de uma das frentes qualitativas do projeto de pesquisa *Mídias e mediações da alimentação contemporânea: trajetórias, identidades e engajamentos entre setores da indústria cultural*. Nesse estudo, adotou-se uma abordagem de métodos mistos, a fim de obter uma visão multifacetada do fenômeno investigado (CRESWELL e PLANO CLARK, 2007).

Foram examinadas as propriedades sociais e as características das trajetórias de 137 indivíduos ativos nas redes sociais que abordavam temas relacionados à alimentação

com frequência mínima mensal, no período de outubro de 2022 a dezembro de 2023. Eliminando-se perfis compartilhados e casos em que se notou uma escassez de informações públicas, a amostra final foi composta por 100 indivíduos. A seleção baseou-se na análise de rankings — como a lista *Top Creators 2025 da Forbes Brasil* — e de premiações — como os prêmios iBest e Influency.me.

Este artigo, de caráter qualitativo, concentra-se na análise de características e estratégias mobilizadas por algumas dessas “vozes dominantes” que falam sobre o comer e a comida no ambiente digital, com especial atenção àquelas que recorrem a apelos ligados à fé, à moral e às emoções. O foco analítico esteve nas propriedades sociais — sexo, idade, estado civil, local de nascimento e residência, escolaridade, ocupação atual e anteriores, bem como escolaridade e profissão de pais e cônjuges — obtidas a partir de entrevistas públicas, das páginas pessoais nas redes sociais e reportagens veiculadas em sites de jornais de reconhecida credibilidade.

Foram identificados potenciais recursos e capitais simbólico, econômico e cultural, mobilizados ao longo das trajetórias, assim como estratégias discursivas adotadas nas redes sociais, especialmente no Instagram. Observou-se de que maneira os trânsitos entre redes sociais, televisão e espaço editorial favoreceram o acúmulo de capitais e recursos, e como estes são mobilizados nas plataformas digitais. Nesse sentido, analisaram-se também conteúdos de postagens no período estudado, identificando-se estratégias textuais e imagéticas voltadas à obtenção de engajamento.

A EMERGÊNCIA DE “PORTA-VOZES” DO “BEM COMER” NO AMBIENTE DIGITAL

A partir dos anos 2000, observa-se a emergência de uma pluralidade de indivíduos que passa a divulgar parte de suas vidas pessoais online. Nesse contexto, surgem o que se passou a denominar de influenciadores digitais do gênero “estilo de vida”. Tais indivíduos passavam a difundir conteúdos, visando angariar um elevado número de “seguidores” e maximizar “curtidas”, visualizações, comentários e compartilhamentos dessas informações. Para isso, passou-se a mobilizar atraentes narrativas visuais e textuais, por meio das quais se poderia converter textos e imagens retratando seu cotidiano em bens econômicos, capitalizando-os em produtos e serviços (ABIDIN & GWYNNE, 2017).

Entre essas “vozes”, destaca-se um grupo presente nos rankings e premiações que aborda cotidianamente, nas redes sociais, temas como o comer, a comida, a alimentação e a nutrição. O perfil predominante é composto majoritariamente por mulheres (64%), com idade entre 31 e 50 anos (72%), nascidas sobretudo na região Sudeste do país (66%) — com destaque para as paulistas, que representam 44% do total. Quando à formação escolar, a despeito de abordarem cotidianamente assuntos relacionados à alimentação e nutrição, apenas 27% possuem graduação na área da saúde e 37% na área da alimentação (Gastro-nomia, Nutrição e afins).

Nas últimas décadas, há uma maior preocupação com o autocuidado e uma intensificação na busca por informações sobre alimentação e nutrição online (AYOOB, DUYFF & QUAGLIANI, 2002). Tal demanda criou um ambiente propício para a proliferação de agentes disseminadores de (des)informação em torno do comer e da comida. Estes passaram a atuar na condição de “intermediários culturais” (BOURDIEU, 2015) e porta-vozes do “bem comer” (JOHNSTON e GOODMAN, 2015), na medida em que prescrevem gostos e estilos de vida para o grande público, bem como na difusão e valorização de bens simbólicos ligados à alimentação. No entanto, nem sempre tais informações disponíveis na internet são confiáveis, e o campo das práticas alimentares, pela dificuldade em se estabelecer diretrizes, torna-se passível de distorções e até mesmo à disseminação de *fake news* (CASTELLINI, SAVARESE & GRAFFIGNA, 2021).

Se, por um lado, as redes sociais tornaram-se espaços profícuos para especialistas qualificados se comunicarem com o público, por outro, abriram margem para uma multiplicidade de “gurus” de saúde e de estilos de vida, ou “celebridades da comida” que, por vezes, se autoproclamam especialistas (DIEKMAN, RYAN & OLIVER, 2023). As plataformas digitais vêm substituindo antigas fontes de informação, como jornais e revistas, oferecendo a qualquer usuário a possibilidade de difundir conteúdos sobre alimentação, independentemente de sua formação profissional.

Mesmo entre profissionais de saúde, há que se considerar a mercantilização em jogo, que contribui para um considerável ganho de capital econômico e, em muitos casos, sustenta carreiras desenvolvidas predominantemente no ambiente digital. Esses profissionais podem ser patrocinados por empresas do ramo alimentício e direcionar seus conteúdos de modo a induzir o consumo de determinados produtos ou serviços. Dessa forma, a desinformação e a misinformation — respectivamente, a disseminação intencional e não intencional de informações falsas ou enganosas — sobre alimentação e nutrição podem ser mobilizadas com vistas à obtenção de ganhos econômicos, políticos e/ou simbólicos.

A MERCANTILIZAÇÃO DE DESINFORMAÇÃO POR MEIO DA VISIBILIDADE MIDIÁTICA E DE APELOS MORAIS, EMOCIONAIS E RELIGIOSOS

A popularidade em redes sociais como o Instagram tornou-se um meio recorrente de ganho de capital econômico, mas também de capital simbólico — este podendo ser mobilizado em diferentes espaços fora do ambiente digital para angariar prestígio e status. Um exemplo é o aumento das chances de publicação de livros proporcional ao número de seguidores de um perfil. Cada vez mais editoras, grandes e pequenas, selecionam autores a partir da popularidade online, pelo motivo de que uma presença expressiva nas redes aumenta as chances de venda e facilita a divulgação do livro (PREVIATTI, 2023). Dessa maneira, tanto a informação qualificada quanto a desinformação ou a misinformation podem ser amplificadas ao transbordar para outros espaços de produção e circulação de conteúdo, como livros e televisão.

Muitas podem ser as razões pelas quais um indivíduo se destaca na internet. Uma delas é a visibilidade midiática pela televisão. Para uma “celebridade da comida”, participar de um *reality show* pode ser decisivo para alguém, especialmente para quem não possui diploma na área da saúde ou da alimentação. A titulação escolar é relevante, sobretudo para quem já alcançou certa notoriedade, mas não é decisiva – caso contrário, qualquer profissional de saúde teria mais chances de se destacar nas redes sociais do que alguém graduado em outras áreas, o que não se confirma na prática.

Maíra Cardi, por exemplo, possuía, no momento da coleta de dados, 8,9 milhões de seguidores no Instagram. Natural de São Caetano do Sul (SP), atuou como modelo e foi proprietária de uma loja de vestuário. Seu pai é advogado e sua mãe é empresária no ramo musical. Suas primeiras aparições na mídia ocorreram como apresentadora do Programa VIP na TV Record de Cuiabá. Sua projeção nacional consolidou-se com sua participação no *Big Brother Brasil* em 2009. Em 2011, participou em quadros do programa *Domingo Legal*, no SBT. Em 2013, após sua saída do programa, mudou-se para os Estados Unidos, onde realizou cursos na área de *coaching* e, desde então, autointitulou-se *coach* fitness e de estilo de vida.

O capital de celebridade pode ser mensurado a partir do reconhecimento público, seja pelo número de seguidores em redes sociais, seja por indicadores como visualizações de páginas na Wikipédia (CARRILLAT & ILICIC, 2019). Como outros capitais, ele não é perene: possui um ciclo de vida que varia de acordo com os percursos das trajetórias de carreira (CARRILLAT & ILICIC, 2019). No caso de Maíra Cardi, a visibilidade obtida no BBB demandou a transmutação do capital de celebridade para manter-se em evidência. O nicho encontrado foi o de *coaching* de estilo de vida, transformando esse ofício em carreira, através da qual ela vende serviços e produtos voltados ao emagrecimento.

Suas postagens, predominantemente em vídeo, combinam cenas do cotidiano, divulgação de benfeitorias e aconselhamentos que mesclam dicas dietéticas, estratégias para lidar com emoções e relacionamentos, e citações bíblicas como a que segue: “1 Coríntios 15:33 diz: ‘Não vos enganeis. As más conversações corrompem os bons costumes.’” (CARDI, 2024a). Frequentemente criticada em círculos acadêmicos por promover discursos que fomentam o intitulado “terrorismo nutricional”, a influenciadora é conhecida por empregar termos polêmicos, como “estupro alimentar” para descrever a situação em que familiares oferecem comidas calóricas, e por “demonizar” certos alimentos, como o pão. Em seus discursos, o cultivo de si e das boas relações aparecem como caminhos necessários para o “sucesso”, que seria alcançar o emagrecimento. Seu recente livro *O que se come no Céu?* (Citadel Editora, 2024) é descrito, em suas próprias palavras, como “uma conversa a três: seu racional, sua alma e Deus”.

Entre o final do século XX e o início do XXI, observa-se um crescimento significativo de figuras públicas que passaram a falar sobre alimentação em múltiplos setores da indústria cultural. Seja em revistas, livros, programas televisivos, filmes, séries ou redes sociais, tais narrativas, por vezes, exaltam essas figuras como “heroicas” e manifestam um

empreendedorismo moral e social (PREVIATTI, 2024). É como se não bastasse falar sobre comida: seria preciso convencer o público de que alguém que aborda algo tão cotidiano e banal como o ato de comer ocupa aquela posição privilegiada por se distinguir em meio à imensidão de vozes online – alguém “elevado” ou “grandioso”.

Nos anos 2020, não é raro encontrar postagens de influenciadores que mobilizam citações bíblicas e outras mensagens religiosas. O caso de Maíra Cardi não é isolado. Autointitulados “*coaches* de estilos de vida” recorrem a discursos terapêuticos (ILLOUZ, 2011), referências religiosas e à divulgação de benfeitorias como estratégias distintivas em uma arena de vozes em disputa, onde o reconhecimento não depende exclusivamente do conhecimento técnico sobre alimentação. Tais discursos podem conferir-lhes uma aura de superioridade e, portanto, legitimá-las entre tantas vozes. Esses recursos operam, assim, como marcadores distintivos e estratégias para a venda de produtos ou serviços – normalmente cursos e livros. A Figura 1 apresenta exemplos desse tipo de abordagem, extraídos dos perfis de Maíra Cardi, da nutricionista Thaísa Leal e da socialite Lucília Diniz – todas autoras de livros e divulgadoras de suas obras em redes sociais:

Figura 1 – Imagens postadas no Instagram – 04/04/2024, 29/03/2024 e 31/03/2024



Fonte: Cardi, 2024b; Leal, 2024; Diniz, 2024.

As mídias detêm o que se pode chamar de “capital midiático” (COULDRY, 2012), exercendo efeito de autoridade sobre práticas sociais em diferentes campos. Seus usos variam conforme as regras de cada campo. Em alguns, como o editorial, a *Instafama* funciona como indicador de capital de celebridade, influenciando a seleção de autores, como pré-requisito para a aprovação de publicações, como observado no nicho de livros de culinária e gastronomia (PREVIATTI, 2023). Nos casos apresentados, discursos religiosos e terapêuticos ampliam o alcance do público e favorecem o acúmulo de capital simbólico. O reconhecimento obtido por meio das redes sociais pode ser transmutado em um capital simbólico mais duradouro, considerando-se a relevância do aplicativo na manutenção da visibilidade do nome próprio e, conseqüentemente, no aumento da vendabilidade de livros.

Embora nitidamente seja possível observar que a saúde, ao ser midiaticizada, também se mercantiliza de variadas formas, há, nas redes sociais, uma evidente “denegação do econômico” (JARDIM, DI PIRES e VASQUES, 2024). Afeto e mercado, intimidade e economia aparecem como indissociáveis, com suas fronteiras constantemente negociadas pelos agentes. No entanto, o laço de confiança sustentado com os indivíduos que criam conteúdos online ancora-se, muitas vezes, em uma falsa sensação de intimidade – manifestada pelo uso de apelidos, como “Juju”, “Carol” ou “Zé” – e na crença infundada de que existe uma fronteira clara e intransponível separando dimensões da vida humana, como intimidade e mercado, amor e dinheiro (ZELIZER, 2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O combate à desinformação sobre alimentação e nutrição é uma tarefa complexa, que exige compreender as lógicas sociais envolvidas na ascensão de “porta-vozes” do tema. Nesse sentido, é fundamental conhecer as características de quem difunde essas narrativas, para entender, dentro do contexto em que se falam, e o que nelas é falso ou enganoso e quais as estratégias empregadas para sua disseminação.

Embora a formação universitária nas áreas da Saúde e da Alimentação se apresente como um elemento distintivo entre aqueles com maior popularidade – em um espaço simultaneamente democrático e altamente competitivo –, esse fator não é determinante. A maioria dessas “vozes dominantes” possui graduação em outras áreas do conhecimento. A passagem pela televisão, especialmente por *reality shows*, como é o caso de Maíra Cardi, revela-se um ponto de clivagem na trajetória de algumas dessas vozes, sobretudo entre aqueles que não possuem formação na área, marcando a transição da condição de anonimato para a visibilidade pública.

As redes sociais revelaram-se fundamentais para manter a visibilidade midiática e o capital simbólico, monetizando-o por meio de livros, cursos, outros produtos postos a consumo, bem como de anúncios. Para isso, apelos morais, religiosos ou emocionais operam como mecanismos de distinção social, na medida em que elevam esses indivíduos a uma suposta posição de superioridade, na qual não opinam apenas sobre alimentação, mas também sobre fé, moral e religião. Benfeitorias e menções religiosas são mobilizadas em prol da manutenção dessa imagem social, e essa “aura superior” é mantida por meio da construção de um empreendedorismo moral, no qual o capital simbólico obtido nas redes sociais é convertido em capital econômico, sobretudo pela venda de livros. Nesse cenário, a desinformação é produzida e disseminada por meio da diluição das fronteiras entre fé e dinheiro, intimidade e mercado, sendo o interesse econômico dissimulado e a (des)informação sobre alimentação camuflada entre trechos bíblicos e benfeitorias.

REFERÊNCIAS

- ABIDIN, C.; GWYNNE, J. Entrepreneurial selves, feminine corporeality and lifestyle blogging in Singapore. **Asian Journal of Social Science**, 45, 4: 385-408, 2017. DOI: 10.1163/15685314-04504002.
- AYOGB, K.-T.; DUYFF, R.L.; QUAGLIANI, D. Position of the American Dietetic Association: food and nutrition misinformation. **Journal of the American Dietetic Association**, v. 102, n. 2, p. 260-266, 2002.
- BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. Porto Alegre: Zouk, 2015.
- CARDI, M. “Seu ambiente está te engordando”. **Instagram @mairacardi**, 24 de abril. Disponível em https://www.instagram.com/p/C6JemW3Lvs_/, consultado em 02/08/2024.
- CARDI, M. “Toda honra e Glória para ELE”. **Instagram @mairacardi**, 2 de abril. Disponível em https://www.instagram.com/p/C5WAGBBLCTG/?img_index=1, consultado em 02/08/2024.
- CARRILLAT, F.; ILICIC, J. The celebrity capital life cycle: a framework for future research directions on celebrity endorsement, **Journal of Advertising**, 48, 1: 61-71, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1080/00913367.2019.1579689>.
- CASTELLINI, G.; SAVARESE, M.; GRAFFIGNA, G. Online fake news about food: self-evaluation, social influence, and the stages of change moderation. **International journal of environmental research and public health**, v. 18, n. 6, p. 2934, 2021.
- CONSELHO FEDERAL DE NUTRIÇÃO. **Nutrição é ciência: a importância da informação confiável para a sua saúde**. Brasília, 2 jul. 2024. Disponível em: <https://www.cfn.org.br/index.php/noticias/nutricao-e-ciencia-a-importancia-da-informacao-confiavel-para-a-sua-saude/>. Acesso em: 1 ago. 2025.
- COULDRY, N. **Media, society, world: social theory and digital media practice**. Cambridge: Polity Press, 2012.
- DIEKMAN, C.; RYAN, C. D.; OLIVER, T. L. Misinformation and disinformation in food science and nutrition: impact on practice. **The Journal of Nutrition**, v. 153, n. 1, p. 3-9, 2023.
- DINIZ, L. [A sexta é da Paixão]. [S.l.], 31/03/2024. **Instagram @luciliadiniz**. 2024. Disponível em <https://www.instagram.com/p/C5MvpjRuGhw/>, consultado em 22/08/2024.
- FISCHLER, C. **El (h) omnívoro**. El gusto, la cocina y el cuerpo. Barcelona: Anagrama, v. 421, p. 66, 1995.
- GOODMAN, M.; JAWORSKA, S. Mapping digital foodscapes: digital food influencers and the grammars of ‘good’ food. **Geoforum**, 117, 183-193, 2020.
- ILLOUZ, E. **O amor nos tempos do capitalismo**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.
- JARDIM, M.; DI PIRES, L.; VASQUES, L. Intimidade e mercado no Instagram: trabalho relacional como estratégia de denegação do econômico. **Sociologia & Antropologia**, 14, 2: e230068, 2024.

JOHNSTON, J.; GOODMAN, M. Spectacular foodscapes: food celebrities and the politics of lifestyle mediation in an age of inequality. **Food, culture & society**, 18, 2: 205-222, 2015.

LEAL, T. "5 hábitos das pessoas mais felizes". **Instagram @lealthaisa**, 2024. Disponível em <https://www.instagram.com/p/C5Gj42Jrj7U/>, consultado em 07/09/2024.

LEWIS, T. Digital food: from paddock to platform. **Communication Research and Practice**, v. 4, n. 3, p. 212-228, 2018.

MARCHETTI, D. **Quand la santé devient médiatique**: les logiques de production de l'information dans la presse. Grenoble: PUG, 2010.

NIEDERLE, P.; SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. Introdução. In P. Niederle; S. Schneider; A. Cassol (orgs.), **Mercados alimentares digitais**: inclusão produtiva, cooperativismo e políticas públicas. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2021.

LUPTON, D.; FELDMAN, Z. **Digital Food Cultures**. New York, Editora Routledge, 2020.

OLIVEIRA, D.C.; DOS SANTOS, A.S. Culturas alimentares digitais: movimentos sociais e activismos alimentar no ambiente on-line. **Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais**, 23, 1: e023006-e023006, 2023.

PREVIATTI, D. Da clausura insalubre à midiatização e ao empreendedorismo moral: a representação de chefs em revistas impressas brasileiras (1960-2010). **O Público e o Privado**, Fortaleza, v. 22, n. 46, p. 103-128, 2024.

PREVIATTI, D. Entre o nacional e o internacional: a edição de livros de culinária e gastronomia no Brasil. **Rev. Pós Ciênc. Soc., São Luís**, v. 20, n. 2, p. 439-459, 2023.

SEGADO-FERNÁNDEZ, S.; JIMÉNEZ-GÓMEZ, B.; JIMÉNEZ-HIDALGO, P.J.; LOZANO-ESTEVAN, M.C.; HERRERA-PECO, I. Disinformation about diet and nutrition on social networks: a review of the literature. **Nutrición Hospitalaria**, v. 42, n. 2, 2025.

SRNICEK, N. Capitalismo de plataforma. In: KALIL, R. B. **A regulação do trabalho via plataformas digitais**. Editora Blucher, 2020, p. 67-97.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Disinformation and public health**. Geneva: WHO, [s.d.]. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/questions-and-answers/item/disinformation-and-public-health>. Acesso em: 3 ago. 2025.

XIONG, F.; LIU, Y. Opinion formation on social media: an empirical approach. **Chaos: An Interdisciplinary Journal of Nonlinear Science**, v. 24, n. 1, 2014.

ZELIZER, V.A. 2011. **A negociação da intimidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. 310 pp.

EDUCAÇÃO PARA A MÍDIA E AS REDES SOCIAIS: meninos e jovens ante a desinformação.

DOI: [HTTPS://ZENODO.ORG/RECORDS/21948047](https://zenodo.org/records/21948047)

José Antonio Moreira-González

Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI). Salvador de Bahia.

Universidad Carlos III de Madrid. Departamento de Biblioteconomía y

Documentación. Getafe. Madrid. España

E-mail: jamore@bib.uc3m.es

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8827-158X>

Jamilli Cristina da Silva Quaresma

Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI). Salvador (BA).

E-mail: jamilli.cristina@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1799-2566>

RESUMO

A influência da mídia na formação dos cidadãos é, de um modo geral, aceite por fornecer análises detalhadas e informações verificadas. Ao mesmo tempo, reconhecemos que a desinformação aumentou com o acesso às plataformas sociais. Mas a comunicação social tradicional forma os jovens ou deforma-os? E as redes sociais? Será essa uma função da mídia e das redes sociais? Para responder a estas perguntas, foi analisada a bibliografia de organismos internacionais e de especialistas, a fim de determinar quais são as características da educação para a mídia e para a utilização das redes sociais. Também se defende a conveniência da sua regulação no âmbito da educação formal.

Palavras-chave: Desinformação; Educação para a mídia; Educação para as redes sociais; Formação regulada.

INTRODUÇÃO

É oportuno começar com uns comentários do colega Tony Hernández durante um bate-papo sobre mídia, redes e educação: A mídia tradicional forma os jovens? Forma-os em quê, em uma visão de mundo? A função da mídia é formar? Se for, como ela faz isso se os jovens não acessam mais a mídia tradicional? É possível provar que eles quase não acessam ou preferem as redes sociais? E a mídia forma os jovens ou os desforma? Porque com tantas notícias falsas, cujo objetivo não é tanto mentir, mas confundir ou fazer com que você não acredite em nada e/ou “vender” produtos (saúde e beleza, principalmente) ou ideias políticas (a extrema direita tem sido surpreendentemente eficaz nisso) - a função interpretativa da mídia tradicional, selecionando as notícias importantes, dando-lhes contexto, priorizando-as, interpretando-as, deixou de ser importante. Agora qualquer um é jornalista. Ser jornalista de uma mídia de prestígio é o mesmo que ter um canal onde milhões de pessoas te ouvem como influenciador digital. Se somarmos a isso o fato de a IA gerar conteúdo “falso” e ter um alcance tão grande, o caos se instala, pois pode ser usada para gerar conteúdo manipulado e informações falsas cuja imitação da realidade causa engano. Especialmente quando é manipulada para atacar ou prejudicar alguém, já que as falsificações intencionais podem causar muitos danos, principalmente porque a dúvida e a desconfiança que elas geram podem destruir os convívios humanos (Barros; Vidotti; Sant’Ana, 2024).

As crianças e os adolescentes estão mais tempo em contato com a mídia do que na escola, especialmente com todo tipo de telas e dispositivos de computador. A relação com a mídia e as TIC está relacionada com dois componentes (Cadavieco; Sevillano; Sevillano, 2020):

- O tempo que passam na televisão, na Internet, no celular, no rádio etc. que oferecem não apenas informações e entretenimento; e
- Os valores, atitudes e representações transmitidos pela mídia, que acabam assumindo como seus.

O combate à falsificação de informações não é tarefa apenas dos profissionais, mas envolve as famílias e a sociedade como um todo, enquanto são responsáveis pela educação e preparação dos jovens para a vida. A situação aconselha que crianças e jovens saibam questionar e discernir a informação a que acessam desde o contexto midiático e digital em que vivem. E argumentar isso da necessidade de uma educação que lhes alfabetize para examinar, avaliar e decidir sobre os conteúdos que acessam. É claro, independentemente do zelo consumista ou de uso promovido por qualquer tipo de interesse externo. Isso posto, o objetivo é detectar a existência e características da educação para a mídia e para o uso das redes sociais e, caso contrário, reivindicar a conveniência de regulação na educação formal.

Este texto é mais um exercício de observação do que uma análise de dados calculados ou obtidos a partir de medições. Não se destina a descrever os precedentes e o estado da arte derivados de artigos exaustivamente selecionados. Tampouco tem a intenção de enriquecer uma base teórica há muito estabelecida. É verdade que a preparação foi sempre orientada pela consulta a fontes documentais relevantes, a fim de determinar as diferentes avaliações críticas das consequências que a falta de formação regulamentada tem sobre a preparação acadêmica, o exercício da cidadania e o desenvolvimento enquanto seres humanos dignos. Sem dúvida, o exame contou com o apoio de estudos compatíveis que fornecem o argumento factual necessário e mostram, em geral, uma perspectiva de pesquisa de natureza social, educativa e comunicativa. Essa preferência é causada pela alta percepção da validade dos sucessivos ciclos de transformação tecnológica para gerir o treinamento e as informações em centros de pesquisa como o Centro de Pesquisa Sociológica da Espanha (2024) ou em relatórios de empresas como a Evercom e a Smartme Analytics (2025).

Entre as plataformas usadas para buscar informações, o site OpenAlex (2023) produziu resultados valiosos. Mas, acima de tudo, com aqueles que vêm da contribuição enriquecedora de organizações internacionais preocupadas com a formação humana e cidadã de crianças e jovens diante das TIC, das redes sociais e do conteúdo da mídia, como a UNESCO, o Parlamento europeu (2025) e a Comissão europeia (2022), os trabalhos contra as campanhas de desinformação do Governo de Espanha (2024) e do IBERIFIER (2025). Assim como as pesquisas no Google usando “desinformación site: eu”.

MEDIAÇÃO INFORMATIVA NA MÍDIA E NAS REDES SOCIAIS

A mídia tradicional é um dos principais disseminadores de informação. Seu modelo de comunicação parte de um número limitado de fontes de conteúdo e flui para um público amplo. Tende a transmitir informação mais controlada e cuidadosa, pois o que é visto e ouvido é decidido por editores e jornalistas. A mídia tem uma forte influência na formação dos cidadãos, que a percebem como autoridade pois, em geral, fornece análises aprofundadas e informações verificadas. Por esse motivo, conserva ainda uma maior capacidade de intervir do que a mídia digital na formação de opiniões políticas, de acordo com uma pesquisa do CIS (2024). Essa preferência também ocorre quando acontecem catástrofes. Porém, a mídia está perdendo a batalha de enfrentar uma forma de comunicação que é direta, direcionada e permanente com a opinião pública. A mídia, o jornalismo, os jornalistas não conseguem proteger a boa informação, o bem público, o cidadão. Não conseguem proteger a democracia. A desinformação tem impactado na diminuição da confiança pública, na polarização da sociedade e no aumento do negacionismo científico (NAGUMO; TELES; SILVA, 2022).

Se nas décadas passadas a televisão, o rádio, a imprensa, o cinema ou as histórias em quadrinhos eram o objeto de estudo, agora devem se incluir os videogames, a

multimídia, a Internet e quanto for acessível pela telefonia móvel. As plataformas sociais permitem a comunicação instantânea e a ampla troca de informações, o que pode afetar significativamente a maneira como percebemos o mundo. Diferentemente da mídia tradicional, que depende de uma abordagem mais estruturada para a produção de conteúdo, as redes sociais são um espaço dinâmico e interativo onde qualquer pessoa com conexão à Internet pode expressar sua opinião e compartilhar conteúdo. Essa mudança transformou a maneira como as notícias são consumidas e discutidas (Moreira, 2015).

Um relatório da Evercom e a Smartme analytics (2025) define o desafio como: “Criar estratégias que reforcem a confiança do público na mídia e combatam a desinformação. Não se trata apenas de fornecer informações e entretenimento, mas também de educar para o consumo crítico do que assistimos, lemos e ouvimos”.

Tabela 1. Perfil do acesso à informação na mídia versus nas redes sociais.

	<i>Vantagens</i>	<i>Desafios</i>
Redes Sociais	Facilidade de acesso	Excesso de exposição
	Estímulo à criatividade e expressão	Dificuldade de concentração
	Colaboração e socialização	Exposição a conteúdos inadequados
	Dinamização educativa	Redução das interações presenciais
	Rápida difusão	Falta de autoridade
Mídia	Mediação e contextualização	Passividade do consumo
	Apoio à aprendizagem formal	Menor engajamento
	Formação crítica	

Fonte: Adaptado de Evercom e Smartme analytics (2025).

As plataformas criam formas de socialização, aprendizagem e desenvolvimento de habilidades na vida dos jovens. Em 2024 mais da metade da população mundial (63%) permaneceu online durante 2 horas e 23 minutos cada dia, com jovens representando significativa parcela desse universo (Kemp, 2024). A tecnologia faz companhia as novas gerações, cada vez mais cedo, a partir da comunicação rápida, o acesso a grande volume de informações, sua ampla disseminação e a prática autoafirmativa. A vida digital molda seus comportamentos e percepções de mundo desde a constante partilha de informação.

Quanto à estrutura, o sucesso se deriva de lançar mensagens simples em linguagem fácil, muitas vezes com titulação sensacionalista e imagens desgostosas ou incômodas, não raras vezes tematizando discursos de ódio a quem é diferente e causa mal-estar, porque perturba as convicções mais profundas e primárias do ser humano (racismo, xenofobia, homofobia, misoginia, entre outros). Um segundo fator diz respeito à entrada em cena do cidadão como emissor e produtor de conteúdos que dissemina de forma incon-

trolável para fortalecer suas convicções e “verdades”. A desinformação sempre fez parte da sociedade, problema acentuado na atualidade pelo impacto das redes sociais, dado que há governos que propagam desinformação, negacionismo científico e favorecem a polarização, não se pode esperar políticas públicas eficientes dessa parte. Cabe à sociedade civil, aos movimentos organizados e aos educadores comprometidos com a verdade lutar para que a escola continue sendo um espaço de promoção da ciência, de diálogo e de democracia (Ahn, 2011).

INFORMAÇÃO QUESTIONÁVEL, FORMAÇÃO PRECISADA.

Os problemas das redes sociais refletem os problemas da sociedade na qual operam. Assim como na Web social, sua falta de autoridade está diretamente ligada à sua função de desintermediação. Portanto, a opinião de qualquer leigo influente sobre questões especializadas tem tanto peso quanto a de um cientista de destaque. No entanto, essas pessoas “não sustentadas” também têm voz na mídia tradicional. Além disso, em contraste com o papel de monitoramento e controle exercido pela mídia, as redes sociais disseminam mensagens muito rapidamente, sem verificar sua autenticidade. Não muito alheia a essa situação está a facilidade com que a IA pode gerar conteúdo, dados e informações personalizados para atingir e condicionar um determinado tipo de público, que podem se transformar em desinformação e falsidades ainda mais profundas. Pura manipulação, pois sabe tudo sobre você, o que você gosta, o que você odeia, ao que você reage com “Likes”. Esse contexto coloca nossa sociedade dentro do negócio econômico, político e comunicativo da mentira.

A necessidade de lidar com as consequências da crescente situação de desinformação levou as principais organizações internacionais e os países mais conscientes a proporem atividades de treinamento e educação para capacitar seus cidadãos, especialmente os mais jovens, a enfrentarem esse problema. Esse é o papel da plataforma eletrônica da UNESCO, que recomenda um currículo de alfabetização midiática composto por 14 módulos que abrangem a gama de habilidades necessárias para navegar no ecossistema de comunicações atual. A plataforma fornece sugestões pedagógicas estruturadas a educadores e alunos. Esse recurso vincula a alfabetização “a questões emergentes, como inteligência artificial, educação para a cidadania digital, educação para o desenvolvimento sustentável, alfabetização cultural e o aumento exponencial da desinformação (UNESCO, 2024)”. Trata-se de uma proposta abrangente, pois sua lista de competências está relacionada ao conteúdo, àqueles que o fornecem e às TIC que o produzem e disseminam. Não se pode esquecer do papel desempenhado por arquivos, bibliotecas e museus, além de instituições como a mídia e as empresas de internet. O documento curricular identifica conhecimentos, habilidades, atitudes e valores, e sua abordagem pedagógica é baseada nas atividades a serem realizadas, que são apoiadas por recursos e referências recomendados para uso em cada módulo.

Por sua vez, o Parlamento Europeu (2025) propõe identificar a desinformação, como ela funciona, como combater as notícias falsas, as táticas usadas em vídeos para enganar e até mesmo como combater a interferência estrangeira na democracia da EU, mas quase nada sobre educação. Embora estejam muito próximos do tratamento dado pela UNESCO os recursos educativos do *Learning Corner* da União Europeia (2025), que oferece ferramentas educativas, nesse caso um manual, recursos educativos abertos, vídeos e slides para professores do ensino médio transmitam conhecimentos úteis sobre a dinâmica e as manifestações da desinformação, treinarem seus alunos a navegar na Internet, promovam o pensamento crítico e incentivem o debate até que sejam capazes de distinguir entre realidade e engano. Se os estudantes compreenderem as estratégias e os padrões de manipulação de informações e empregarem a capacidade de avaliar as informações de forma objetiva e racional para identificar erros, inconsistências e preconceitos, eles estarão preparados para detectar e se proteger (União Europeia, 2025).

Os professores são parceiros fundamentais para alcançar esse objetivo. As diretrizes técnicas e éticas emitidas respectivamente pela União Europeia (2022) e pela Comissão Europeia (2022) se destinam a eles, para que as utilizem na sala de aula e incentivar os pais a consultarem-nas, pois apresentam exemplos práticos, casos de utilização, sugestões e planos de atividades, “identificam considerações e requisitos éticos e destacam as competências emergentes e os termos ou técnicas essenciais a desenvolver no campo da educação”. Algumas das medidas adotadas pela Comissão Europeia (2022) para proteger contra a manipulação de informação tem a ver com o compromisso das plataformas de adotar medidas que abordem os riscos decorrentes de informações falsas ou enganosas e garantam um ambiente digital mais seguro e confiável; a proteção e apoio aos jornalistas e a mídia independente, pois a liberdade e o pluralismo são essenciais para a democracia; a cooperação com a sociedade civil e o meio acadêmico e apoiar projetos que respondam à manipulação de informações e à interferência estrangeira.

O IBERIFIER (<https://iberifier.eu/observatorio/>), um dos 14 observatórios de mídia digitais nacionais ou multinacionais neste caso para Espanha e Portugal, promovido pela Comissão Europeia e vinculado ao Observatório Europeu de Mídia Digital (EDMO), deve ser incluído aqui. Pois, uma de suas cinco linhas de trabalho concentra-se na promoção de iniciativas de alfabetização midiática, destinadas a jornalistas e repórteres, jovens e à sociedade como um todo. Entretanto, é a linha com o menor número de relatórios nos resultados.

Para entender a magnitude adquirida pela desinformação e pelo conteúdo falso, é significativo que o governo espanhol tenha apoiado um grupo de trabalho da Conferência de Reitores das Universidades Espanholas (CRUE), com o objetivo de vincular a atividade das universidades e dos centros de pesquisa à compreensão e à busca de soluções para esse fenômeno. Este grupo gerou um glossário anotado de 125 conceitos classificados da seguinte forma: Manipulação da informação; Falsificação de identidade, manipulação e recursos tecnológicos; Guerra de informação e interferência estrangeira; Estratégias de controle, supressão e propaganda; Falácias, teorias da conspiração e pseudoconhecimento;

Táticas psicológicas, cognitivas e de percepção; Manipulação algorítmica e da mídia; Ciber-crime e ameaças on-line (Arce; Rodríguez; DSN, 2024). Num momento em que muitos dirigentes disseminam a mentira no espaço público e validam a desumanização, sustentada por uma falta de confiança nas instituições democráticas. Sua estratégia de comunicação e marketing assenta na divulgação em larga escala, de forma eficaz, midiaticamente robusta e massificada de notícias falsas, para manipular as pessoas (Tyner; Gutiérrez, 2012).

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO PARA A MÍDIA E PARA AS REDES SOCIAIS.

Entretanto, apesar do aumento das plataformas de notícias e das redes sociais, a mídia tradicional manteve sua reputação de qualidade e veracidade aos olhos dos usuários. Na busca pelo equilíbrio entre seu legado e a necessidade de inovar, o relatório da Evercom e Smartme analytics (2025) destaca que: “A credibilidade das notícias deve ser uma prioridade, tanto para a sociedade como um todo quanto para os envolvidos no setor de comunicação. O imediatismo não pode substituir o rigor jornalístico; a confiança na mídia tradicional é um reflexo de um jornalismo que continua a depender da verificação e da análise aprofundada dos fatos”.

Tabela 2. Os atributos educativos da mídia comparados com as redes sociais.

Valores	Mídia tradicional	Redes Sociais
Acesso à informação	Seletivo; curadoria editorial	Imediato; quase ilimitado; direto
Autenticidade	Genuína	Espontânea; infundada
Estímulo à criatividade	Escasso	Vigoroso; criação de conteúdo
Formação crítica	Assentada na curadoria e discussão	Necessita de mediação e orientação
Interatividade	Débil; utilização passiva	Dinâmica; na produção; compartilhada
Mediação e orientação	Efetiva (pais, profissionais, professores)	Autônoma; deficiente; desintermediada
Riscos à saúde	Pequenos, embora existentes	Profusos; uso excessivo
Socialização	Em pessoa; parcial	Em rede; universal

Fonte: Oliveira, 2025

Essa educação deve ser considerada uma prioridade no treinamento de crianças e jovens, tanto na educação formal quanto na discricionária (Torneró, 2017) devido a:

- Alto índice de consumo de mídia.
- Importância ideológica da mídia e seu papel de conscientização.

- Manipulação e propagação crescentes pela mídia.
- Aumento da penetração dos processos democráticos.
- O crescimento da comunicação visual e da informação em todas as áreas.
- O valor de preparar os alunos para responder às demandas futuras.
- Pressões cada vez maiores para privatizar as informações.

A colaboração entre a mídia e as TIC forma uma escola paralela à escola formal, com seus próprios códigos, linguagens, normas e valores. Assim, a denominação de Porcher (1974) se refere as maneiras pelas quais os alunos acessam informações e conhecimentos em qualquer campo. Os centros educativos não prestam muita atenção ao contexto comunicativo no qual as crianças e os jovens se movem, o que está gerando novos leigos, pois eles não contam com as ferramentas básicas para analisar as mensagens da mídia e das TIC. Apesar dos desafios associados, a utilização das redes sociais transcende a passagem de conteúdo para o ambiente digital, constituindo uma ampliação e transformação nas metodologias didáticas para atualizar e sincronizar as escolas com a sociedade (Santos; Santos, 2014).

O estudo da educação para a mídia é chamado de “Comunicação Educativa”, “Infoeducação”, “Educomunicação” ou “Educação Midiática” ou “Alfabetização midiática” (Soares, 2017). Seu objetivo é aprender sobre as construções da realidade que a mídia faz e, ao mesmo tempo, oferecer os instrumentos para se expressar por meio dela. Ao considerar a educação para a mídia se parte de um marco conceitual básico (Marino, 2005):

- A mídia não apenas representa e constrói a realidade, mas também a interpreta.
- Há pouco espaço para que os destinatários estabeleçam ou desenvolvam seu próprio modelo interpretativo.
- A concentração da mídia em poucas mãos leva a uma homogeneização das informações.
- A mídia é “mediadora” das tensões, impulsos e conflitos da sociedade.
- Os proprietários da grande mídia são, em sua maioria, homens brancos e aparentemente heterossexuais.

A falta de literacia midiática e digital deixa aos estudantes desprovidos de competências respeito a compreensão, interpretação, análise crítica e reflexiva, o que lhes faz mais facilmente intoxicáveis, manipuláveis, enfim, menos cidadãos (Koltay, 2011). Isso significa que o “educador” do século XXI deve conhecer as diferentes dinâmicas de organização social que se estabelecem na rede e na sociedade. Estamos diante da possibilidade de fazer da mídia um conteúdo de ensino que supere a separação entre escola e sociedade.

Em contraste com a credibilidade da mídia tradicional, as redes sociais recompensam a disseminação viral e instantânea. Portanto, quem recebe a informação deve ser capaz de distinguir o que é real e detectar a ficção e o engano. Para isso, precisa ser alfabetizado a fim de distinguir com clareza o que é confiável do que pode ser desinformação. A educação para a mídia é uma educação em valores, razão pela qual, nos currículos escolares, complementa a educação para a cidadania e a democracia, embora, em particular, tente abordar a situação audiovisual e digital de forma crítica, pois recebem de contínuo mensagens que muitas vezes são contraditórias com o mundo da escola (Belloni, 2022).

A educação para a mídia começa na família, primeiro agente de socialização das pessoas e que, muitas vezes, por ignorância ou inércia, atribui à escola o determinismo de todo o processo educativo e até cívico. A chave para certos aspectos é que os estudantes precisam saber diferenciar entre um fato e uma opinião e buscar pautar as desavenças a partir de evidências apresentadas por educadores e cientistas que devem agir desde um compromisso comunicativo entre a educação regulada e a vida cotidiana no que se refere à divulgação do conhecimento científico e cultural (Presser; Moreira, 2017).

No entanto, a integração da educação para a mídia nos currículos só ocorre com certo sucesso em alguns países anglo-saxões, mas com algumas decepções (Rogow, 2011). As descobertas demonstram falta de foco e confusão na área de educação sobre alfabetização midiática e tecnologias digitais para professores, mas elas são reconhecidas como necessárias e importantes para o crescimento dos alunos (Abreu, 2010). Em outros lugares, tornam-se disciplinas opcionais. Na maioria dos casos são tratadas como disciplinas isoladas em Linguagem, Estudos Sociais ou Educação Artística. Esse é o caso da Espanha, Brasil e Argentina, de maneira bastante informal (Marino, 2005). Para que a transformação digital chegue a toda a sociedade é necessário levar a os cidadãos, principalmente aos jovens, as competências que permitem compreender a informação, empregar respeito a ela o necessário distanciamento desde a análise crítica, assim como utilizar e produzir informações e todo tipo de mensagens (Bévort; Belloni, 2009).

A maioria das escolas mostram que conhecem e usam computadores ou a Internet, mas não os fundamentos da compreensão da mídia. As TICs e a mídia foram padronizadas, mas seu significado não é compreendido, nem há reflexão sobre elas. Nesse contexto, é compreensível o compromisso da União Europeia em promover a alfabetização digital e combater a desinformação nas salas de aula e nas escolas:

“Com a orientação e o apoio de educadores e professores, ajudamos coletivamente os jovens a pensar criticamente, tomar decisões informadas *on-line* e permanecer seguros, ao mesmo tempo em que fortalecemos continuamente sua resiliência. Os professores e educadores desempenham um papel fundamental na formação das habilidades e competências digitais dos jovens” (União Europeia, 2022).

A educação para a mídia é o meio mais eficaz contra a desinformação, pois resulta na aquisição de competências midiáticas e digitais para sobreviver numa sociedade que se tornou ávida de informação em resultado da sua superabundância (Sorlin, 1997). A educação pode atuar para combater a desinformação com o letramento midiático, com a aproximação da ciência ao cotidiano dos estudantes e a comunicação efetiva entre professor e estudante para melhorar a motivação e a receptividade dos questionamentos discentes. Sem esquecer as leituras críticas da mídia para que fiquem claras as estratégias de manipulação presentes nas redes de desinformação.

A aparente contradição entre a familiaridade dos jovens com dispositivos digitais e suas frequentes deficiências em termos de competências tecnológicas evidencia a necessidade de uma formação direcionada que vá além da utilização recreativa da tecnologia. Instituições educacionais, programas de formação profissional e políticas públicas têm um papel crucial nesse processo, promovendo não apenas a aquisição de habilidades técnicas, mas também o desenvolvimento de capacidades críticas para uma navegação segura e produtiva no ecossistema digital (BRASIL, 2017). No entanto, a regulamentação desse tipo de educação enfrenta uma série de dificuldades, como a organização eficaz das tarefas em atividades colaborativas, a desigual participação por centros educacionais ou a inexistência de apoio institucional, sem esquecer a falta de interesse dos profissionais da educação em se inserirem nesse cenário. Portanto, os projetos não passam da fase de concepção. A situação é semelhante na educação para as redes sociais. Embora as plataformas contenham inúmeros recursos educativos, a literatura apresenta lacunas sobre o uso das redes sociais na educação, o que pode indicar uma utilização escassa por parte dos professores, a qual só poderá ser superada a partir de uma melhor qualificação do desempenho docente (Favero, Faller e Rosa, 2018).

REFLEXÃO FINAL.

Muitos trabalhos que visam educar para um uso responsável da mídia foram localizados. No que se refere ao uso das redes sociais, no entanto, são menos os trabalhos localizados. Porém, há poucos estudos sobre a educação para a mídia. A educação para a mídia é a primeira das estratégias para enfrentar a desinformação, as mentiras e a pós-verdade. Nunca houve tanta necessidade de comunicadores e professores que sejam críticos, sérios e capazes de selecionar, analisar, interpretar e avaliar a credibilidade da informação.

A relevância da mídia se mantém, sobretudo no que diz respeito à sua capacidade de oferecer informações contextualizadas e de fomentar o desenvolvimento do pensamento crítico. Embora o uso de redes sociais ainda gere alguma desconfiança devido à falta de controle, à abertura ilimitada e à autogestão. Isso não diminui o potencial educativo das redes sociais, principalmente quando seu uso é orientado e equilibrado, promovendo competências digitais, criatividade e parceria. Para encontrar a estabilidade e aproveitar

os benefícios das redes sociais é preciso integrá-las às qualidades da mídia tradicional para dialogar com as novas gerações.

A conexão através da mídia e das redes sociais entre os jovens, a informação e a formação oferecem condições alternativas, pois apresenta evidentes conveniências e utilidades ao mesmo tempo que empraza a encarar dificuldades e obstáculos. A facilidade de acesso e disseminação proporcionada pelas plataformas digitais em relação à vida social e, acima de tudo, ao treinamento, é acompanhada pela necessidade de desenvolver as habilidades necessárias para lidar com elas de forma judiciosa e proveitosa. A relação entre esses elementos será amplamente determinada pelo compromisso de estabelecer uma alfabetização digital geral que prepare para o uso equilibrado, ético e responsável do conteúdo, mas muito mais para aproveitar o potencial inovador das TIC para o crescimento pessoal, educacional e ocupacional. Sem esquecer que a intervenção ativa das escolas e das famílias é essencial para que as crianças e os jovens desenvolvam as habilidades que lhes permitirão navegar, selecionar e interpretar informações nesses dois campos comunicativos.

REFERÊNCIAS.

ABREU, Belinha de. Changing Technology= Empowering Students through Media Literacy Education. **New Horizons in Education**, Hong Kong, v. 58, n. 3, p. 26-33. 2010. Disponível em: <https://files.eric.ed.gov/fulltext/EJ966657.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2025.

AHN, June. The effect of social network sites on adolescents' social and academic development: Current theories and controversies. **Journal of the American Society for information Science and Technology**, Nova York, v. 62, n. 8, p. 1435-1445, ago. 2011. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.1002/asi.21540>. Acesso em: 16 abr. 2025

APARICI MARINO, Roberto. Medios de comunicación y educación. **Revista de educación**, Madrid, n. 338, p. 85-100, 2005. Disponível em: <https://educounr.wordpress.com/wp-content/uploads/2015/03/aparici-r-medios-de-comunicac3b3n-y-educac3b3n.pdf>. Acesso em: 16 de abr. 2025

Arce García, Sergio; Rodríguez Fernández, Leticia; Departamento de Seguridad Nacional (DSN) (Coord.). 125 términos sobre desinformación. En: Presidencia del Gobierno. **Trabajos del Foro contra las campañas de desinformación. Iniciativas 2024**. Gobierno de España. Ministerio de la Presidencia, 2024. Relaciones con las Cortes y Memoria Democrática (pp. 9-39). 2024. NIPO: 143-24-053-2. Disponível em: <https://www.dsn.gob.es/sites/default/files/2025-01/CAP%C3%8DTULO%201%20TRABAJOS%20FORO%20CAMPAC3%91AS%20DE%20DESINFORMACI%C3%93N.%20INICIATIVAS%202024.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2025

BARROS, Suellen Elise TIMM; VIDOTTI, Silvana Aparecida BORSETTI; SANT'ANA, Ricardo Cesar GONÇALVES. Do autêntico à desinformação: deepfakes e os processos de transdução informacional. **Inclusão Social**, Brasília, v. 14, n. 2, 2024. DOI: <https://doi.org/10.18225/inc.soc.v14i2.6409>. Disponível em: <https://revista.ibict.br/inclusao/article/view/6409>. Acesso em: 2 mai. 2025

BÉVORT, Evelyne; BELLONI, Maria Luiza. Mídia-educação: conceitos, história e perspectivas. **Educação & Sociedade. Revista de Ciência da Educação**, Campinas, v. 30, p. 1081-1102, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302009000400008>. Acesso em: 16 abr. 2025

BRASIL. **Educação para a mídia**. Vol. 5 Cadernos de debate da classificação indicativa. Brasília: Ministério da Justiça; Paris: UNESCO, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/classificacao-1/volume-5v2.pdf> Acesso em: 5 mai. 2025

BOLAÑOS-MEJÍAS, M. Carmen; BUENO de la FUENTE, Gema; ALVES, Fernanda Melo. O protagonismo da informação-documentação na cooperação ao desenvolvimento: os recursos educativos abertos nos processos de e-learning. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 3, n. 1, p. 105-115, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/15120/9269>. Acesso em: 2 mai. 2025

BELLONI, Maria Luiza. **O que é mídia-educação**. 3 ed. São Paulo: Autores associados, 2022. ISBN 978-85-7496-015-9

CADAVIECO, Javier Fombona; SEVILLANO, María Ángeles Pascual; SEVILLANO, María Luisa. Construcción del conocimiento en los niños basado en dispositivos móviles y estrategias audiovisuales. **Educação & Sociedade. Revista de Ciência da Educação**, Campinas, v. 41, e216616, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/ES.216616>; Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/m6hq8hvdgwzNqH4htd5QZbh/?format=pdf&lang=es> Acesso em: 02 jun. 2025

CIS- Centro de Investigaciones Sociológicas. **Ideología y polarización**. Madrid: CIS, 2024. Estudio 3480. Disponível em: <https://www.cis.es/documents/d/cis/es3480mar-pdf>. Acesso em: 25 abr. 2025

COMISSÃO EUROPEIA. **Orientações éticas para educadores sobre a utilização de Inteligência artificial (IA) e de dados no ensino e na aprendizagem**. Luxemburgo: Oficina de Publicaciones de la Unión Europea, 2022. PDF ISBN 978-92-76-54204-9; DOI:10.2766/07; Disponível em: <https://op.europa.eu/pt/publication-detail/-/publication/d81a0d54-5348-11ed-92ed-01aa75ed71a1>. Acesso em: 30 abr. 2025

Evercom; Smartme analytics. **RRSS vs Medios tradicionales: Jaque a la verdad**. (Informe). Madrid-Barcelona: 2025. Disponível em: <https://inspiring.evercom.es/jaque-a-la-verdad-informe>. Acesso em: 25 de abr. 2025

FAVERO, Rute Vera Maria; FALLER, Bianca; ROSA, Janine. Redes sociais e Educação: um possível encontro. In: **Anais do SENID. 5º Seminário Nacional de Inclusão Digital**, v. 5, 2018. Disponível em: https://www.upf.br/_uploads/Conteudo/senid/2018-artigos-completos/179380.pdf. Acesso em: 16 abr. 2025.

Grizzle, Alton; Wilson, Carolyn; Gordon, Dorothy (eds.). **Ciudadanía alfabetizada en medios e información: pensar críticamente, hacer clic sabiamente**. París: UNESCO, 2023. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000385119>. Acesso em: 25 abr. 2025.

Kemp, Simon (Ed). **Digital 2024: Global Overview Report**. Hootsuite: Datareportal, 2024. Disponível em: <https://datareportal.com/reports/digital-2024-global-overview-report>. Acesso em: 24 abr. 2025.

KOLTAY, Tibor. The media and the literacies: Media literacy, information literacy, digital literacy. **Media, Culture & Society**, Londres, v. 33, n. 2, p. 211-221, 2011. <https://doi.org/10.1177/0163443710393382>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/epdf/10.1177/0163443710393382>. Acesso em: 16 abr. 2025.

IBERIFIER (2025). IBERIFIER (Iberian Digital media Observatory)-European Commission. (<https://iberifier.eu/observatorio/>).

MCAFFEE. **In Life Behind the Screens of Parents, Tweens, and Teens The 2022 McAfee Connected Family Study**. Brazil: McAfee, 2022 Disponível em: <https://www.mcafee.com/content/dam/consumer/pt-br/docs/reports/rp-connected-family-study-2022-brazil.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2025

MORAN, José Manuel; MASETTO, Marcos T.; BEHRENS, Marilda Aparecida. **Novas tecnologias a mediação pedagógica**. 13ª edição. Campinas: Papyrus, 2007. ISBN 85-308-0594-1. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=i7uhwQM_PyEC&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 11 abr. 2025

MOREIRA, Benedito Dielcio. Participar com os jovens e adolescentes da experiência de aproximação com o mundo adulto: o desafio da Educação. **Educação & Sociedade. Revista de Ciência da Educação**, Campinas, v. 36, p. 1137-1155, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/ES0101-7330201564973>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/gHqbgZSmmZ7xcS5by7Ws-dxM/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 24 abr. 2025

NAGUMO, Estevon; TELES, Lúcio França; SILVA, Lucélia de Almeida. Educação e desinformação: letramento midiático, ciência e diálogo. **ETD Educação Temática Digital**, Campinas, v. 24, n. 1, p. 220-237, 2022. DOI: <https://doi.org/10.20396/etd.v24i1.8665292> Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1676-25922022000100220&script=sci_arttext. Acesso em: 28 abr. 2025

OLIVEIRA, Dayane. Impacto das Redes Sociais no desenvolvimento de crianças e adolescentes: benefícios, riscos e como encontrar o equilíbrio. 27 de março de 2025. **Blog da Psiqueasy**. Disponível em: <https://blog.psyqueasy.com.br/2025/03/27/o-impacto-das-redes-sociais-no-desenvolvimento-de-criancas-e-adolescentes-beneficios-riscos-e-como-encontrar-o-equilibrio/>. Acesso em: 23 abr. 2025

OPENALEX. **OpenAlex: The open catalog to the global research system**. Sanford, NC, USA: Impactstory, Inc. Disponível em: <https://openalex.org/>. Acesso em: 19 mar. 2025.

PARLAMENTO EUROPEU. **Desinformação**. Estrasburgo: Parlamento europeu, 2025. Disponível em: <https://www.europarl.europa.eu/topics/pt/topic/disinformation>. Acesso em: 23 mai. 2025

PORCHER, Louis. **L'école parallèle**. Paris: Larousse, 1974. Disponível em: <https://archive.org/details/lecoleparallele0000porc>. Acesso em: 14 mar. 2025

PRESSER, Nadine H.; MOREIRO GONZÁLEZ, José A. Práticas culturais e comportamento social em informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 23, n. 3, p. 11-31, 2017. DOI: 10.19132/1808-5245233.11-31. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/72121>. Acesso em: 10 mai. 2025.

ROGOW, Faith. Ask, don't tell: Pedagogy for media literacy education in the next decade. **Journal of media literacy education**, Kingston, v. 3, n. 1, p. 8, 2011. Disponível em: <https://digitalcommons.uri.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1058&context=jmle>. Acesso em: 14 mai. 2025.

SANTOS, Valmaria Lemos da Costa; SANTOS, José Erimar dos. As redes sociais digitais e sua influência na sociedade e educação contemporâneas. **Holos**, Natal, v. 6, p. 307-328, 2014. DOI: 10.15628/holos.2014.1936. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4815/481547175023.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2025.

SOARES DE OLIVEIRA, Ismar. Educomunicação e Educação Midiática: vertentes históricas de aproximação entre Comunicação e Educação. In, Brasil. **Educação para a mídia** (23-39). V. 5 Cadernos de debate da classificação indicativa. Brasília: Ministério da Justiça; Paris: UNESCO, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/classificacao-1/volume-5v2.pdf>. Acesso em: 10 maio. 2025.

TORNERO, Marina. Orígenes de la alfabetización mediática y fundamentación teórica basada en Len Masterman. **Revista de Educación de la Universidad de Granada**, 24, p. 99-116, 2017. DOI: <https://doi.org/10.30827/reugra.v24i0.16617>. Disponível em: <https://revistaseug.ugr.es/index.php/reugra/article/view/16617>. Acesso em: 28 mar. 2025.

TYNER, Kathleen; GUTIÉRREZ, Alfonso. Educación para los medios, alfabetización mediática y competencia digital. **Comunicar: Revista Científica Iberoamericana de Comunicación y Educación**, Cardiff, 38, 1, p. 1-18, 2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.3916/C38-2012-02-03> Disponível em: [TynerKathleen_EducacinParaLosMediosAl_20250424205550.pdf](https://www.repositorio.uned.es/bitstream/handle/10366/125504/2/tyner_kathleen_educacin_para_los_medios_alfabetizacion_mediatca_y_competencia_digital.pdf). Acesso em: 5 mai. 2025.

UNESCO. **Currículo de Alfabetización Mediática e Informacional para educadores y estudiantes**. 2ª ed. París: UNESCO – Plataforma eletrônica internacional de alfabetização mediática, 2024. Disponível em: <https://www.unesco.org/mil4teachers/es/curriculum>. Acesso em: 12 mai. 2025.

União Europeia. **Mantém-te vigilante em linha: és capaz de reconhecer informação que foi manipulada?** Bruxelas: Unión Europea-Learning corner, 2025. Disponível em: https://learning-corner.learning.europa.eu/learning-materials/staying-vigilant-online-can-you-spot-information-manipulation_es. Acesso em: 24 jun. 2025.

UNIÃO EUROPEIA. Bruxelas: **Unión Europea-Learning corner**, 2025. Disponível em: https://learning-corner.learning.europa.eu/learning-materials/use-artificial-intelligence-ai-and-data-teaching-and-learning_pt. Acesso em: 24 jun. 2025.

UNIÃO EUROPEIA. **Orientações para professores e educadores sobre o combate à desinformação e a promoção da literacia digital através da educação e da formação**. Luxemburgo: Oficina de Publicaciones de la Unión Europea, 2022. PDF: ISBN 978-92-76-55123-2. DOI: 10.2766/36. Disponível em: https://learning-corner.learning.europa.eu/learning-materials/tackling-disinformation-and-promoting-digital-literacy_pt. Acesso em: 17 mai. 2025

EDUCAÇÃO EM INFORMAÇÃO:

da ação à reflexão e de volta à ação

DOI: [HTTPS://ZENODO.ORG/RECORDS/21948365](https://zenodo.org/records/21948365)

Jussara Borges
Matheus Levandoski
Bruna Heller

INTRODUÇÃO

A desinformação se apresenta como um dos fenômenos mais complexos da atualidade, impactando diretamente a saúde da democracia e a convivência social (Schneider, 2022). Embora sua dinâmica esteja sendo mapeada por pesquisadores e instituições, ainda é necessário refletir sobre os caminhos mais eficazes para enfrentá-la. De forma genérica, pode-se dizer que os pesquisadores vêm propondo dois caminhos: o da regulação/legislação e o da formação/educação das pessoas para fazer frente à desinformação. Vale dizer, inclusive, que há aqueles que não acreditam ou questionam a viabilidade da via formativa. Para Buckingham (2020), como os governos nacionais vêm encontrando dificuldade em regular as empresas globais de comunicação, a educação vem sendo apresentada como um meio aparentemente democrático de resolver a situação: “[...] mercados não podem ser regulados, então os consumidores precisam regular-se a si mesmos” (Buckingham, 2020, p. 234, tradução nossa).

Nas pesquisas desenvolvidas pelo Grupo de Pesquisa em Competências InfoComunicacionais (InfoCom)¹, núcleo de estudos onde os autores abordam essa questão, ela é considerada complexa demais para ser atacada somente por um ou outro lado: precisamos de regulação, mas precisamos também desenvolver uma cultura crítica, analítica e criativa perante a informação. O grupo atualmente adota o conceito de educação em informação (Borges; Brandão, Barros, 2022), sempre interligando discussões ocorridas no campo acadêmico. Neste capítulo, explicamos como chegamos e porque trabalhamos com o conceito de educação em informação, que pressupõe uma formação que vá além da instrução operacional e alcance o pensamento crítico, e como este conceito vem sendo colocado em prática em nossas experiências de campo.

1 Grupo de Pesquisa InfoCom. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/infocom>. Acesso em: 25 ago. 2025.

Ao final, evidenciamos a importância de avançarmos nessas perspectivas, haja visto um universo infocomunicacional dinâmico, permeado por questões culturais que se entrelaçam e que cada vez mais demandam sujeitos conscientes e capazes de atuar em diferentes contextos sociais em busca de uma promoção da cultura informacional democrática, ética e criativa. Esta é, afinal, uma construção coletiva, atravessada por afetos, engajamento e a crença no poder transformador da educação crítica frente aos desafios atuais.

EDUCAÇÃO EM INFORMAÇÃO: EVOLUÇÃO CONCEITUAL

Os primeiros experimentos com a promoção da educação em informação datam de 2012, em Salvador-BA. Naquela época, trabalhávamos com o conceito de competências infocomunicacionais (Borges; Oliveira, 2011). Essas competências dizem respeito à convergência de competências operacionais – para operar dispositivos por onde informações e comunicação circulam –, competência em informação – que diz respeito à nossa capacidade de lidar com conteúdo (busca, seleção, checagem, produção etc.) – e competência em comunicação – que é a nossa capacidade de estabelecer relações saudáveis com outras pessoas (diálogo, colaboração, negociação, comunicação em última análise).

Esses experimentos se repetiram com diferentes públicos: adolescentes, profissionais, estudantes universitários, entre outros. Eles se materializaram em forma de cursos, oficinas e palestras nos quais realizamos um diagnóstico das necessidades informacionais desses grupos e, ao longo do processo, avaliamos nossa abordagem, os recursos de aprendizagem mais aderentes e as estratégias pedagógicas mais eficazes. Essa avaliação é documentada, analisada e comunicada cientificamente (Borges; Oliveira; Costa, 2025), ao mesmo tempo que retroalimenta as bases para um novo experimento, que é realizado com a periodicidade entre um a dois anos pelo grupo de pesquisa.

A promoção de competências infocomunicacionais obteve resultados positivos e consistentes até meados de 2020. Nesse período, percebemos uma certa resistência entre alguns participantes quanto ao uso das ferramentas de verificação que apresentamos. Nesses casos, surgiram relatos, por exemplo, argumentando confiar mais em pessoas de sua rede familiar do que nos conteúdos checados, citando parentes que tinham recebido informações compartilhadas em suas redes sociais, de supostos profissionais da saúde, questionando a eficácia das vacinas contra o Covid-19, e inclusive alegando que poderia causar a gripe. Em suma, já estávamos sendo impactados pelo fenômeno da pós-verdade, que se coaduna com a desinformação. Nesse ponto, sentimos necessidade de repensar a abordagem da formação oferecida até aquele momento, pois percebemos que não era suficiente ensinar as pessoas a fazerem coisas – buscar, selecionar, checar –, era necessário avançar despertando-as para pensar criticamente.

Ainda que o ser humano tenha desenvolvido uma habilidade única frente aos demais seres vivos, que é justamente a capacidade de raciocinar, o pensamento crítico vai

além da lógica convencional do pensamento. Ele implica uma consciência reflexiva, transformadora, na qual o sujeito avança da interpretação de sua realidade, problematizando seu contexto e atuando em processos de emancipação individual e coletiva (Freire, 2021). Com isso, aplicamos três premissas do pensamento crítico em nossas ações: mais que encontrar as mentiras, trata-se de duvidar das verdades; conhecer a si mesmo e sua situação no mundo; reconhecer-se como sujeito capaz de produzir mudanças (hooks, 2020). Assim, cada aula ou ação vem permeada da pedagogia crítica de Freire (2021) ao questionar, por exemplo: por que “reaprender” a fazer buscas ativas ao invés de consumir o que cai no meu feed?; que diferença essa aprendizagem faz na minha vida?; como eu posso aplicar isso para gerar mudanças?

As discussões sobre o pensamento crítico na educação brasileira foram impulsionadas pelos estudos de Paulo Freire sobre a ensino e suas críticas a respeito da “educação bancária” (Freire, 2021), onde o foco da relação aluno-professor incide no ambiente escolar tradicional. Os alunos, nesse contexto, são descritos como “depósitos” de informações prontas, a fim de suprir de forma rápida e técnica um vácuo intelectual. Nessa perspectiva, os alunos são caracterizados pela postura passiva: não desenvolvem o pensamento reflexivo e crítico, apenas armazenam o que lhes foi transmitido sem questionamento. Pontes e Pimenta (2019) evidenciam que esse modelo serve como um método de opressão e conformidade, o que pode atrapalhar o desenvolvimento social e democrático, já que os sujeitos não aprendem a se posicionar, questionar, duvidar e buscar outras informações para agregar àquele conhecimento adquirido.

É a partir dessas percepções que enfatizamos a relevância de entender a educação como um processo social. Lajolo (1982), em suas pesquisas, estuda as interferências do mundo para a constituição dos sujeitos no processo de leitura; o autor entende que a leitura constitui um processo dialético em que o sujeito, ao interpretar o texto, mobiliza sua experiência de mundo, ao mesmo tempo em que a prática da leitura amplia, reorganiza e ressignifica essa própria experiência. Ou seja, um processo social que transforma e é transformado.

Nesse sentido, entendemos que o pensamento crítico pode ser aplicado de forma que vise à construção pessoal e social de cada indivíduo, focando não apenas na formação do ser, mas tendo a formação como processo coletivo (Pontes; Pimenta, 2019) - entre pares, sujeito-sociedade, sujeito-visão de mundo e assim por diante. A educação nesse processo se torna uma ferramenta emancipatória ao possibilitar uma mudança em escala social, seja pela formação dos sujeitos para debater informações básicas sobre saúde, seja por possibilitar mudanças mais amplas.

A multiplicidade de contextualização permite que os conteúdos se conectem diretamente com a vida de cada indivíduo, por exemplo: se falamos de riscos na internet, podemos discutir sobre *fake news*, disseminação de discursos de ódio, golpes na web etc. Essas discussões ajudam a interagir com o mundo e com o ambiente em que se convive, conscientizando e viabilizando diferentes pontos de vista e criticidade.

O pensamento crítico embasa o conceito de educação em informação, porque já não se trata de apenas promover competências infocomunicacionais, mas de educar em seu sentido amplo (Borges; Brandão; Barros, 2022). A educação em informação constitui uma estratégia fundamental para enfrentar as desigualdades e promover uma participação cidadã plena. O conceito aqui proposto rompe com modelos educacionais que perpetuam a passividade e a reprodução de informações. A discussão sobre a importância da educação em informação está essencialmente vinculada à discussão de democracia, visto que o acesso à informação é um de seus pilares - reiterado em diversos documentos, a exemplo do *The World Leadership Alliance*, de 2018, analisado por Araújo (2024).

Essa abordagem estimula a autonomia intelectual, fortalece a voz de grupos historicamente marginalizados e amplia as condições para que todos possam exercer seu direito à informação de forma equitativa para além do seu círculo social, num âmbito de atuação política. Ao compreenderem como a informação é produzida, circula e influencia o mundo, os indivíduos se tornam capazes de agir de forma consciente e transformadora, combatendo tanto a exclusão informacional quanto a desigualdade social.

A abordagem da educação em informação ganha densidade quando dialoga com o emergente conceito de integridade da informação, proposto recentemente em documentos internacionais e analisado por Araújo (2024). Esse conceito desloca o foco do combate pontual à desinformação para a promoção ativa de um ecossistema informacional saudável, no qual a informação deve apresentar confiabilidade, equilíbrio e completude. Tal perspectiva amplia a compreensão do fenômeno para além da veracidade dos conteúdos, contemplando também as condições sociais, políticas, tecnológicas e econômicas que moldam o fluxo informacional. Assim, a integridade da informação não se limita a evitar a circulação de notícias falsas, mas busca assegurar que as pessoas tenham acesso a informações que permitam a participação cidadã crítica e fundamentada, condição indispensável para a vitalidade democrática e para a coesão social.

Nessa direção, a educação em informação emerge como estratégia para promover a integridade da informação. Ao capacitar sujeitos para analisar contextos, identificar interesses e compreender as dinâmicas de circulação e apropriação da informação, contribui para resistir à poluição informacional. Como aponta Araújo (2024), o conceito de integridade da informação articula dimensões funcionais, críticas e emancipadoras, integrando desde o fortalecimento das instituições e da confiança pública até o empoderamento dos usuários por meio da competência crítica em informação. Portanto, iniciativas formativas ancoradas nesse entendimento podem romper com modelos instrucionais limitados e favorecer a construção de uma cultura informacional crítica, criativa e participativa, capaz de enfrentar os desafios da era digital.

Nesse sentido, investir em educação em informação é apostar na própria base da democracia e da justiça social. Grandes instituições fomentam o pensamento crítico no âmbito da educação, como é o caso da Unesco, agência especializada da ONU em

educação, ciência e cultura, investindo na postura autônoma dos sujeitos em seus processos educativos. Nesse sentido, a educação em informação se revela como uma estratégia interessante para o fortalecimento da autonomia intelectual, da cidadania ativa e da construção de uma sociedade mais consciente e democrática.

Uma sociedade que questiona, interpreta e ressignifica informações, é capaz de resistir à lógica da desinformação, estando mais preparada para participar de decisões coletivas, identificar narrativas manipuladoras e contribuir para a construção de políticas públicas inclusivas. Assim, a educação em informação aliada ao pensamento crítico não é apenas um meio de superar a desinformação, mas uma via concreta para a construção de sociedades mais igualitárias, participativas e conscientes de seu papel histórico.

EDUCAÇÃO EM INFORMAÇÃO NA PRÁTICA

Inicialmente com a proposta da promoção das competências infocomunicacionais, os estudos do InfoCom passaram por inflexões significativas, especialmente após 2020 com a pandemia de Covid-19. Naquele momento, percebemos que ensinar a buscar, checar e selecionar informações já não era suficiente, como mencionado na seção anterior. Era necessário promover um pensamento crítico frente à avalanche de conteúdos e sentidos (des)informativos que circularam - ainda mais à época - em ambientes digitais.

Neste período, também redirecionamos nossas ações para um novo público, focando em profissionais que possam atuar como educadores em informação, como os jornalistas, bibliotecários, publicitários e arquivistas. Era necessária a interdisciplinaridade quando começamos a sentir que a aprendizagem ia muito além de determinada área do conhecimento, pois envolvia a mescla de muitas visões de mundo. Esse redirecionamento se deu porque nossos estudos no âmbito das políticas públicas evidenciaram que iniciativas nessa natureza - educação em informação ou temas equivalentes - ainda não reverberavam em ações amplas e efetivas na educação formal, ou seja, as iniciativas ainda eram localizadas. Por isso, nossas ações passaram a incidir na formação de educadores em informação.

A última edição de nossa formação ocorreu no segundo semestre de 2024 no formato de curso de extensão universitária. O curso intitulado “Educação em Informação” continha, ao todo, 8 aulas que estavam separadas em 4 módulos distintos: introdução à educação em informação, competência em informação, competência em comunicação e promoção de competências infocomunicacionais. A modalidade do curso foi a Educação a Distância (EaD) e contemplou professores e pesquisadores de diversas áreas relacionadas aos principais debates da formação. Como forma de gerar mais discussões sobre os temas, criamos um fórum de interação onde os cursistas conversaram e compartilharam assuntos

de interesse coletivo. Os encontros foram realizados uma vez por semana, com uma aula dialogada e duração de 1 hora.

No curso, trabalhamos com os seguintes temas geradores:

1º Módulo – Introdução

- ✓ Apresentação do curso
- ✓ Aula 1: Educação em informação: origem, conceitos, evolução e tendências

2º Módulo - Competência em informação

- ✓ Aula 2: Competência em informação
- ✓ Aula 3: Avaliação da informação, desinformação e pensamento crítico
- ✓ Aula 4: Produção de conteúdos, Inteligência Artificial e propriedade intelectual

3º Módulo - Competência em comunicação

- ✓ Aula 5: Educação midiática
- ✓ Aula 6: Infoeducação

4º Módulo – Promoção de Competências Infocomunicacionais

- ✓ Aula 7: Padrões e métodos de educação em informação
- ✓ Aula 8: Experiências de educação em informação

Vale lembrar que, sob a abordagem da pedagogia crítica, não somos conteudistas em nossas aulas. Os conhecimentos relacionados aos tópicos acima são construídos por meio de discussão, suscitada a partir de “temas geradores”, na acepção freireana, no sentido de gerar interesse, debate e aprendizagem significativa. Por exemplo, o tema gerador que mais despertou interesse entre o público na última edição de nosso curso foi a inteligência artificial. Dessa forma, ainda que um conteúdo documentado- que chamamos de recursos didáticos- seja disponibilizado para todos os cursistas, o principal incentivo é para que haja interação e discussão, colocando sempre o cursista como protagonista desse processo.

Por outro lado, nossas experiências revelam que o pensamento crítico não se desenvolve de forma abrupta nem uniformemente. Como, em geral, as escolas ensinam conformidade e obediência, o conteúdo é entendido como algo que deve ser memorizado e reproduzido. Assim, quando nossos estudantes são convidados a escolher temas geradores de seu interesse, é comum vermos um semblante de perplexidade. Perante a liberdade de escolher, já ouvimos expressões de surpresa como: “mas professora, a senhora não sabe o que tem de ensinar?!” É necessário, então, estimulá-los a redescobrir o prazer de questionar e pensar. hooks (2020, p. 33) refere-se a isso como pedagogia engajada:

“A pedagogia engajada é uma estratégia de ensino que tem por objetivo recuperar a vontade dos estudantes de pensar e a vontade de alcançar a total autorrealização. O foco central da pedagogia engajada é capacitar estudantes para pensar criticamente.”

Quanto aos recursos didáticos, cada aula foi composta por uma leitura preparatória (Borges, Brandão, Barros, 2022), uma videoaula, uma atividade, uma aula síncrona e materiais complementares (*podcasts*, *lives*, infográficos, jogos etc.). Esse conjunto de recursos didáticos já foi testado em várias edições de formação. A cada edição, os professores são desafiados a propor uma seleção nova de recursos que dialoguem com o momento e, principalmente, temas que sejam de interesse do público em questão.

Sobre as estratégias de aprendizagem, embora os cursistas tenham avaliado muito positivamente a aula síncrona, o que ressentiu alguns foi o curto tempo dessa interação: apenas uma hora — o que, de fato, observamos não ser suficiente para tratar de todas as discussões.

Entretanto, não podemos deixar de mencionar ter nos causado surpresa, visto que, de modo geral, as pessoas tendem a ter pressa quando o assunto é consumir qualquer tipo de informação, logo não podemos deixar de destacar esse ponto positivo por parte dos alunos. Esse aspecto reforça o interesse, o engajamento e a disposição dos cursistas em discutir sobre os temas abordados no curso. Por isso, uma alteração necessária em um momento futuro de nova oferta do curso é que o tempo da aula síncrona deve ser alargado para dar mais espaço ao diálogo, à participação e à interação. Como já alertava Freire (2021, p. 115): “Somente o diálogo, que implica um pensar crítico, é capaz, também, de gerá-lo. Sem ele não há comunicação e sem esta não há verdadeira educação”.

Por fim, deve-se destacar o envolvimento das pessoas: o engajamento cognitivo, emocional e social da equipe com o projeto representa um dos principais diferenciais. A equipe foi composta por especialistas nas temáticas de suas aulas e monitores, mas todos também são pesquisadores comprometidos com a educação em informação. Boa parte desses atores já fazia parte do grupo de pesquisa InfoCom. A equipe se reúne semanalmente para discutir as temáticas abordadas no curso. Isso fez com que cada aula tivesse certa propriedade e vínculo uma com a outra. Isso vai ao encontro do que hooks (2020, p. 36) chama de comunidade de aprendizagem:

Quando todas as pessoas na sala de aula, professores e estudantes, reconhecem que são responsáveis por criar juntos uma comunidade de aprendizagem, o aprendizado atinge o máximo de sentido e utilidade. Em uma comunidade de aprendizagem assim, não há fracasso. Todas as pessoas participam e compartilham os recursos necessários a cada momento, para garantir que deixemos a sala de aula sabendo que o pensamento crítico nos empodera.

Do ponto de vista prático, os resultados das formações desenvolvidas indicam que a aposta em temas geradores, mediações dialógicas e comunidades de aprendizagem favorece o engajamento cognitivo, emocional e social, ainda que imponha ajustes de desenho didático - como a ampliação do tempo de interação síncrona e o fortalecimento de estratégias interdisciplinares voltadas à formação de educadores em informação. Como agenda de continuidade, propomos consolidar redes institucionais, integrar a educação em informação às políticas públicas, e desenvolver modos de avaliação que acompanhem efeitos formativos no médio prazo (autonomia intelectual, participação cidadã, resistência à pós-verdade). Ao investir nessas frentes, avançamos de ações pontuais para uma política de formação permanente orientada à integridade da informação e ao bem comum.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A potencialidade do pensamento crítico frente à desinformação se dá na medida em que atua na raiz do problema. Logo, não se trata de desmentir ou revelar a verdade, mas de promover um olhar reflexivo perante o mundo, a partir do qual os sujeitos habitam-se a questionar, problematizar e atuar para gerar as mudanças necessárias. A educação em informação, portanto, pretende realizar o ideal educativo freireano: “Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo: os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo.” (Freire, 2021, p. 95). Além desse potencial educativo, trata-se de uma formação que incide sobre a cultura da informação, procurando gerar um comportamento mais saudável e proativo perante o atual cenário em que mais acesso não reverberou em mais conhecimento.

Nas experiências e reflexões reunidas neste capítulo, defendemos que a educação em informação, ancorada na pedagogia crítica, desloca o foco de uma formação meramente instrumental (buscar, checar, selecionar) para um processo emancipatório que reposiciona os sujeitos como intérpretes e produtores de sentidos em ecossistemas informacionais complexos. Ao articular competências infocomunicacionais, pensamento crítico e a noção emergente do potencial da informação, a proposta deixa de enfrentar pontualmente a desinformação para promover condições estruturantes de acesso, avaliação e participação que sustentam a vida democrática e a coesão social. Em outros termos, trata-se de cultivar uma cultura informacional que conjugue confiabilidade, equilíbrio e completude, formando sujeitos capazes de questionar, dialogar e intervir com responsabilidade no espaço público.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, C. A. A. Integridade da informação: um possível novo conceito para o estudo da desinformação. **Comunicação Midiática**, v. 19, n. 1, p. 207-226, jan-jun, 2024.
- BORGES, J.; BRANDÃO, G.; BARROS, S. S. (org.). **Educação para a informação**: como promover competências infocomunicacionais. São Paulo: Pimenta Cultural, 2022.

BORGES, J.; OLIVEIRA, L. Competências infocomunicacionais em ambientes digitais. **Observatório (OBS*) Journal**, [s./l.], v. 5, n. 4, p. 291-326, 2011.

BORGES, Jussara; OLIVEIRA, Melissa, COSTA, Bryan Nicollas. Como educar em informação: uma proposta teórico-metodológica. InCID: R. Ci. Inf. e Doc., Ribeirão Preto, v. 16, p. e-215857, 2025. No prelo.

BUCKINGHAM, D. **The media education manifesto**. Cambridge: Polity Press, 2020.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2021.

hooks, b. **Ensinando pensamento crítico: sabedoria prática**. São Paulo: Elefante, 2020

LAJOLO, M. **Do mundo da leitura para a leitura do mundo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

PONTES, R. F.; PIMENTA, S. G. A pedagogia crítica de Paulo Freire: elementos para uma proposta no campo da didática. **Revista Chilena de Pedagogía**, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2019.

SCHNEIDER, M. **A era da desinformação: pós-verdade, fake news e outras armadilhas**. Rio de Janeiro: Garamond, 2022.

TRANSTORNOS ALIMENTARES NO TWITTER/(X): INFLUÊNCIA SOCIOCULTURAL DA INDÚSTRIA DO K-POP EM BRASILEIROS

EATING DISORDERS ON TWITTER/(X): SOCIOCULTURAL INFLUENCE OF THE K-POP INDUSTRY IN BRAZILIANS

DOI: [HTTPS://ZENODO.ORG/RECORDS/21948691](https://zenodo.org/records/21948691)

Lua Oliveira Leal

Bacharelada em Saúde e em Psicologia- Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil.
luaoleal@aluno.ufrb.edu.br.
Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-6838-2855>.

Ana Carolina Silva Almeida

Bacharelada em Saúde e em Nutrição- Universidade Federal do Recôncavo da Bahia Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil.
an4almeid421@aluno.ufrb.edu.br.
Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-0166-5298>.

Ana Flavia Pinto do Nascimento

Bacharelada em Saúde e em Psicologia- Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.
anaflaviapn@aluno.ufrb.br.
Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-6341-8609>.

Letícia Valéria Cruz de Souza

Bacharelada em Saúde e em Nutrição- Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil.
valerialeticia@aluno.ufrb.edu.br.
Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-6571-7779>.

Israel Marques Campos

Pesquisador de Pós-Doutorado – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil.
Doutor em Educação – Universidade Federal da Bahia, Brasil.
isracamposedh@gmail.com.
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8514-8108>.

RESUMO

A proposta do tema foi escolhida visto a intensificação de publicações nocivas dentro da rede social e a necessidade de conhecer a atuação dessas comunidades no aprofundamento de casos de transtornos alimentares, em que os usuários realizam comentários abertamente pró-anorexia e pró-bulimia, além da intensificação e correlação com os conteúdos de influência sul-coreana dentro desse ambiente. A metodologia utilizada foi de revisão de literatura, com base em artigos científicos, teses de conclusão de curso e clássicos sobre

o assunto, além disso, a abordagem netnográfica de perfis coletados, utilizando dados arquivais em inglês e português com a análise de comportamento de usuários dentro da plataforma Twitter/(X). Os resultados apontam que há uma expansão do “edtw” gerando postagens não-saudáveis sobre a temática, impactando usuários brasileiros no desenvolvimento dos transtornos. O presente trabalho, tem por objetivo a análise sobre a influência da indústria do k-pop, correlacionando seus padrões de beleza com a emergência de publicações de incentivo aos transtornos alimentares em comunidades virtuais como o “edtw” na plataforma Twitter/(X),

Palavras-chave: Comportamento Alimentar. Música. Coreia do Sul. Comunidade. Mídias Sociais.

ABSTRACT

The theme proposal was chosen, seen the intensification of harmful publications inside of the social media and the need of knowing the role of these communities in the aggravation of eating disorders cases, where users publish comments openly pro-anorexia and pro-bulimia, furthermore the intensification and correlation with south-korean culture inside this environment. The methodology used was literature review based on scientific articles, final papers and classics about the topic, furthermore, the netnography approach to collected profiles, using archival data in english and portuguese with the analysis of behavior users inside the platform Twitter/(X). The results indicate that there is an expansion of the “edtw”, generating non-healthy posts about the theme, impacting brazilian users on the development of disorders. This work aims an analysis about the influence of the k-pop industry correlating the beauty standards with the emergence of pro-eating disorders posts in virtual communities as “edtw” in the platform Twitter/(X), therefore it is expected that the research contributes for the better comprehension of the issue.

Keywords: Binge-Eating Disorder. Music. South Korea. Community. Social Media.

INTRODUÇÃO

Os transtornos alimentares (TA) contemplam um conjunto de características multifatoriais na vida de um indivíduo, impactando em condições físicas, psicológicas e sociais. O diagnóstico é baseado em uma relação complicada e complexa entre a alimentação e a insatisfação com o próprio corpo, envolvendo a distorção da imagem corporal. Nesta pesquisa, são trabalhados os conceitos de anorexia e bulimia nervosa, suas similaridades e diferenças, assim como os efeitos desencadeados na saúde.

A relação entre os TAs citados e as comunidades virtuais, está na criação de ambientes de socialização entre pessoas que possuem transtornos alimentares ou são adeptas ao uso de práticas nocivas de comportamento e alimentação para alcançar um padrão de emagrecimento, utilizando de meios virtuais para estimular tais práticas prejudiciais.

O objetivo principal do trabalho confere-se na análise sobre a influência da indústria do *k-pop*, correlacionando seus padrões de beleza com a emergência de publicações de incentivo aos transtornos alimentares em comunidades virtuais como o “edtwt”. Entre os objetivos específicos estão: compreender como se estrutura uma comunidade no Twitter/(X); funcionamento das comunidades virtuais ligadas às redes sociais; a influência sociocultural da Coreia do Sul no Brasil, assim como na comunidade “edtwt”.

Esta produção textual, torna-se benéfica para o meio científico, no estudo da comunidade virtual “edtwt” dentro da rede social Twitter/(X), que fomenta práticas anoréxicas e bulímicas, assim como a relação de codependência entre os usuários que pode ser desenvolvida. Dessa forma, permitindo maior compreensão sobre a temática, ainda pouco explorada, para profissionais da saúde envolvidos no cuidado interdisciplinar de pacientes com transtornos alimentares.

MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia adotada é a revisão bibliográfica, de forma qualitativa, sendo utilizados artigos científicos, livros e teses de conclusão de curso sobre o assunto, por meio de mecanismos de pesquisa como: Google Acadêmico, Scielo, Periódico CAPES, dentre outros. A partir disso, foi coletado publicações de 1999 até 2024, incluindo clássicos relacionados à temática, encontrados com os seguintes descritores: transtornos alimentares, *k-pop*, comunidade virtual, Twitter/(X). Ademais, foi utilizado a metodologia netnográfica, no enfoque na comunidade chamada “edtwt”, realizando a pesquisa a partir de palavras-chave como: edtwt, kpop, k-idol e thinspo. Resultando na coleta e análise completa de dados arquivais (25 postagens e 48 perfis) utilizando os seguintes critérios de inclusão para pesquisa: priorizando publicações virais (mais de 1.000 visualizações), perfis que utilizaram imagens de *k-idols* como foto de perfil e/ou publicação, além disso, foi considerado postagens que promovessem métodos não-saudáveis e funcionamento da comunidade.

Dessa forma, o levantamento dos dados arquivais foi feito por meio do *Tweepy*, uma biblioteca de código na linguagem Python, que facilita o uso da interface de programação de aplicativos (API) da rede social Twitter/(X). Portanto, a coleta de dados foi feita com o propósito de analisar o alcance das postagens e comportamentos dos usuários da comunidade, pelo fato da pesquisa ter sido realizada com o uso da internet, sendo um espaço público em que as publicações são de livre acesso, não houve necessidade de submeter o estudo à aprovação do Comitê de Ética. Os idiomas considerados para a bibliografia e coleta de dados foram o português e inglês.

Diante disso, a divisão do trabalho foi realizada inicialmente com a conceituação dos transtornos alimentares, descrição dos sintomas da anorexia e bulimia e suas comorbidades, seguido da apresentação da plataforma Twitter/X e das comunidades virtuais junto as suas funcionalidades e finalizado com os argumentos que relacionam o consumo de entretenimento sul-coreano, sua influência, disseminação de pensamentos no edtw, comportamentos incentivadores de TAs e culto à magreza extrema.

DESENVOLVIMENTO

De uma forma geral, ainda que aparente certas similaridades, a anorexia nervosa (AN) e a bulimia nervosa (BN) se diferem ao que se refere ao comportamento que dá origem ao transtorno. A bulimia é uma doença que surge a partir de padrões compulsivos de alimentação, ocasionando o consumo de uma quantidade excessiva de comida em um curto período, acompanhada da sensação de perda de controle sobre a quantidade de alimento ingerido (DSM-5, 2014), e pode ser gerada por altos índices de ansiedade, resultando na busca por uma forma de alívio, que nesse caso se torna o alimento. Além disso, na BN, o padrão alimentar é descrito como caótico e cíclico, ou seja, uma restrição severa de alimentos com base em dietas radicais e sem acompanhamento profissional, seguido de longos episódios de compulsão alimentar, desencadeando a sensação de culpa e gerando hábitos compensatórios inadequados (Alvarenga; Larino, 2002). Tais hábitos visam eliminar as calorias ingeridas de forma rápida, e os métodos utilizados para tal feito podem variar entre meios purgativos como, por exemplo, a utilização de laxantes, chás diuréticos e em alguns casos, pessoas com esse transtorno podem tomar hormônio da tireoide para evitar o ganho de peso. Em contraponto, por meio de métodos não purgativos há os jejuns prolongados, autoindução ao vômito e exercícios físicos praticados de forma excessiva. Sendo o vômito o comportamento compensatório mais comum entre estes citados, por gerar no indivíduo a sensação imediata de alívio ao que se refere ao desconforto físico.

Enquanto na AN, a principal característica presente é a distorção de imagem, construída a partir da idealização do corpo perfeito como sendo um corpo magro. Geralmente para quem possui esse tipo de transtorno a ideia de engordar são motivos de pavor e insegurança, ocasionando ações extremas, como, por exemplo, manter longos períodos

sem comer, ou consumindo apenas líquidos, gerar medo do alimento e levar o indivíduo a evitá-lo via comportamentos persistentes que impedem o ganho de peso corporal, levando a uma desnutrição severa que não é reconhecida pela pessoa adoecida. Em casos de desnutrição, ainda há possibilidade de reversão por meio de reabilitação nutricional, entretanto quando o cenário se agrava com perda de densidade óssea mineral não existe garantia de reversão completa (DSM-5, 2014). Para concluir, a respeito dos problemas fisiológicos gerados pelos transtornos citados anteriormente, é necessário abordar algumas complicações acarretadas pela alimentação desregulada, sendo algumas delas; a arritmia cardíaca, alterações gastrointestinais, desgaste do esmalte dentário e irregularidade menstrual (Assumpção; Cabral, 2002).

Existem comorbidades que podem estar diretamente conectadas aos TAs, estas, ocorrendo simultaneamente com outros transtornos mentais, além do agravo no diagnóstico. O ser adoecido que apresenta sintomas dos transtornos de ansiedade, os depressivos e bipolares têm caráter predominante no rastreamento de distúrbios associados aos TAs bem como a alta iminência de ideações suicidas, abuso de álcool e outras drogas, transtorno de personalidade borderline e transtorno obsessivo compulsivo (TOC), sendo estes dois últimos, em porcentagem significativa na BN (DSM-5, 2014).

Existem comportamentos associados aos TAs que impactam diretamente na funcionalidade cotidiana dos indivíduos, na AN encontram-se os sentimentos de desvalia, afeto negativo (raiva, culpa e vergonha) e fatores de estresse interpessoais, que contribuem para uma autoavaliação inferiorizada e pessimista sobre sua existência bem como na BN o humor deprimido, o isolamento social e a diminuição da libido podem trazer dificuldades à socialização em ambientes de trabalho, nas relações amorosas e familiares, além de potencializar o quadro clínico.

Na análise a respeito da predominância de transtornos alimentares, a pressão estética sobre a imagem corporal é fomentada pela imposição do padrão de beleza, muitas vezes, inatingível e inadequado. Vale destacar que a mídia digital detém um grande poder de influenciar através dos conteúdos que reforçam e endeusam o ideal de “corpos perfeitos”, o que aumenta a probabilidade de seus usuários acreditarem nas falácias e na exposição a situações extremistas (Gomes e colaboradores, 2021).

RELAÇÃO ENTRE COMUNIDADES VIRTUAIS E TWITTER/(X)

O surgimento das redes sociais no mundo contemporâneo possibilitou a conexão entre pessoas por meio do ambiente virtual, assim usuários ao redor do mundo buscam informações atualizadas em tempo real, compartilham de interesses e expõem suas opiniões. A internet, sendo um território social de grande acúmulo de informações e criação de espaços para comunicação e socialização, ao longo das décadas, foi capaz de desenvolver as comunidades virtuais. As comunidades são moldadas como uma rede eletrônica de

forma organizada em torno de um interesse compartilhado, em que a comunicação pode ser uma ferramenta para um objetivo daqueles usuários (Castells, 1999). Nessa lógica, a construção de grupos afiliados a interesses em comum também podem influenciar e potencializar comportamentos sociais do meio digital para a realidade como padrões de saúde e estética (Bittencourt; Almeida, 2013). Além disso, o sistema de apoio instituído entre os membros em conjunto do anonimato, pode abrir margem para a liberdade de expressão a respeito de conteúdos nocivos, livre de julgamentos, pois aqueles presentes fomentam esse tipo de informação e assim surgem comunidades não-saudáveis no meio digital como as de pró-anorexia e pró-bulimia.

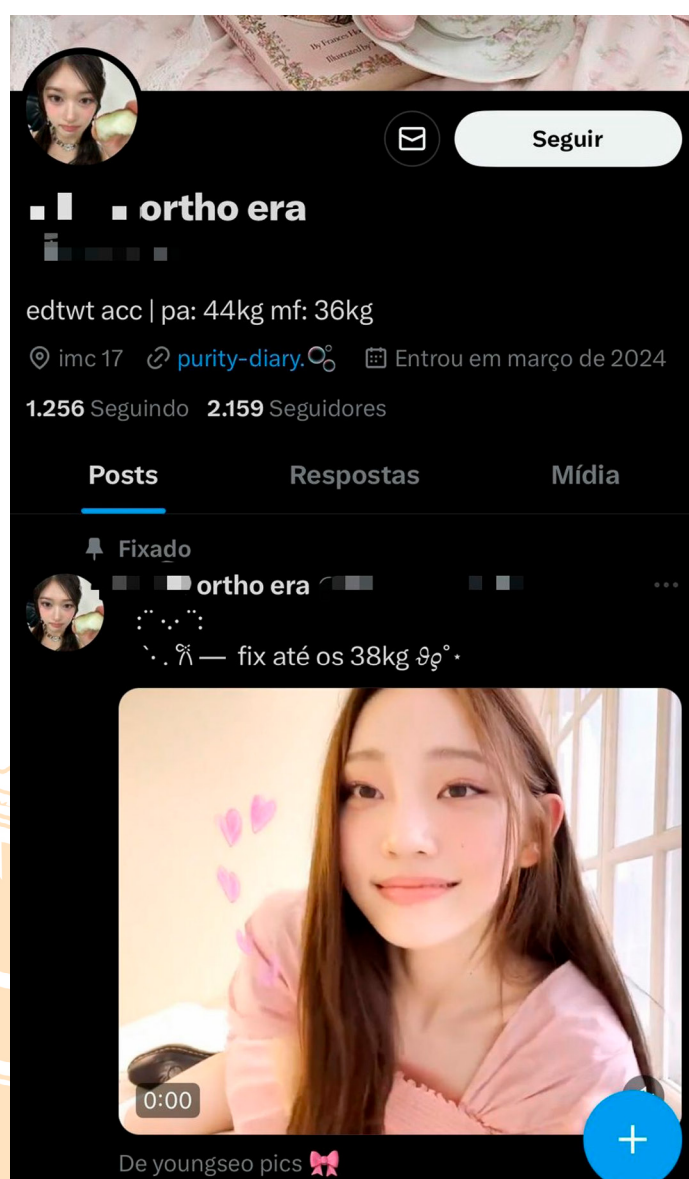
Desse modo, de início com os fóruns em websites com essa única funcionalidade de interação e com o passar dos anos com surgimento de diferentes mídias sociais, as comunidades que fomentam TAs, tornam-se adaptáveis a plataforma que decidem residir. Assim, de forma representativa, funcionam como redomas fluídas e translúcidas, capazes de moldar-se conforme a estrutura da rede social que estão e buscam esconder-se da superfície de publicações normativas. Tomando como exemplo de análise o uso da plataforma Twitter/(X), com seu surgimento em 2006 até os dias atuais, o maior sucesso entre os *microblogs*, contempla a funcionalidade de realizar curtas publicações diárias com limite de até 280 caracteres, sendo um espaço proposto para compartilhar sobre a vida, interação e notícias. O Twitter/(X) utiliza como parte de seus recursos a *timeline*, uma sequência de publicações em tempo real e de ordem cronológica. Esse recurso pode ser dividido para mais de uma *timeline* em si, instituindo-se entre pública (publicações em tempo real), pesquisas (resultados obtidos em tempo real a partir de uma palavra e/ou hashtag) e do utilizador (apenas publicações de quem o perfil segue) (Amaral; Sousa, 2010)

De forma que, dentro da rede social, as chamadas “bolhas do Twitter/(X)” são diversas e expansivas. Um utilizador pode buscar informações na *timeline* de pesquisa, a respeito de emagrecimento e palavras-chave como “magreza” e encontrar diversas publicações relacionadas ao assunto, com a constante busca, a plataforma passa a filtrar o que é digitado na barra de pesquisa, por meio do armazenamento de dados e interface de programação de aplicativos (API), por exemplo, vinculando palavras-chave com hashtags, permitindo assim que um conjunto de códigos, promulgados pelo comportamento de tela e interação, possa formar o algoritmo da plataforma e induzir certos conteúdos na *timeline* pública (Araújo; Silva, 2023).

Contudo, não há total controle a respeito de postagens nocivas, assim caso o utilizador acabe seguindo perfis de dentro de alguma comunidade pode ocasionar o surgimento dessas informações por consequência do algoritmo. Portanto, a emergência de conteúdos de transtornos alimentares torna-se gradual e podendo ser de forma indireta, inicialmente, por meio de relatos “inofensivos” sobre o cotidiano de algum utilizador, sendo ele um *mutual* (quando ambos utilizadores se seguem de forma mútua) ou provindos da *timeline* pública.

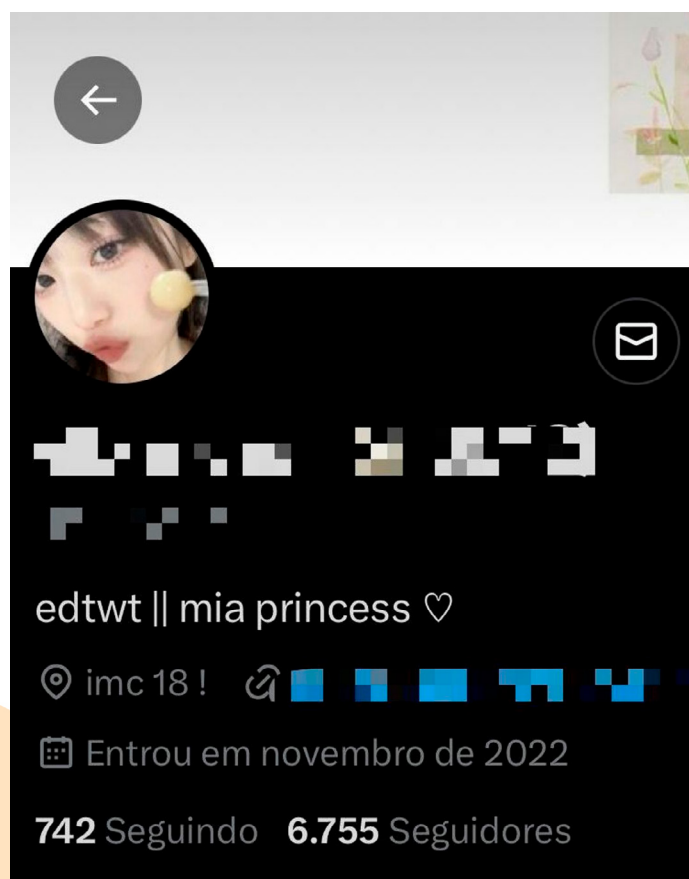
Assim, percebe-se a problemática do consumo dessas informações, ainda que tenha sido instituído por volta de 2021, a aba “Comunidades” que funcionaria apenas para o usuário adentrar naquelas que deseja, ainda é ineficaz para evitar a propagação de publicações como essas, por consequência da própria composição de um perfil dentro da rede, possibilitando a capacidade de mesclar-se entre mais de uma comunidade. Perfis dentro da plataforma podem retratar a respeito de coisas relacionadas ao *k-pop* (pop sul-coreano) e *k-idol* (ídolo sul-coreano), assim como relatar desabafos sobre seu cotidiano com transtorno alimentar, podendo utilizar a imagem desses artistas como foto de perfil.

Figura 1 – Perfil com temática *k-idol/k-pop* incluso na sub comunidade pró transtornos alimentares.



Fonte: Twitter/(X). Atualizado em: 05/11/2024.

Figura 2- Perfil com temática *k-idol/k-pop* incluso na sub comunidade pró transtornos alimentares.



Fonte: Twitter/(X). Atualizado em: 05/11/2024.

Além disso, o uso de termos que se identificam como parte de conteúdo pró-ana e pró-mia, usando de exemplo as figuras apresentadas, a palavra edtw que seria junção de “ed” (*eating disorder*, transtorno alimentar em português) e “tw” (twitter) que é a principal nomenclatura para essa comunidade virtual dentro da rede social. Nem sempre o utilizador irá colocar essas informações explicitamente da comunidade na biografia de perfil, podendo ser algo indireto como *mia princess* (princesa + mia de bulimia), assim de difícil detecção inicial como um perfil pró-bulimia.

INFLUÊNCIA SOCIOCULTURAL DA COREIA DO SUL NO BRASIL.

A cultura sul-coreana chega ao Brasil via fenômeno chamado *Hallyu* (“onda” coreana) que ocorreu no final do século XX e foi o período onde a Coreia do Sul decidiu investir, produzir e exportar entretenimento para outras localidades a fim de se recuperar de crises econômicas que o país enfrentava. O governo sul-coreano apostou em estratégias de incentivo para produção na indústria pop, acreditando que ela poderia trazer benefícios para a nação. Atualmente o faturamento do mercado de *k-pop* é bilionário, o

ponto alto da *Hallyu* foi o cantor Psy, a sua música *Gangnam Style*, foi o primeiro vídeo na plataforma *YouTube* a bater 1 bilhão de *views* (visualizações), rapidamente pessoas de todo o mundo foram abraçando a cultura coreana através das músicas, novelas e filmes, inclusive os brasileiros.

Figura 3 – Sabrina Sato, Psy e Claudia Leite durante o Carnaval de Salvador em cima de um trio elétrico em 2013.



Fonte: Site G1, fotógrafo Ronaldo Silva, 2013.

Figura 4 – Cantor Psy segurando uma camisa da seleção brasileira após sua chegada em Salvador para o Carnaval de 2013.



Fonte: Site G1, fotógrafo Jailson Barbosa, 2013.

É necessário compreender que existe um alto incentivo de variedade de consumo no universo do *k-pop*, isso ocorre por que o estilo de vida dos *k-idols* é valorizado e se torna extremamente desejado pelos fãs, que estão dispostos a imitar os trejeitos, alterar suas rotinas inclusive alimentares e comprar inúmeros produtos, por conta disso se torna recorrente os fãs esgotarem estoques em poucas horas (Silva Bernardo; Lima, 2019). Tudo isso na tentativa de se igualar a determinado artista.

Figura 5 - Perfil do edtw, descrevendo e incentivando a realização da suposta “rotina matinal” da cantora Wonyoung (IVE).



Fonte: Twitter/(X), 2024.

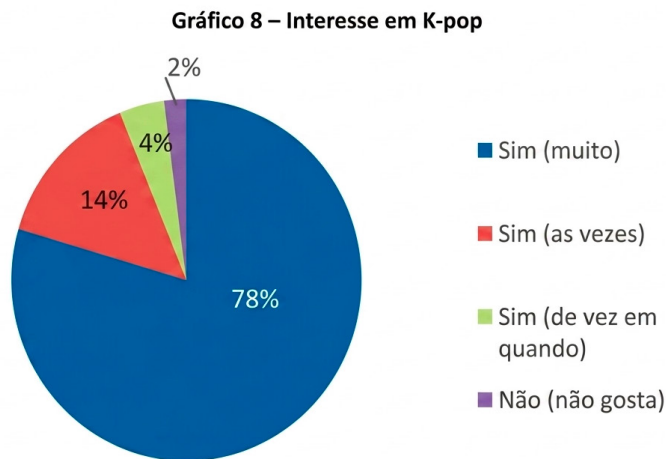
Figura 6- Cantora Wonyoung, captura de tela popularizada nas redes sociais por conta do seu corpo magro.



Fonte: MCOUNTDOWN, 2022.

Uma das estratégias utilizadas na indústria para promover esse comportamento é a multiprofissionalidade artística, comumente os *k-idols* são vistos exercendo outras profissões como ator (esse sendo o mais predominante), apresentador e modelo de grandes marcas, essa multiplicidade faz com que exista uma tendência de intersecção no público. No estudo feito por Monteiro (2014) sobre “Significações produzidas no Brasil dos conteúdos audiovisuais dramáticos sul-coreanos: estudo de caso dos dramas”, a autora utilizou um instrumento de pesquisa em formato de questionário que teve como público-alvo fãs brasileiros de *k-dramas* (dramas coreanos), um dos dados obtidos na amostra revelou que os dois produtos de entretenimento o *k-pop* e os *k-dramas* estão intimamente interligados e “um atrai atenção para o outro” (Monteiro, p. 81, 2014).

Gráfico 1- Estudo de Monteiro (2014) em público-alvo de k-dramas que também consomem k-pop.



Fonte: Monteiro, 2014.

Logo, alguém que acompanha determinado artista por ser *k-idol*, quando o mesmo vira ator e/ou apresentador, esse fã migra intencionalmente para outras plataformas para acompanhá-lo, o que aumenta consideravelmente a popularidade desse artista, o alcance dos seus trabalhos a novos públicos e estimula que aqueles que já o admiram também estejam continuamente adquirindo acesso a suas múltiplas performances, gerando mais influência e consequentemente mais lucratividade para a empresa.

Figura 7 - Matéria jornalística sobre *k-idols* que também são atores em k-dramas.



Fonte: Site UOL, 2024.

O PADRÃO DE BELEZA COREANO COMO DESEJO DO PÚBLICO.

A Coreia do Sul “fabrica” os *k-idols*, eles são selecionados e treinados para ter esse tipo de carreira. Eles passam um período de 4 a 8 anos nessas empresas sendo preparados para estreiar em algum grupo, esse momento é chamado de *debut* (estreia) pelos fãs. Nesse período, as roupas, o corpo e até os comportamentos são programados para adquirirem aceitação do público. Esse processo de aprimoramento artístico inclui aulas de dança e canto, já o “embelezamento” necessário para se adequar aos padrões criteriosos de aparência envolvem dietas rigorosas e cirurgias plásticas (Silva Bernardo; Lima, 2019). Os requisitos de beleza sul-coreanos possuem alto nível de exigência e perfeccionismo, principalmente para artistas femininas, dentro do mundo dos fãs de *k-pop*, existe uma lista de *Korean Beautiful Standard* (padrão de beleza coreano) ou KBS com 42 requisitos para estar 100% dentro do que eles consideram ideal, conforme mostrado no apêndice A, aqueles que chegam próximo ou alcançam essa porcentagem são considerados os visuais daquele grupo. A primeira *k-idol* a inaugurar o termo *best visual* (melhor visual) foi a YOO-NA do *Girl's Generation*, logo a maioria dos atributos listados fazem parte das características corporais e faciais dela.

Figura 8- Cantora YOONA do *Girl's Generation*.



Fonte: Instagram, @yoona__lim, 2023.

Antes dos *best visuals* e da lista KBS, já existia uma cobrança por um determinado aspecto físico dos artistas, entretanto com essa nomenclatura recente, o nível de perfeição ficou inalcançável. Dentro dessa padronização pré-existente, as características valorizadas são: corpo magro e alto, traços faciais não naturais do fenótipo sul-coreano como olhos com a pálpebra dupla, rosto em formato triângulo e pele pálida, na lista alguns desses atributos se repetem, porém, outros possuem valores referenciais detalhados e cálculos de proporção, não basta ser belo esteticamente, é necessário ser matematicamente perfeito. Nessa lógica, segundo a conceitualização de Lipson e Sonnevile (2017), existem fatores precipitantes e mantenedores de desencadeamento de TAs. Desse modo, a indústria sul-coreana, a qual promove a conceituação de beleza, funciona como esses dois tipos de fatores citados, ao colocar como um dos seus grandes símbolos o corpo exageradamente magro e influenciar as pessoas a alcançar esse imaginário. Assim, a maioria dos fãs desses grupos, incluindo brasileiros, não se satisfazem só em ter o que os *k-idols* tem, mas aspiram ser como eles são, por isso a aparência deles se torna um objeto de desejo.

COMUNIDADE EDTWT E OS K-IDOLS.

Desabafos de pessoas com TAs não é algo recente, pois já foram relatados na mídia desde a época dos anos 2000. À vista disso, o surgimento das bolhas virtuais de usuários pró-ana e pró-mia viria como consequência dessa gama de conteúdo e rede de apoio entre os membros. Devido ao ambiente anonimato e de livre expressão, observa-se como esses meios de comunicação entre jovens com TAs ganham potência, especialmente devido o incentivo das práticas e valorização social dentro da comunidade (Copetti; Quiroga, 2018).

O ambiente acolhedor e não-discriminatório, a respeito das práticas não-saudáveis, pode desenvolver uma relação de dependência emocional com a comunidade. Assim, foram analisadas publicações de utilizadores que relataram sua “volta” à comunidade, depois de um período de tentativa falha de recuperação.

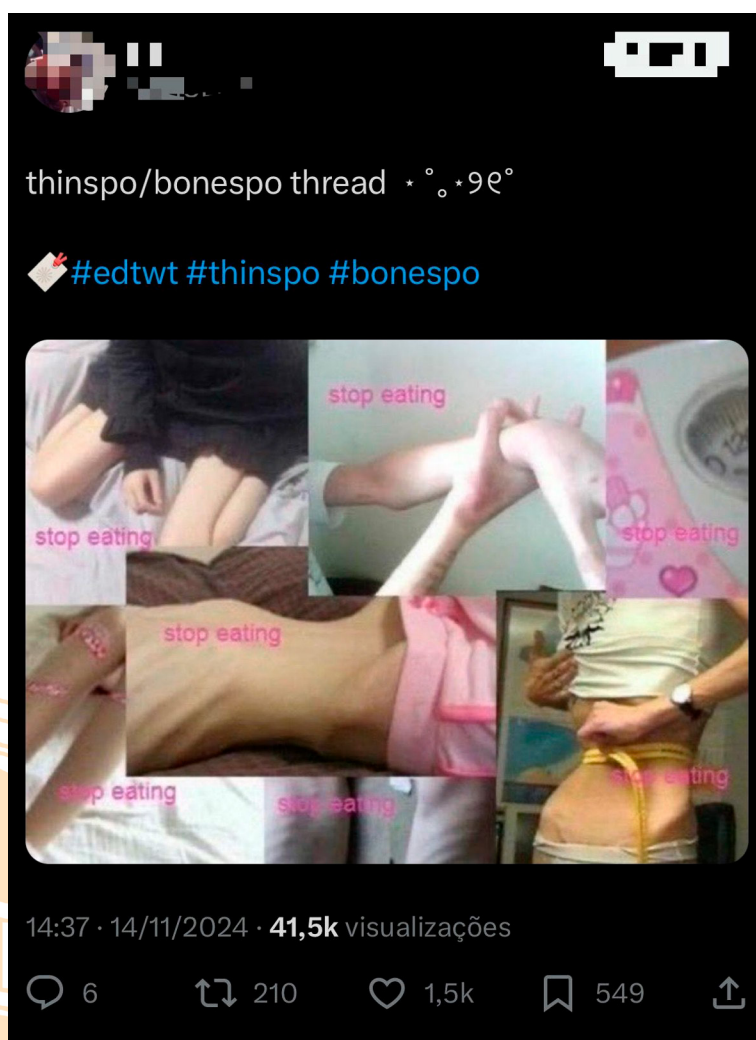
Compreende-se que os transtornos alimentares atingem um público predominantemente feminino, caucasianas e de alto nível socioeconômico-cultural, entretanto, a propagação de informações na internet relacionados ao assunto, contribuiu para o aumento no índice de outros grupos sociais e faixas etárias também sendo diagnosticadas com TAs (Copetti; Quiroga, 2018).

De acordo com estudos de casos encontrados, envolvendo as comunidades virtuais, existe uma predominância na propagação de informações que podem desencadear o desenvolvimento desses transtornos, visto a banalização de métodos nocivos em prol do emagrecimento e também a romantização dos mesmos. Utilizando a barra avançada da plataforma Twitter(X), as primeiras postagens vinculadas a comunidade #edtwt em língua inglesa e portuguesa surgiria a partir de meados de 2018. Vale ressaltar que, dentro da

bolha virtual, é comum o uso de diversos termos que mesclam com palavras em língua inglesa, compondo a identidade de um membro do edtw, cada uma possuindo uma simbologia atrelada a meta corporal, comportamentos psicológicos e/ou algum tipo de transtorno em específico. Alguns destes termos, presentes já por volta de 2019, como #thighgap, #thinspo, #cafelax, #controlana, #anaemia, #anamia, #refrigerat e #ieiunum, são códigos utilizados para realizar as postagens sem tanta exposição (Dantas; Galeno, 2019).

Nesse trabalho, foi coletado alguns destes principais termos utilizados pela comunidade, durante nosso período de coleta de dados, normalmente atrelados às imagens de inspiração corpórea, como também utilizadas em *threads* (sequência de publicações) como palavras-chave que os utilizadores buscam, conforme descrito nos apêndices 1 e 2.

Figura 9- Publicação com uso das nomenclaturas atreladas a uma coletânea de corpos magros com frases repetitivas em inglês como *stop eating* (pare de comer)



Fonte: Twitter/(X), 2024.

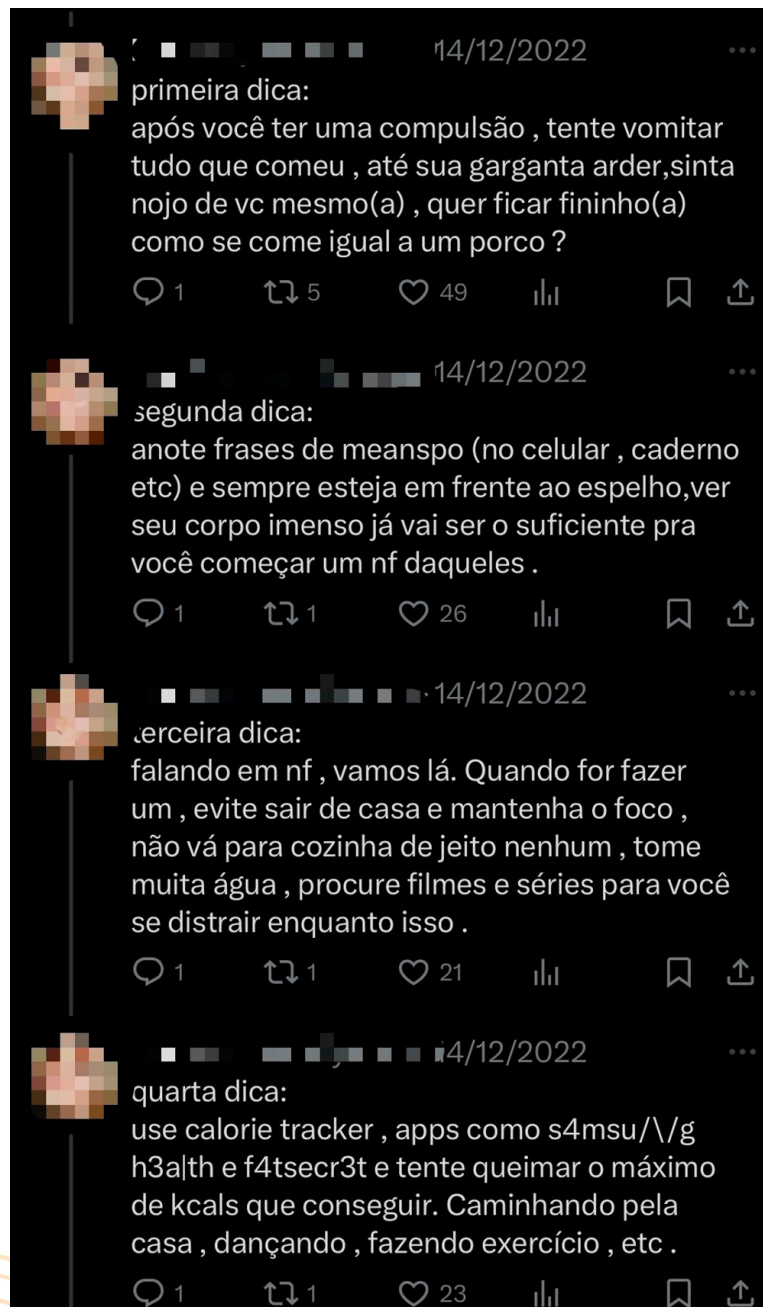
As *threads* dentro da rede social, são normalmente utilizadas como uma ordem de informações feita por um mesmo usuário, no objetivo de compartilhar algo informativo, humorístico e/ou interação. No edtw, elas são feitas para motivação e dicas para agravar os casos de transtornos alimentares, também é comum *bodycheck* (ação de checar o corpo), publicação em que a pessoa mostra fotos de seu próprio corpo e pede por conselhos de como emagrecer.

Figura 10 - Thread induzindo a pessoa a aprofundar seu caso de transtorno alimentar.



Fonte: Twitter/(X), 2022.

Figura 11- Thread induzindo a pessoa a aprofundar seu caso de transtorno alimentar.



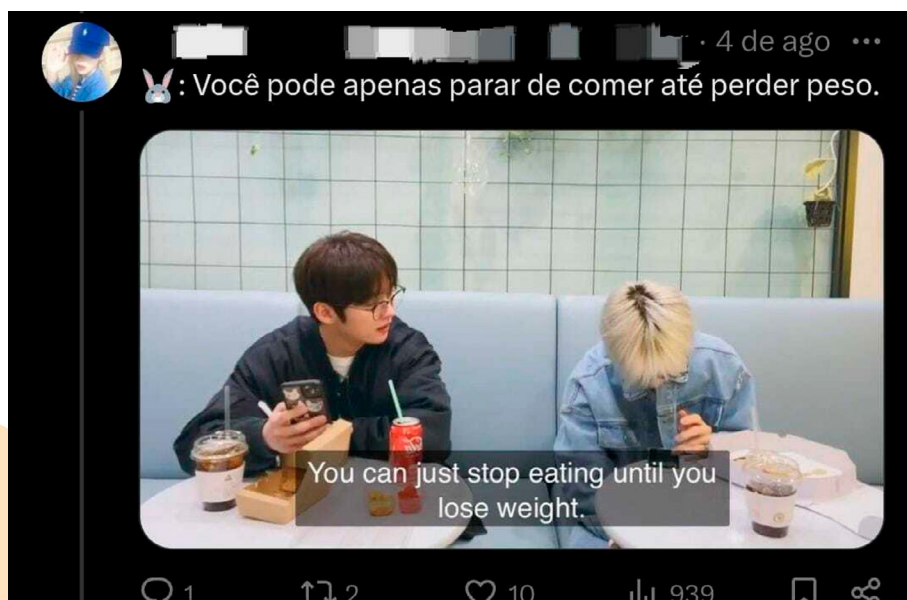
Fonte: Twitter/(X), 2022.

Quando se trata dos perfis do edtwit que possuem alguma mescla com o universo do *k-pop*, os discursos dos artistas possuem uma alta relevância, de modo que não são difíceis de encontrar falas problemáticas dos mesmos, envolvendo a normalização de comportamentos não-saudáveis no âmbito alimentar como: atos compensatórios após a ingestão de alimentos e a prática do jejum intermitente para perda rápida de peso.

Uma atribuição comum nas agendas dos artistas sul-coreanos é o comparecimento em programas de variedades da TV ou em canais de entrevistas no *YouTube*. Não muito diferente do que acontece com os artistas brasileiros, esses programas servem para

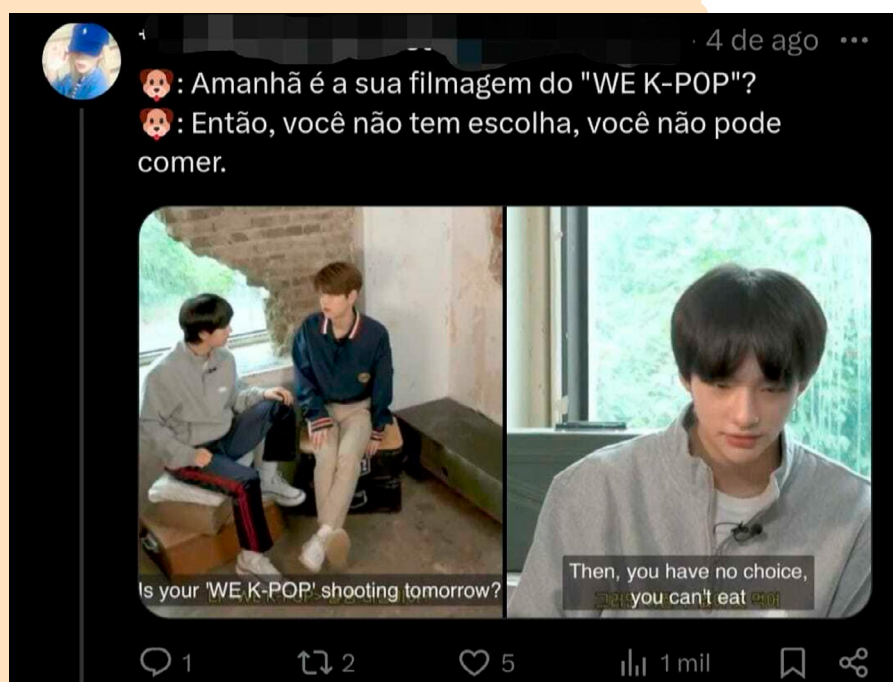
aproximar o público da rotina de trabalho desses profissionais, como eles interagem no dia a dia e responder perguntas e dúvidas dos fãs, entretanto esses diálogos não são passados despercebidos pelos consumidores de *k-pop*, então num curto período eles são traduzidos, postados e compartilhados, principalmente no Twitter/(X).

Figura 12 - Partes de uma publicação em sequência de um perfil pró-anorexia e pró-bulimia com o título: “Idols falando sobre o corpo de outros Idols, uma thread para o edtw”.



Fonte: Twitter/(X), 2024.

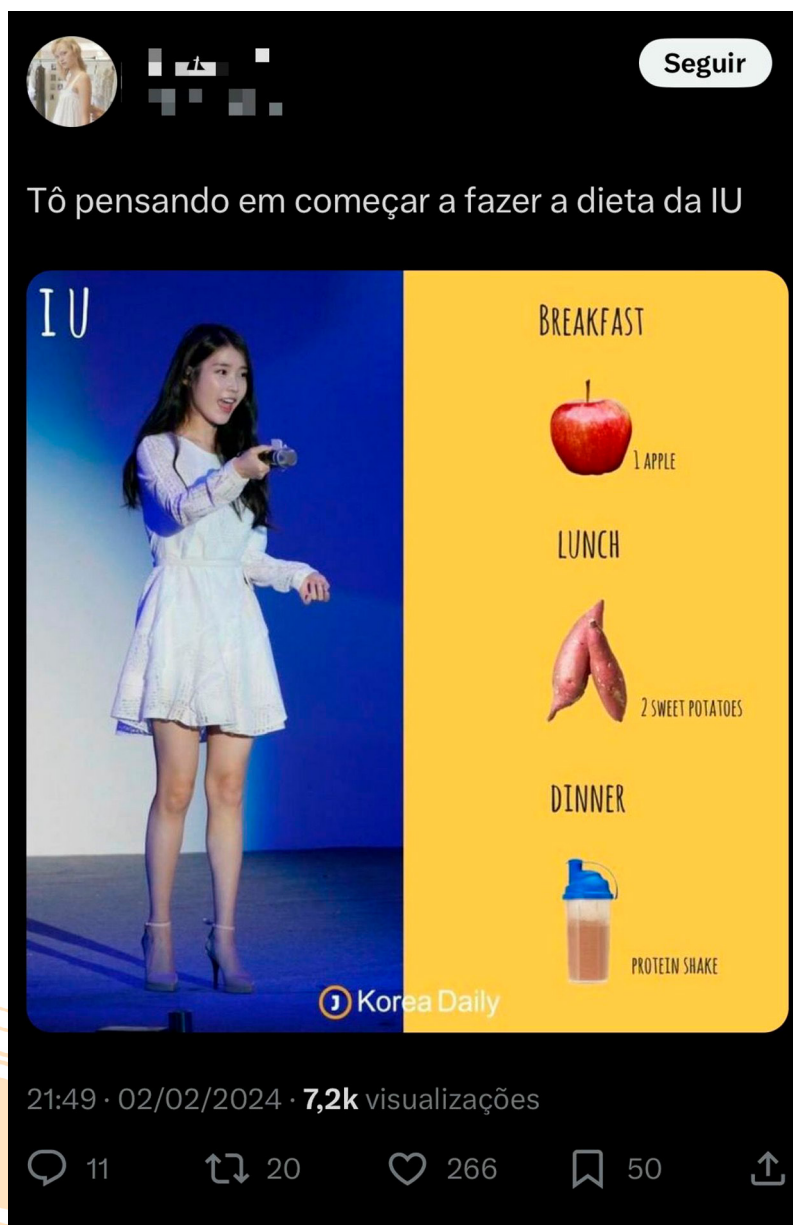
Figura 13 - Partes de uma publicação em sequência de um perfil pró-anorexia e pró-bulimia com o título: “Idols falando sobre o corpo de outros Idols, uma thread para o edtw”.



Fonte: Twitter/(X), 2024.

Outra atividade recorrente é propagar dietas restritas e de baixo valor calórico e nutricional, incentivando o usuário a realizar essas dietas para que ele chegue ao seu resultado estético desejado mais rápido. Entretanto, nos perfis que possuem uma relação com *k-pop*, as dietas transmitidas são baseadas em supostas refeições que os *k-idols* fazem.

Figura 14- Publicação de um usuário compartilhando sua intenção em iniciar a suposta dieta da cantora IU visando perda de peso.



Fonte: Twitter/(X), 2024.

Figura 15 - Resposta dos usuários sobre a publicação da Figura 14.

Fonte: Twitter/(X), 2024.

Essas dietas são retiradas de sites e blogs não confiáveis ou são formadas de deduções dos próprios fãs, através das refeições compartilhadas em alguma rede social e/ou algo que o artista é visto comendo em público, essas supostas dietas seguem normalmente os mesmos critérios: restrição calórica exacerbada, através da substituição de refeições completas por um único alimento, ou alimentos que possuem pouca densidade calórica como frutas, raízes, hortaliças, bebidas, etc.

Por exemplo, temos a “Dieta da IU”, a IU é uma cantora solista sul-coreana, muito popular entre os fãs brasileiros e a suposta dieta da artista é composta por apenas três refeições diárias: uma maçã no café da manhã, duas batatas doces cozidas no almoço e uma vitamina de proteína no jantar.

RESULTADOS

Os principais estudos de casos de comunidades pró-ana e pró-mia já eram uma discussão no âmbito internacional nos anos 2000, passando a adentrar o cenário nacional a partir de 2011, com alguns artigos a respeito de comunidades virtuais em uma abordagem geral e alguns casos dentro de certas plataformas da época.

Portanto, esta pesquisa mostra a perspectiva da comunidade edtwt e sua expansão com as publicações relacionadas a k-idols. Entretanto, ainda existe uma lacuna percebida em produções científicas em língua portuguesa, visto que uma comunidade virtual, de acordo o que foi analisado, serve como potencializador dos transtornos alimentares. Além disso, durante as pesquisas foi percebido a dificuldade em encontrar materiais científicos suficientes sobre a temática envolvendo a relação k-pop, transtornos alimentares e comunidades virtuais.

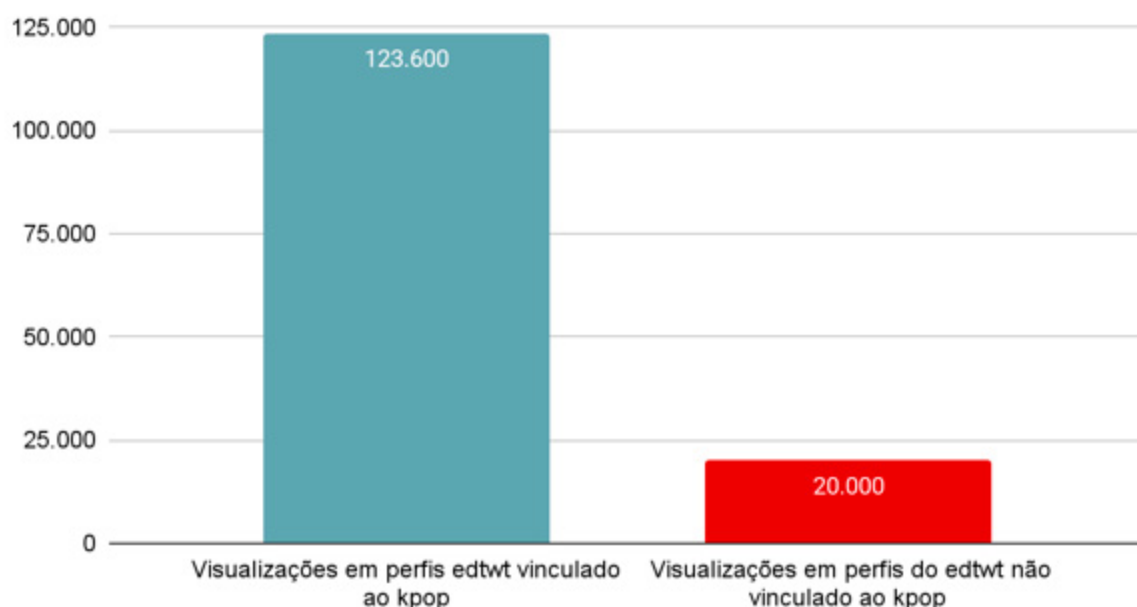
O presente estudo através da abordagem netnográfica conclui diante das análises dos comportamentos de usuários com perfis vinculados ao k-pop que a manifestação da influência do ideal de beleza da Coreia do Sul na comunidade virtual mencionada, estando associada ao consumo de entretenimento sul-coreano, incentiva a cultura da magreza e padrões idealizados de beleza. Sendo assim, contribuindo para a manifestação e/ou perpetuação de sintomas de TAs em brasileiros que possuem ou não predisposição. De maneira que os indivíduos inseridos nesse ambiente de socialização virtual, adquiram a sensação de pertencimento, empatia e apoio mútuo para manterem ativamente hábitos de agravamento de um quadro já existente de TA, além disso, a comunidade também mantém intrinsecamente uma dualidade narrativa, existem aqueles que reconhecem o estado de adoecimento e os malefícios atribuídos a ele ainda que negando o tratamento ou assumindo não ter forças de “sair da comunidade” enquanto outra parte nega estar adoecida e defende assiduamente não necessitar de tratamento, alegando estar experimentando da condição de satisfação com o corpo ou se encontra no processo de busca desse estado pleno.

Na coleta de dados, foi pesquisado por meio do API e o uso da barra avançada da plataforma, publicações relacionadas às seguintes hashtags: #edtwt e #thinspo. Ambas, ligadas a propagação de informações sobre transtornos alimentares, sendo assim, na aba de resultados “Principais”, foi analisado 48 perfis com participação ativa na plataforma, com no mínimo de 500 seguidores e suas respectivas publicações, assim foram levantadas 25 publicações mais relevantes por visualizações sob critérios de inclusão como: número mínimo de visualizações por publicação relevante, se possuía ou não alguma imagem/termo atrelado ao *k-pop* e/ou *k-idol*

dentro dessa amostra. Dessa forma, foi realizado um gráfico que mostra a média de alcance que essas publicações tiveram.

Gráfico 2- Relação de visualizações em publicações dentro do Twitter/(X) que possuía foto de algum k-idol comparado àqueles que não tem, com base em pesquisa feita com #edtwit e #thinspo

Média de visualizações



Fonte: Elaborada pelos autores (2024)

O resultado foi de que quaisquer publicações, mesmo de perfis com número de seguidores considerado “baixo” para o respectivo alcance, houve mais impacto aqueles que tinham as hashtags e imagens de k-idols (seja na publicação e/ou como foto de perfil) se comparado àqueles que não tinham. Maioria dos perfis analisados que possuíam mais de 1.000 seguidores, estavam dentro da bolha do k-pop e foram as publicações com maior alcance. Sob essa ótica, a predominância de pessoas utilizando imagens de k-idols como inspiração e/ou desejo como parte de conteúdo pró-ana e pró-mia, tornou-se perceptível com a atuação da indústria sul-coreana e seu impacto no cenário mundial nos últimos anos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conclusão, as comunidades virtuais que propagam apoio aos transtornos alimentares representam um desafio complexo e multifacetado para a saúde mental e física das pessoas que estão inseridas nesse ambiente, como vimos ao longo deste trabalho, através dos vínculos e da identificação, essas comunidades podem fornecer um senso de pertencimento e apoio para indivíduos que possuem transtornos alimentares podendo perpetuar comportamentos nocivos e reforçar padrões de pensamento distorcidos acerca

do processo de adoecimento. Portanto, é fundamental que os profissionais de saúde mental estejam cientes dessas comunidades e sejam capazes de identificar os sinais de agravamento dos sintomas junto ao repúdio ao tratamento, sendo esses sintomas possíveis alerta de vínculo criado ao edtw. Por fim, é necessário um esforço conjunto para promover a conscientização sobre os transtornos alimentares e as consequências que ocorrem procedentes do contato com comunidade que vinculam meios de entretenimento ao detrimento da saúde dos indivíduos.

REFERÊNCIAS

ABREU, N. R. DE.; BALDANZA, R. F.; SETTE, R. DE S. Comunidades virtuais como ambiente potencializador de estratégias mercadológicas: locus de informações e troca de experiências vivenciadas. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 13, n. 3, p. 116–136, set. 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-99362008000300008>. Acesso em: 02 out. 2024.

ALVARENGA, M.; LARINO, M. A. Terapia nutricional na anorexia e bulimia nervosas. **Brazilian Journal of Psychiatry**, v. 24, p. 39–43, dez. 2002. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1516-44462002000700009>. Acesso em: 02 out. 2024.

AMARAL, I.; SOUSA, H. Redes Sociais no Twitter: A Emergência de uma Nova Sociabilidade num Novo Ecossistema de Comunicação?. **Interações: Sociedade E As Novas Modernidades**, 2010. Disponível em: <<https://www.interacoes-ismt.com/index.php/revista/article/view/291>>. Acesso em: 5 out. 2024.

AMARAL, R. **K-pop: padrão de beleza, mídia e suas implicações no cotidiano dos grupos femininos na Coreia do Sul**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Design-Moda)- Universidade Federal do Ceará, Instituto de Cultura e Arte, Fortaleza, 2019. Disponível em: <<http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/51720>>. Acesso em: 9 out. 2024.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. 5° ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ARAÚJO, R. DE P. A.; SILVA, I. F. A capacidade dos trending topics em pautar o debate: agenda setting do algoritmo. **Cadernos Metrópole**, v. 25, n. 58, p. 1123–1142, set. 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2023-5815>. Acesso em: 14 out. 2024.

ASSUMPÇÃO, C.; CABRAL, M. D. Complicações clínicas da anorexia nervosa e bulimia nervosa. **Brazilian Journal of Psychiatry**, v. 24, p. 29–33, dez. 2002. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1516-44462002000700007>. Acesso em: 18 out. 2024.

BARBIN, C. **K-pop, um gênero em expansão e suas faces: as formas de promoção sul-coreanas**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Publicidade e Propaganda)- Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Comunicação Social, Natal, 2020. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/50414>>. Acesso em: 3 nov. 2024.

BECHARA, A.; KOHATSU, L. Tratamento nutricional da anorexia e da bulimia nervosas: aspectos psicológicos dos pacientes, de suas famílias e das nutricionistas. **Vínculo**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 07-18, dez. 2014. Disponível em: <http://pepsic.bvs.alud.org/sci/elo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-24902014000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 20 out. 2024.

BITTENCOURT, L. DE J.; ALMEIDA, R. A.. **Transtornos alimentares: patologia ou estilo de vida?**. Psicologia & Sociedade, v. 25, n. 1, p. 220–229, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822013000100024>. Acesso em: 20 out. 2024.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 1999. 3ª ed, v. 1. São Paulo: Paz e Terra.

COPPETI, A.; QUIROGA, C. A influência da mídia nos transtornos alimentares e na autoimagem em adolescentes. **Revista de Psicologia da IMED**, 2018. DOI: <https://doi.org/10.18256/2175-5027.2018.v10i2.2664>. Acesso em: 8 nov. 2024.

FAVA, M. V.; PERES, R. S. Do vazio mental ao vazio corporal: um olhar psicanalítico sobre as comunidades virtuais pró-anorexia. **Paidéia**, Ribeirão Preto, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2011000300008>. Acesso em: 8 nov. 2024.

GOMES, G. da S. C. R.; PAULA, N. da S. de.; CASTRO, S. M. G. de.; SOUZA, A. M. de.; SOUZA, H. L. S. de.; MARTINS, A. L. da S.; MALLET, A. C. T. Transtornos alimentares e a influência das mídias sociais na autoimagem corporal: um olhar sobre o papel do nutricionista. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 10, n. 16, p. e191101623277, 2021. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i16.23277>. Acesso em: 22 nov. 2024.

GRANGEIRO, S. A influência do marketing de entretenimento coreano no Brasil. **Revista C@LEA - Cadernos de Aulas do LEA**, Fortaleza, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.uesc.br/index.php/calea/article/view/3173/2225>>. Acesso em: 10 nov. 2024.

LIPSON, S. K.; SONNEVILLE, K. R. Eating disorder symptoms among undergraduate and graduate students at 12 U.S. colleges and universities. **Eating Behaviors**, v. 24, p. 81-88, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.eatbeh.2016.12.003>. Acesso em: 15 nov. 2024.

MONTEIRO, K. **Significações produzidas no Brasil dos conteúdos audiovisuais dramáticos sul-coreanos**: estudo de caso dos dramas. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Comunicação Social)- Faculdade de Informação e Comunicação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014. Disponível em: <[https://www.academia.edu/12723833/significações_produzidas_no_brasil_dos_conteúdos_audiovisuais_dramáticos_sul_coreanos_estudo_de_caso_dos_dramas](https://www.academia.edu/12723833/significa%C3%A7%C3%B5es_produzidas_no_brasil_dos_conte%C3%ADdos_audiovisuais_dram%C3%A1ticos_sul_coreanos_estudo_de_caso_dos_dramas)>. Acesso em: 20 nov. 2024.

NIZ, G. **Um estudo sobre as comunidades pró-anorexia no twitter**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia)- Universidade Anhanguera Uniderp, Campo Grande, 2022. Disponível em: <<https://repositorio.pgsscogna.com.br/handle/123456789/60598>>. Acesso em: 20 nov. 2024.

SILVA BERNARDO, F.; LIMA, M. K-POP: a cultura popular coreana influenciando o Brasil. Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 15., 2019, Salvador. **Anais...** Salvador: EDUFBA, 2019, p.27. Disponível em: <<http://www.xvenecult.ufba.br/modulos/submissao/Upload-484/112160.pdf>>, 2019. Acesso em: 20 nov. 2024.

APÊNDICES

Apêndice 1- Quadro de lista de requisitos de beleza *k-idol*.

Lista - <i>Korean Beautiful Standard (KBS)</i>
1. Cabeça pequena.
2. Rosto pequeno.
3. Rosto fino.
4. Pele pálida.
5. Pele uniforme.
6. Testa pequena.
7. Testa redonda.
8. Olhos grandes.
9. Olhos amendoados. (em formato de amêndoa).
10. <i>Aegyo-sal</i> (bolsa de gordura que fica abaixo dos olhos).
11. Sobrancelhas simétricas.
12. Pálpebras duplas.
13. Maçãs do rosto indefinidas
14. Arco do cupido (parte superior do lábio) em formato de coração.
15. Lábios carnudos.
16. Boca pequena.
17. Queixo pequeno.
18. Orelhas pequenas.
19. Bochechas pequenas.
20. <i>V-line</i> (Rosto em formato de V).
21. Nariz fino.

22. Nariz arrebitado.
23. Nariz com ponte nasal alta.
24. Nariz pequeno.
25. Mandíbula definida.
26. Pescoço longo.
27. Clavícula amostra.
28. Dentes alinhados.
29. Dentes brancos.
30. Corpo magro.
31. Tronco pequeno.
32. Corpo ampulheta. Ombros e quadris de mesmo tamanho e cintura mais fina.
33. Ombros com ângulo de 90°.
34. Seios de tamanho médio.
35. Coxas pequenas.
36. <i>Thigh gap</i> (espaço aberto entre as coxas).
37. Altura maior de 1,65.
38. Pernas longas.
39. Braços longos.
40. Glúteo pequeno e arredondado.
41. <i>Golden ratio</i> (proporção áurea em escala 1:8 da cabeça com o resto do corpo).
42. Peso menor do que 50kg.

Fonte: Elaborada pelos autores (2024).

Apêndice 2 - Quadro de nomenclaturas relacionadas a imagem corporal e/ou comportamentos anoréxicos e bulímicos

TERMOS	EXPLICAÇÃO
borboletana	Junção de “borboleta” e “ana” (anorexia). Alusão a um corpo perfeito de uma borboleta.
thinspo	Junção de “thin” (magro) e “inspo” (pref. inspiração), normalmente atrelado a threads com imagens de corpos magros.
bonespo	Junção de “bone” (osso) e “inspo” (pref. inspiração), um ideal corpóreo que ressalta os ossos do corpo.
deathspo	Junção de “death” (morte) e “inspo” (pref. inspiração), similar ao bonespo, leva a imagens de corpos que beiram a morte pela magreza.
chubbyspo	Junção de “chubby” (gordinho) e “inspo” (pref. inspiração), neste caso costuma ser threads/imagens com corpos gordos que desencadeiam culpa do usuário por supostamente se assemelharem as referências.
meanspo	Junção de “mean” (malvado) e “inspo” (pref. inspiração), comumente utilizado em postagens para realizar e/ou permitir comentários maldosos que desencadeie culpa e ódio ao próprio corpo.

Fonte: Elaborada pelos autores (2024).

Apêndice 3 - Quadro de nomenclaturas relacionadas às restrições e/ou compulsões alimentares.

TERMOS	EXPLICAÇÃO
pa ou cw	peso atual ou current weight
mf ou gw	meta final (podendo ser um peso ou um tipo de corpo como objetivo) ou goal weight
recov/recovery	recuperação em inglês, é quando o usuário não está evitando comportamentos bulímicos/anoréxicos, normalmente distanciando ou abandonando o perfil do edtw
nf	<i>no food (sem comida/sem alimentação) como um termo normalmente correlacionado a prática de jejum intermitente.</i>
imc ou bmi	índice de massa corporal ou body mass index, medida internacional para analisar se a pessoa está no peso ideal a partir da altura, entretanto na comunidade é colocado imc/bmi de valores baixos (não-saudáveis) como objetivo.

Fonte: Elaborada pelos autores (2024).

SABOTAGEM INFORMACIONAL: quando a mentira mata e o silêncio consente.

DOI: [HTTPS://ZENODO.ORG/RECORDS/21948981](https://zenodo.org/records/21948981)

Manoel Barral-Netto e Aldina Barral¹

“A informação virou um instrumento de dominação.”

Milton Santos (entrevistas nos anos 1990)

O ditado “a mentira tem pernas curtas” pode sugerir que, por efêmera ao ser desmascarada prontamente, a mentira não causa mal duradouro. Nunca foi assim, há mentiras que embora desapareçam logo deixam um mal duradouro. Tanto a desinformação não interessada como a desinformação maliciosa precisam ser corrigidas, mas a que apavora, e da qual trataremos, é desinformação arquitetada e disseminada intencionalmente. Esta sabotagem informacional que vemos hoje resulta de interesses econômicos ou políticos. Precisamos refletir sobre duas questões cruciais em referência à desinformação maliciosa: como enfrentar esta onda mundial de descrédito da ciência?, a comunidade acadêmica está ativamente engajada no enfrentamento da desinformação científica?

Não foram poucas as vezes, nos últimos anos, em que nos vimos perplexos diante da velocidade com que mentiras ganhavam *status* de verdade. Vimos mães hesitarem diante da vacina e vimos cientistas sendo agredidos nas redes sociais por defenderem o conhecimento embasado em ciência. Com espanto e indignação, vimos ainda a dúvida ocupar o lugar da evidência, o ruído vencer o argumento, a crença triunfar sobre o método. A desinformação científica, longe de ser apenas um efeito colateral da vida digital, revelou-se um projeto articulado e, pior, eficaz. Hoje, não é exagero dizer que a disputa pelo futuro da ciência passa, antes, pela batalha contra a mentira.

Vivemos em uma era marcada pela velocidade e pelo alcance quase ilimitado da informação. Ao mesmo tempo em que a ciência avança em ritmo acelerado, produzindo descobertas que transformam positivamente nossas vidas, deparamo-nos com um fenômeno igualmente poderoso, porém destrutivo: a desinformação científica. A desinformação científica é um fenômeno de múltiplas camadas. Atua sobre conteúdos (o que se diz),

¹ Pesquisadores do Instituto Gonçalo Moniz- Fiocruz Bahia

agentes (quem diz) e estruturas (como se diz e se propaga). Ela se aproveita de uma arquitetura da comunicação pensada para engajar, não para informar. A lógica algorítmica das redes — *likes*, compartilhamentos, viralizações — favorece conteúdos que despertam medo, indignação ou prazer imediato. A verdade, com sua lentidão e complexidade, perde espaço nesse jogo.

Este ensaio busca compreender as raízes, os efeitos e as possíveis estratégias de enfrentamento desse mal contemporâneo, enfatizando a necessidade de letramento científico da sociedade e de medidas preventivas que envolvam toda a comunidade acadêmica e científica.

A desinformação científica não se resume a um simples erro ou boato; trata-se de informação deliberadamente falsa, imprecisa ou enganosa, disseminada com o objetivo de minar a credibilidade da ciência e influenciar decisões políticas, econômicas ou sociais. Ao contrário dos meros rumores, a desinformação científica é coordenada, sustentada por interesses, sejam eles comerciais, políticos ou ideológicos, e amplificada por tecnologias digitais. A desinformação científica funciona hoje como um modelo de negócio, no qual a produção e disseminação de conteúdo enganoso geram lucros diretos (venda de medicamentos sem eficácia, cliques em sites sensacionalistas) e indiretos (obtenção de recursos para campanhas políticas). Plataformas como Facebook, WhatsApp e TikTok, movidas por algoritmos de engajamento, favorecem a circulação de informações que provocam reações intensas, potencializando bolhas de opinião e reforçando polarizações.

Quatro vetores fundamentais alimentam a desinformação científica: 1) Algoritmos de recomendação que priorizam engajamento emocional em detrimento da veracidade; 2) comunidades *online* que se formam em torno de crenças compartilhadas, dificultando o acesso a informações divergentes; 3) Falsificações sofisticadas (*deepfakes*) e a Inteligência Artificial generativa veiculando conteúdos falsos com realismo cada vez maior, como declarações fabricadas de autoridades científicas ou políticas e 4) Influenciadores digitais: personalidades sem formação técnica que ganham autoridade em suas comunidades, propagando mitos e meias-verdades. Esses mecanismos agem de forma sinérgica, criando um ecossistema no qual a desinformação não apenas sobrevive, mas prospera.

Na esfera política, a desconfiança em procedimentos científicos traduz-se em fortalecimento de narrativas conspiratórias e descrédito de instituições — um ambiente propício para autoritarismos. Quando a própria existência de evidências confiáveis é questionada, a opinião pública deixa de ter um ponto de referência comum, inviabilizando deliberações coletivas fundamentadas e corroendo a base de qualquer consenso constitucional.

Essa mentira organizada encontra terreno fértil onde há insegurança, medo e abandono. No Brasil, sabemos bem disso. A desinformação prospera onde faltam saúde básica, educação científica, acesso à cultura e à escuta pública. Ela não é causa única do que vivemos, mas é sintoma e acelerador de um mal-estar social mais profundo.

Mas o problema não é apenas técnico. A desinformação se liga a identidades, afetos e crenças. Tendemos a rejeitar evidências que contrariem nossas visões de mundo. Ou seja: não se trata apenas de informar melhor, mas de dialogar com mundos simbólicos distintos. Por isso, a resposta à desinformação não pode ser apenas científica — ela precisa ser também cultural, ética e política.

Fala-se com frequência da regulação das plataformas digitais. E, de fato, é urgente que o Estado estabeleça regras claras sobre transparência algorítmica, responsabilização por danos públicos e limitação do alcance de conteúdos manifestamente falsos. Mas regulação, por si só, não resolve.

É preciso também uma nova cultura da informação pública, que valorize o jornalismo, a comunicação científica e a educação midiática desde as escolas. Informação não pode ser tratada como mercadoria, tampouco como ameaça — ela é um direito.

A ciência, por sua vez, precisa sair dos muros. O cientista não pode se contentar com o rigor técnico; deve ser também agente de escuta e presença pública. Isso exige formação específica, apoio institucional e, sobretudo, compromisso com a democracia. Falar com o público é, antes de tudo, reconhecer que a ciência pertence à sociedade e deve se traduzir nela.

A pandemia da Covid-19 foi o ponto de inflexão. Mais do que um evento de saúde pública, foi uma erosão dos critérios de verdade. Milhares de mortes poderiam ter sido evitadas se houvesse escuta às evidências, respeito à vigilância epidemiológica, confiança nas vacinas. Em vez disso, assistimos à ascensão da pseudociência, à sabotagem institucional e ao colapso da comunicação pública em saúde. Curiosamente, vivemos um paradoxo: ao mesmo tempo em que a ciência desenvolve vacinas em tempo recorde, cresce a desconfiança sobre seus efeitos. É como se a velocidade da inovação estivesse desacompanhada da velocidade da compreensão.

É preciso reconhecer: o mesmo ambiente que favorece a desinformação também pode ser ferramenta de transformação. Iniciativas de jornalismo comunitário, uso de influenciadores confiáveis e grupos de escuta local vêm mostrando que é possível disputar narrativas nas redes. Isso exige presença ativa, linguagem acessível e estratégias de comunicação que respeitem o tempo e o contexto dos públicos. A internet não é um espaço neutro — ela é disputada. A pergunta, portanto, não é se devemos estar nela, mas como e com quais princípios. Uma comunicação científica eficaz, especialmente no Brasil, precisa dialogar com o WhatsApp da periferia, com o rádio comunitário, com o vídeo curto e o meme — sem abandonar o rigor, mas sabendo traduzir o essencial.

O combate à desinformação não é uma questão meramente técnica. É um confronto ético sobre o lugar da verdade no espaço público. É também um exercício de humildade: a ciência não precisa ser infalível para ser confiável. Ela precisa ser honesta, transparente e comprometida com o bem comum. O que está em jogo não é apenas o prestígio dos cientistas ou a eficiência das políticas públicas. Está em jogo a capacidade da socieda-

de de decidir com base em fatos, de planejar o futuro sem cair em delírios coletivos, de reconhecer seus erros sem recorrer ao autoengano. Em outras palavras, está em jogo a possibilidade mesma de convivência democrática.

A desinformação é uma patologia social que se cura com confiança, e confiança se constrói com presença, diálogo e coerência entre discurso e prática. A ciência, quando se alia à escuta, à justiça e à cidadania, é uma das forças mais potentes contra esse mal. E talvez seja justamente isso que explique por que ela vem sendo tão atacada.

Enfrentar a desinformação científica requer um conjunto integrado de ações, combinando regulação, educação e mobilização da comunidade científica. Regulação e transparência das plataformas digitais, com regras claras de responsabilidade para provedores de conteúdo. Adicionalmente, deve haver obrigações de transparência algorítmica, permitindo auditoria pública dos critérios de recomendação e mecanismos de moderação eficazes, com rotulagem de conteúdos enganosos e remoção de informações comprovadamente danosas.

Um ponto fundamental no enfrentamento da desinformação é a educação e letramento científico. É altamente necessária a incorporação de disciplinas de pensamento crítico e metodologias científicas em todos os níveis de ensino fundamental e médio, associadas a campanhas de alfabetização midiática que capacitem a identificar e relatar boatos. A expansão maciça de iniciativas das universidades e escolas com atividades de extensão que aproximem os cidadãos da prática científica pode ter um grande impacto. *Pari passu* devem ser estimuladas e apoiadas iniciativas sérias para expansão do jornalismo científico, como o apoio a iniciativas de checagem de fatos, a capacitação de jornalistas para entender e comunicar evidências técnicas, minimizando distorções e o incentivo à produção de conteúdo acessível, utilizando infográficos, vídeos curtos e podcasts para levar informações de qualidade a para diferentes públicos.

A comunidade científica deve se engajar fortemente na formação de multiplicadores, com pesquisadores assumindo o papel de comunicadores públicos, participando ativamente de debates em redes sociais e eventos comunitários. Estas iniciativas merecem reconhecimento nas avaliações das instituições de ensino e de pesquisa, e também nas agências financiadoras, da pesquisa, com o CNPq, e as educacionais, como a CAPES. Está clara a necessidade de não somente produzir boa ciência mas também de comunicá-la de forma séria e eficiente. Os currículos acadêmicos devem incluir estratégias de resposta rápida a possíveis campanhas de desinformação relacionadas às suas áreas de estudo. Na mesma linha, o estímulo a redes colaborativas de comunicação científica, integrando universidades, institutos de pesquisa e sociedade civil para troca de dados e experiências podem ter um impacto muito importante no enfrentamento responsável da desinformação.

Para o enfrentamento adequado da desinformação científica, não devemos prescindir da ciência. Há necessidade clara de financiamento de estudos sobre dinâmicas da desinformação, identificando atores, métodos e vulnerabilidades sociais, de linhas de

apoio a projetos de ciência cidadã, que engajem voluntários na coleta e interpretação de dados. Embora as medidas reativas sejam essenciais, o antídoto contra a desinformação científica é a prevenção. É preciso cultivar, desde cedo, uma cultura de curiosidade fundamentada em evidências, valorizar o método científico e entender que a incerteza faz parte do avanço do conhecimento — não um sinal de fraqueza. Também devemos investir na infraestrutura da resposta com a criação de centros de informação estratégica em vigilância da desinformação que monitorem rumores e boatos em tempo real de forma avançada com uso de metodologias modernas capazes de monitorar as redes sociais.

A desinformação científica não é um acidente do mundo digital; ela é o produto de interesses conjugados de poder, lucro e controle social. O seu enfrentamento requer um compromisso coletivo com o letramento científico: a capacidade de compreender, questionar e aplicar o conhecimento baseado em evidências.

A pergunta mais incômoda permanece latente. Há muito a fazer para enfrentar a desinformação de forma eficiente. O que comunidade acadêmica está realmente fazendo para enfrentar, prevenir e corrigir, a sabotagem internacional? As iniciativas estão sendo efetivas? Como são avaliadas? Os resultados são aplicáveis em larga escala? Como adaptar para o público de diferentes regiões?

Só com uma ação muito séria, efetiva, sistemática e ampla poderemos construir uma sociedade resiliente, capaz de distinguir ruídos de sinais verdadeiros, preservar a validade da ciência para embasar políticas e ações sociais e políticas e assegurar um futuro com democracia. A ciência, em sua essência, é um empreendimento colaborativo e auto-crítico, mas não é neutra. A ciência pode embasar tanto ações afirmativas quanto as piores ações humanas. Ruy Barbosa foi bastante incisivo nisto “Barbaria servida pela física e pela química, barbaria adulada pelos sábios e pelos doutos, barbaria dourada pelas artes e pelas letras, barbaria disciplinada nos ministérios e nos quartéis, barbaria com a presunção da ciência e o gênio da organização, mas nem por isso menos barbaria, antes barbaria pior, por isso mesmo”. Cabe a nós, cientistas e cidadãos, assegurar que a ciência embase um futuro mais justo e informado.

DESINFORMAÇÃO E AMAZÔNIA:

território de desafios e inspirador de soluções

DOI: [HTTPS://ZENODO.ORG/RECORDS/21949397](https://zenodo.org/records/21949397)

Maria Ataíde Malcher

Laura Caroline de Sena Miranda

Valéria do Rosário Trindade Pires

RESUMO:

A desinformação constitui um fenômeno comunicacional e social que dissemina informações falsas ou distorcidas com objetivo de enganar e manipular a opinião pública, impactando negativamente a confiança em instituições, na saúde coletiva e prejudicando a coesão social. Neste texto o objetivo é apresentar uma análise do ecossistema da desinformação na Amazônia, considerando fatores históricos, sociais, digitais e epistemológicos que contribuem nesse processo, bem como os seus efeitos sobre comunidades tradicionais. Para tanto, foi adotada uma abordagem qualitativa, baseada em revisão bibliográfica, análise de relatórios institucionais e em resultados de estudos de percepção pública, complementada por outros dados secundários sobre acesso à internet, alfabetização digital e indicadores socioeconômicos da região. Nesse exercício analítico foi possível perceber que redes fechadas, algoritmos de filtragem e o uso indevido da legitimidade científica amplificam a circulação de conteúdos falsos, reforçando desigualdades históricas e epistemológicas e comprometendo a compreensão de temas complexos, como saúde e meio ambiente. A desinformação atua como violência estrutural, desvalorizando saberes locais e limitando o protagonismo das comunidades amazônicas. Estratégias de enfrentamento devem integrar políticas de educação digital, metodologias participativas e valorização do conhecimento tradicional, promovendo comunicação científica inclusiva. A análise evidencia a necessidade de dados sobre percepção pública voltados à região para orientar ações preventivas e educativas, contribuindo para o fortalecimento da autonomia social e mitigação dos efeitos da desinformação no contexto amazônico.

Palavras-chave: Desinformação; Ciência; Comunicação; Conhecimentos; Amazônia

ABSTRACT:

Misinformation is a communicational and social phenomenon that disseminates false or distorted information with the aim of deceiving and manipulating public opinion, negatively impacting trust in institutions and public health, and undermining social cohesion. The objective of this text is to present an analysis of the disinformation ecosystem in the Amazon, considering historical, social, digital, and epistemological factors that contribute to this process, as well as its effects on traditional communities. To this end, a qualitative approach was adopted, based on a literature review, analysis of institutional reports, and results from public perception studies, complemented by other secondary data on internet access, digital literacy, and socioeconomic indicators for the region. In this analytical exercise, it was possible to see that closed networks, filtering algorithms, and the misuse of scientific legitimacy amplify the circulation of false content, reinforcing historical and epistemological inequalities and compromising the understanding of complex issues such as health and the environment. Misinformation acts as structural violence, devaluing local knowledge and limiting the protagonism of Amazonian communities. Strategies to combat this must integrate digital education policies, participatory methodologies, and the valorization of traditional knowledge, promoting inclusive scientific communication. The analysis highlights the need for data on public perception focused on the region to guide preventive and educational actions, contributing to the strengthening of social autonomy and mitigation of the effects of misinformation in the Amazonian context.

Translated with DeepL.com (free version)

Keywords: *Disinformation; Amazon; Public perception.*

INTRODUÇÃO:

Vivemos em uma era na qual a informação circula em escalas sem precedentes, mas essa realidade não significa necessariamente maior acesso ao conhecimento. Pelo contrário, a fragmentação e a sobrecarga de informação se fundem com interesses políticos, econômicos e ideológicos e geram um ecossistema de desinformação que enfraquece as democracias, ameaça direitos e compromete a saúde coletiva (Lewandowski *et al.*, 2017; Ripoli & Matos, 2023). Este fenômeno é global, mas não se manifesta de forma homogênea. Na Amazônia, marcada por disparidades históricas de infraestrutura, conectividade e reconhecimento cultural, a desinformação assume formas próprias e ainda mais desafiadoras.

A combinação dessas desigualdades cria um círculo vicioso: a desinformação explora vulnerabilidades históricas e digitais para silenciar vozes locais, perpetuar narrativas coloniais e dificultar a construção de um futuro sustentável e justo. Neste cenário, compreender a percepção pública sobre ciência, meio ambiente e saúde torna-se fundamental (Silva *et al.*, 2022; IPS, 2023).

Considerando a educação, a informação, a comunicação e a saúde como dimensões interligadas, torna-se evidente que todas são atravessadas pelas tensões que configuram a circulação e legitimidade do conhecimento. Nesse cenário, algumas questões se destacam: a educação escolar raramente interage com o conhecimento tradicional; o conhecimento científico raramente incorpora a informação nas formas de sociabilidade local; a comunicação institucional tem nos centros urbanos o foco e desvia o olhar das comunidades periféricas e ribeirinhas; e a saúde pública vive o efeito direto das notícias falsas sobre o surgimento de vacinas, tratamentos e políticas de prevenção. Esse entrelaçamento de variáveis revela que enfrentar a desinformação não pode ser simplesmente uma questão de soluções técnicas ou medidas punitivas, mas sim de assumir uma abordagem que considere a cultura e o território, que leve em conta a pluralidade de epistemologias, práticas culturais e as especificidades territoriais (Silva *et al.*, 2022; Santos, 2010; Fricker, 2007).

Diante disso, a comunicação pública da ciência emerge não apenas como estratégia de disseminação, mas como uma poderosa estratégia política e ética de proteção contra a desinformação. Trata-se de pensar a ciência não como conhecimento distante, produzido para ser traduzido e consumido, mas como prática social em diálogo com os territórios, seus modos de vida e suas epistemologias. Significa reconhecer que comunicação, divulgação e a popularização da ciência, quando articuladas à educação e à saúde, têm o potencial de fortalecer a cidadania informacional, ampliar a confiança em instituições científicas e, sobretudo, reparar silenciamentos históricos.

Neste capítulo a proposta é explorar esse debate a partir da Amazônia, entendendo que o enfrentamento à desinformação depende de práticas comunicacionais mais plurais, humanizadas e enraizadas nos contextos locais. Ao longo do texto, os conceitos

de justiça epistêmica, cidadania científica e comunicação territorializada serão acionados para demonstrar como podem se articular como respostas protetivas às patologias informacionais que afetam a região, o país e o mundo. Mais do que apontar problemas, buscamos aqui refletir sobre caminhos possíveis para que a ciência seja de fato um bem comum, acessível e partilhado entre todos os povos.

DESINFORMAÇÃO, TERRITÓRIO E JUSTIÇA EPISTÊMICA

As consequências da desinformação são profundas e afetam o âmbito social em múltiplos níveis. O fenômeno causa a erosão da democracia, uma vez que a disseminação de teorias da conspiração, notícias falsas e narrativas distorcidas diminui a confiança nas instituições democráticas, polariza opiniões e dificulta o debate público informado. Há impactos diretos na saúde pública, exemplificados pela pandemia de COVID-19, na qual campanhas de desinformação sobre vacinas e tratamentos alternativos geraram hesitação vacinal, descumprimento de protocolos sanitários e aumento da vulnerabilidade de populações periféricas e tradicionais (OMS, 2021; Silva et al., 2021). Além disso, a desinformação favorece o aumento de discursos de ódio e preconceito, especialmente contra grupos socialmente vulneráveis, e provoca prejuízos econômicos ao desestabilizar mercados ou criar pânico sobre produtos e políticas públicas (Lewandowsky et al., 2017; Ripoli & Matos, 2023).

Nesse sentido, a desinformação tem se consolidado como um dos maiores desafios contemporâneos. No entanto, os seus efeitos não se distribuem de forma uniforme em diferentes territórios. Nessa perspectiva, é válido pontuar que o processo de colonização e exploração da Amazônia silenciou saberes tradicionais e consolidou uma narrativa hegemônica que vê a floresta apenas como recurso econômico e a população local como obstáculo ao “progresso” (Santos, 2019).

Dessa forma, em regiões como a Amazônia, onde persistem desigualdades estruturais relacionadas à infraestrutura, conectividade e presença de políticas públicas, a desinformação encontra terreno fértil para se expandir. Ela se alimenta das lacunas históricas de acesso à informação de qualidade e opera como uma extensão das exclusões sociais e epistêmicas que marcam a trajetória da região.

Nesse contexto, é preciso reconhecer que a desinformação não é apenas um problema técnico, restrito à ausência ou ao erro informacional. Ela atua como uma forma de violência estrutural, porque fragiliza o acesso a direitos básicos, compromete a confiança em instituições e silencia modos de vida. Quando boatos e informações falsas circulam sobre vacinas, políticas ambientais ou direitos territoriais, não se trata apenas de desinformar: trata-se de ameaçar a própria possibilidade de exercer cidadania plena.

A comunicação pública, a divulgação e a popularização da ciência, portanto, só podem cumprir um papel protetivo se forem concebidas como práticas sociais enraizadas nos territórios. Isso significa compreender que a ciência precisa ser acessível, plural

e construída em diálogo com saberes locais. Não basta traduzir resultados acadêmicos para uma linguagem simplificada: é necessário produzir conhecimento com as populações, considerando as formas próprias de circulação da palavra, as referências culturais e os modos de vida que estruturam a região.

A perspectiva da justiça epistêmica oferece uma chave importante para refletirmos sobre esse cenário. Esse conceito, formulado por Miranda Fricker (2007), alerta para as situações em que determinados grupos são sistematicamente desacreditados como fontes legítimas de conhecimento. Na Amazônia, isso se materializa na invisibilização de epistemologias indígenas, quilombolas, ribeirinhas e populares, que, por muito tempo, foram deslegitimadas pela lógica ocidental da ciência. Essa exclusão fragiliza a própria circulação do fazer científico, porque distancia os territórios da construção do conhecimento considerado “válido” e abre espaço para que a desinformação se fortaleça.

Diante disso, pensar a comunicação pública, a divulgação e a popularização da ciência na Amazônia é também assumir uma responsabilidade ética e política: a de transformar a disseminação da ciência como estratégia de reparação histórica. É reconhecer que os territórios não são receptáculos passivos de informação, mas espaços vivos de produção de saberes. É nesse diálogo que é possível construir confiança, fortalecer o acesso à informação de qualidade e resistir às formas de violência que a desinformação representa.

JUSTIÇA EPISTÊMICA E COMUNICAÇÃO DA CIÊNCIA

Falar de ciência na Amazônia é, antes de tudo, falar de quem pode produzir e circular conhecimento. Fricker (2007) evidencia que muitas vezes certos grupos são desacreditados não porque suas ideias sejam inconsistentes, mas simplesmente porque pertencem a coletividades historicamente marginalizadas. Um fenômeno denominado pela autora como injustiça epistêmica. Essa injustiça pode se manifestar de duas formas: quando alguém não é levado a sério por preconceito (injustiça testemunhal) ou quando não encontra formas padronizadas para expressar sua experiência, já que a sociedade não reconhece suas categorias de interpretação (injustiça hermenêutica).

Na Amazônia, essa exclusão é uma realidade cotidiana. Povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e comunidades populares convivem com epistemologias próprias, que explicam o mundo a partir da floresta, do rio, da oralidade e da espiritualidade. No entanto, muitas vezes esses saberes são ignorados ou tratados como “menos legítimos” diante do conhecimento acadêmico. E é justamente nesse vazio (quando vozes locais não são escutadas) que a desinformação ganha força. Afinal, se a ciência não dialoga com o território, outras narrativas, muitas vezes falsas ou manipuladas, ocupam o espaço.

Por isso, tornar pública a ciência não pode ser apenas traduzir termos técnicos em linguagem mais simples. Precisa ser um gesto de reparação histórica. Significa reconhecer que os territórios não são receptores passivos, mas produtores de conhecimento. Esse reconhecimento é compreendido por Santos (2007) como ecologia dos saberes, um encontro entre diferentes formas de pensar e viver, que busca superar o que ele denomina de epistemicídio, a morte simbólica de saberes tradicionais. Na prática, isso significa que uma roda de conversa em uma comunidade ribeirinha, uma narrativa oral indígena ou o cuidado de uma parteira são também conhecimento válido e fundamental para a vida coletiva.

Alguns estudos recentes reforçam essa perspectiva. Pesquisas sobre deliberação pública envolvendo populações indígenas mostram que o storytelling, a arte de contar histórias, é um recurso poderoso contra a injustiça epistêmica. Quando uma comunidade narra sua própria experiência, ela não apenas compartilha informação, mas reivindica legitimidade para falar de si e de seus territórios (Grosfoguel & Cohn, 2022). Essa forma narrativa tem muito a ensinar à ciência, que ainda insiste em falar “sobre” os outros, e não “com” os outros.

A educação científica também precisa se reinventar. Experiências de ciência cidadã mostram que quando professores, estudantes ou lideranças locais não têm seus saberes levados em consideração, reproduz-se uma nova forma de injustiça epistêmica (Fleischmann & Richards, 2022). Portanto, se o combate à desinformação é a meta, não basta levar conteúdos prontos às comunidades: é preciso construir junto, permitindo que cada sujeito seja reconhecido como coautor do conhecimento.

Na América Latina, vários pesquisadores vêm defendendo que a comunicação da ciência deve ser compreendida como parte de uma agenda de justiça social (Massarani & Merzagora, 2014; Massarani et al., 2023). Isso é particularmente verdadeiro no Brasil, onde a divulgação da ciência sempre esteve próxima de movimentos sociais e de saúde coletiva. Aqui, comunicar ciência significa também enfrentar desigualdades históricas e abrir caminhos para uma cidadania mais plena.

Em síntese, a justiça epistêmica nos convida a repensar o processo de tornar público ciência, fomentando a busca para algo muito além da difusão de dados ou relatórios. A justiça epistêmica nos lembra que cada vez que um saber local é silenciado, abre-se espaço para a desinformação. Mas cada vez que esse saber é reconhecido, fortalece-se a confiança e a capacidade coletiva de enfrentar narrativas falsas. A Amazônia, com sua pluralidade de modos de vida e de conhecimento, mostra que ciência e território só podem se fortalecer juntos.

O ECOSISTEMA DA DESINFORMAÇÃO

A desinformação é um ecossistema complexo, um conjunto de estratégias, tecnologias e relações de poder que exploram tanto as fraquezas sociais quanto institucionais, e que se expandem sobre elas.

O ecossistema funciona como uma engrenagem, produzindo conteúdo falso e enganoso de fontes opacas que raramente podem ser explicadas ou rastreadas. Em seguida, esse conteúdo ganha força quando circula em redes fechadas de confiança, incluindo grupos no WhatsApp ou Telegram, onde a palavra de um parente, vizinho ou líder comunitário tem mais influência do que qualquer pronunciamento oficial. Então, os algoritmos das plataformas digitais amplificam essa circulação, favorecendo mensagens que são emocionais e morais, como por exemplo, ao ativar medo, esperança ou indignação. Finalmente, há uma camada ainda mais prejudicial: o uso inadequado dos nomes de entidades científicas respeitadas como a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) ou o Sistema Único de Saúde (SUS), que aparecem de forma inadequada com objetivo de parecer, de fato, com informações oficiais.

Esse processo compromete a confiança coletiva. Quando uma fake news se apresenta como um alerta médico, assinada falsamente por uma instituição científica, não é apenas a informação que é corrompida, mas também a relação entre ciência e sociedade que se fragiliza. E é justamente aí que mora a violência estrutural da desinformação: ela não é apenas uma mentira, mas um mecanismo que fragiliza direitos, desmobiliza políticas públicas e enfraquece a cidadania.

Na Amazônia, esse ecossistema encontra condições ainda mais férteis. A baixa conectividade digital, a distância em relação às instituições e a ausência de políticas públicas contínuas fazem com que comunidades inteiras vivam em situação de vulnerabilidade informacional. Durante a pandemia, vimos isso com clareza: em muitas localidades, o acesso a informações confiáveis era raro, enquanto circulavam, por celulares e rádios comunitárias, receitas caseiras e “tratamentos milagrosos” que prometiam imunidade contra a Covid-19. Não se tratava de ingenuidade, mas de busca legítima por respostas em um contexto de abandono, no qual a ciência não estava presente, a desinformação ocupou o espaço.

A luta contra a desinformação não é meramente sobre desmascarar inverdades ou estabelecer mecanismos de punição. É fundamentalmente sobre chegar às condições sociais que permitem que ela se espalhe. A desinformação se fortalece porque preenche as lacunas que foram deixadas vazias, responde perguntas que foram deixadas sem respostas, porque chega primeiro a lugares que a comunicação pública da ciência nunca ocupou.

Assim, a desinformação não é meramente um problema tecnológico; é um problema humano. Ela se aproveita da fraqueza da confiança, da ausência de instituições, do abismo entre a ciência e a vida cotidiana. Enfrentar esse ecossistema significa criar outro: o ecossistema da confiança. Um espaço onde a ciência não é apenas traduzida, mas uma ciência compartilhada em conversa com territórios; onde ninguém ensina, mas sim todos aprendem; onde a informação é construída coletivamente com líderes locais, rádios comunitárias, escolas, parteiras, agentes de saúde e professores; onde cada um deles não se sente como um receptor, mas como um agente de conhecimento.

O desafio na Amazônia é grande, mas esse território está repleto de oportunidades. Porque quando a desinformação adquire força nas lacunas deixadas pela ausência

da ciência, a única resposta é preencher esses espaços, preenchendo-os, aliás, com uma comunicação plural, humana, territorializada. Este é o momento em que a ciência e a vida comunitária se encontram, criando a possibilidade de transformar o ecossistema da desinformação em um ecossistema de cuidado, confiança e responsabilidade.

TECNOLOGIAS DIGITAIS E DESINFORMAÇÃO

A emergência das tecnologias digitais trouxe também novos dilemas éticos. A coleta massiva de dados por grandes empresas de tecnologia, a manipulação algorítmica de conteúdos e a segmentação de públicos para fins políticos criaram um ecossistema informativo no qual as fronteiras entre informação, propaganda e vigilância se tornam cada vez mais tênues (Zuboff, 2019). No contexto amazônico, a expansão da conectividade sem políticas claras de proteção de dados expõe comunidades vulneráveis a riscos adicionais, como a exploração de suas informações culturais e territoriais sem consentimento. A ética da informação, portanto, não pode se restringir à luta contra a desinformação, mas precisa abranger também a proteção contra a apropriação indevida de dados e saberes tradicionais.

Nesse horizonte, as perspectivas futuras do combate à desinformação apontam para a necessidade de articular inovação tecnológica com justiça social. Ferramentas de inteligência artificial, por exemplo, já estão sendo utilizadas para detectar padrões de disseminação de notícias falsas e identificar redes coordenadas de desinformação. Contudo, se essas tecnologias forem utilizadas sem considerar a diversidade cultural e linguística da Amazônia, correm o risco de reforçar exclusões e invisibilidades. É fundamental desenvolver soluções tecnológicas contextualizadas, que reconheçam a pluralidade de formas de comunicação presentes na região.

Outra tendência importante é o fortalecimento das redes comunitárias de comunicação. Experiências de rádios livres, jornais comunitários e coletivos audiovisuais mostram que, quando a população se apropria das ferramentas de comunicação, cria-se um ambiente menos propício à manipulação externa. Nesse sentido, iniciativas de apoio a comunicadores locais podem representar uma via estratégica para reduzir os efeitos da desinformação, ao mesmo tempo em que promovem o direito à comunicação e a democratização da mídia.

Os desafios, entretanto, permanecem significativos. A crescente polarização política no Brasil e no mundo cria um terreno fértil para a propagação de narrativas desinformativas, especialmente em contextos de crise. Questões como as mudanças climáticas, a preservação ambiental e os direitos dos povos indígenas estão entre os temas mais vulneráveis a manipulações, uma vez que envolvem interesses econômicos e políticos de grande magnitude. A Amazônia, por ser um espaço de disputa global, continuará sendo alvo de campanhas de desinformação que buscam fragilizar a mobilização social e deslegitimar denúncias ambientais.

Diante desse cenário, a construção de futuros informacionais mais justos depende da capacidade de integrar esforços locais e globais, técnicos e sociais, científicos e comunitários. A desinformação é, em última instância, um sintoma de um problema estrutural: a desigualdade na produção e no acesso ao conhecimento. Enfrentá-la, portanto, exige repensar o modelo de desenvolvimento que coloca populações periféricas em posição de vulnerabilidade e marginaliza seus saberes. No caso da Amazônia, trata-se de garantir que as comunidades locais não sejam apenas receptoras de informações, mas também produtoras legítimas de narrativas sobre si mesmas e seus territórios.

Ao refletir sobre os caminhos possíveis, torna-se evidente que o enfrentamento à desinformação só será efetivo se estiver ancorado em uma perspectiva de justiça social, ambiental e epistêmica. Isso significa articular a luta contra desinformação aos processos mais amplos de democratização da comunicação, de fortalecimento da ciência pública, de valorização dos saberes tradicionais e de construção de políticas públicas participativas. Mais do que combater mentiras pontuais, o desafio é reconstruir os laços de confiança que sustentam a vida em sociedade e a própria possibilidade de convivência democrática.

CAMINHOS PARA ENFRENTAR A DESINFORMAÇÃO NA AMAZÔNIA

O enfrentamento à desinformação exige compreender que estamos tratando de um fenômeno multidimensional e que, portanto, as respostas precisam articular diferentes esferas: tecnológica, política, educacional, científica e comunitária. Experiências internacionais mostram que a mera remoção de conteúdos ou a imposição de sanções legais, embora necessárias em determinados casos, são insuficientes para transformar a lógica que sustenta a propagação massiva de informações falsas. É fundamental pensar em estratégias que atuem tanto na prevenção quanto na mitigação de seus efeitos sociais.

No campo tecnológico, diversas iniciativas têm buscado aumentar a transparência das plataformas digitais. A União Europeia, por exemplo, implementou em 2018 o Código de Práticas contra a Desinformação, que estabelece compromissos voluntários para empresas de tecnologia, como maior clareza nos critérios de recomendação de conteúdos e fortalecimento das parcerias com verificadores independentes de fatos (EUROPEAN COMMISSION, 2020). No entanto, estudos apontam que tais medidas, embora importantes, ainda apresentam eficácia limitada, uma vez que os algoritmos permanecem orientados para maximizar engajamento, o que frequentemente privilegia conteúdos sensacionalistas e polarizadores (Napolí, 2019). Assim, a lógica comercial das plataformas digitais permanece como uma barreira estrutural.

No Brasil, a aprovação do chamado “PL das Fake News” vem sendo objeto de intensos debates. De um lado, reconhece-se a necessidade de responsabilizar empresas de tecnologia e aumentar a transparência sobre a circulação de informações; por outro, há preocupações com possíveis violações à liberdade de expressão e à privacidade dos usuá-

rios. No contexto amazônico, esse debate assume contornos particulares: a falta de acesso estável à internet em muitas comunidades e a predominância de aplicativos de mensagens instantâneas tornam a checagem de informações ainda mais desafiadora. Em localidades onde o WhatsApp é praticamente o único canal de circulação digital, a desinformação se dissemina em redes privadas de difícil monitoramento, exigindo estratégias criativas e culturalmente situadas para o enfrentamento.

Uma dessas estratégias é a educação midiática, entendida como a formação crítica para o uso da informação e das tecnologias de comunicação. Países como Finlândia e Canadá já incorporaram programas educacionais que ensinam crianças e jovens a avaliar fontes, identificar manipulações e compreender os interesses econômicos e políticos que orientam a produção da informação. Esses programas têm mostrado resultados positivos na redução da vulnerabilidade das populações frente à desinformação (Miettinen, 2021). No Brasil, iniciativas semelhantes ainda são incipientes, mas algumas organizações da sociedade civil têm desenvolvido materiais didáticos adaptados a contextos locais.

Na Amazônia, a educação midiática precisa ser pensada de forma intercultural, dialogando com as línguas indígenas, com os conhecimentos tradicionais e com os formatos de comunicação mais acessíveis às comunidades. Oficinas comunitárias, rádios locais, podcasts gravados em línguas nativas e vídeos curtos em aplicativos de mensagem são ferramentas que podem ampliar a consciência crítica sem desconsiderar a realidade comunicacional da região. Além disso, integrar jovens indígenas e ribeirinhos como produtores de conteúdo fortalece a autonomia das comunidades na disputa por narrativas, criando um ecossistema informativo menos dependente de fontes externas.

Outro eixo fundamental é o fortalecimento da ciência e da sua comunicação. A pandemia revelou não apenas a importância da produção científica, mas também a dificuldade de transformar o conhecimento especializado em linguagem acessível e culturalmente adequada. Projetos como o Observatório COVID-19 BR mostraram que a articulação entre pesquisadores, jornalistas e divulgadores científicos pode aumentar a confiança da população na ciência. No entanto, em regiões periféricas como a Amazônia, esse esforço ainda esbarra na ausência de políticas consistentes de apoio ao processo de comunicar ciência e no desprezo histórico aos saberes locais.

Nesse sentido, as epistemologias do Sul oferecem um horizonte alternativo: reconhecer que enfrentar a desinformação implica também descolonizar a ciência e ampliar os horizontes do que é considerado válido como conhecimento. Incorporar os saberes indígenas, quilombolas e ribeirinhos não apenas aumenta a legitimidade das mensagens, como também amplia a diversidade de perspectivas para compreender fenômenos complexos como as mudanças climáticas, a segurança alimentar e as pandemias. A comunicação, nesse contexto, torna-se agente de justiça cognitiva e de fortalecimento democrático.

Além das dimensões educacional e científica, é essencial a construção de políticas públicas intersetoriais. O combate à desinformação deve ser integrado a estratégias

de saúde, meio ambiente, cultura e inclusão digital. No campo da saúde, por exemplo, é necessário que campanhas de vacinação incluam planos específicos para combater a desinformação em regiões vulneráveis, como a Amazônia. Isso pode envolver desde a capacitação de agentes comunitários para esclarecer dúvidas até a criação de conteúdos audiovisuais adaptados às realidades locais. No campo ambiental, iniciativas que documentem e valorizem as experiências de comunidades tradicionais podem contrapor narrativas desinformativas sobre preservação e uso sustentável da floresta.

Outro aspecto crucial é a cooperação internacional. A Amazônia, como patrimônio ambiental de relevância global, é também alvo de narrativas geopolíticas. Muitos conteúdos desinformativos que circulam sobre a região não são produzidos localmente, mas inseridos em fluxos informacionais globais. Assim, articular redes de monitoramento e checagem que integrem pesquisadores, jornalistas e organizações de diferentes países é essencial para enfrentar o problema. Experiências como a International Fact-Checking Network (IFCN) mostram que a colaboração transnacional fortalece a capacidade de resposta às campanhas de desinformação coordenadas.

Por fim, é importante destacar o papel da sociedade civil organizada. No Brasil e na Amazônia, movimentos sociais, coletivos de comunicação popular e associações comunitárias têm desenvolvido estratégias próprias para enfrentar a desinformação. Muitas vezes, essas ações são invisibilizadas, mas desempenham um papel central ao construir confiança junto às populações locais. Iniciativas como rádios comunitárias, coletivos de jovens comunicadores e redes de mulheres lideranças demonstram que a luta contra a desinformação não pode ser apenas vertical, imposta por governos e plataformas, mas precisa ser também horizontal, enraizada nas práticas de solidariedade e no protagonismo popular.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Partindo da Amazônia como ponto de discussão para a análise realizada, foi possível compreender que a desinformação não pode ser tratada como um fenômeno pontual ou restrito à esfera tecnológica, mas sim como um processo estrutural e multifacetado que atravessa dimensões políticas, sociais, econômicas, culturais e ambientais. A trajetória histórica da manipulação informacional, intensificada pela emergência das plataformas digitais e pela lógica algorítmica do capitalismo de vigilância, demonstra que a desinformação é, antes de tudo, uma ferramenta de poder, mobilizada para moldar percepções, influenciar decisões e perpetuar desigualdades.

No campo da política, observou-se que a desinformação compromete a confiança social nas instituições, enfraquecendo a legitimidade democrática e favorecendo a polarização. No campo da saúde, especialmente durante a pandemia de Covid-19, evidenciou-se o potencial letal das informações falsas ao afetar diretamente a adesão a medidas

preventivas e a aceitação da ciência. No contexto amazônico, a desinformação opera como estratégia de invisibilização dos impactos socioambientais e de deslegitimação dos saberes tradicionais, revelando o quanto está imbricada em disputas territoriais e epistemológicas.

Outro ponto fundamental identificado é que o combate à desinformação exige mais do que a correção de conteúdos falsos: demanda a construção de ecossistemas comunicacionais transparentes, democráticos e plurais. Isso passa pela regulação das plataformas digitais, pela responsabilização de agentes propagadores, pelo fortalecimento das práticas de checagem de fatos, mas sobretudo pelo investimento em educação crítica e midiática, capaz de formar cidadãos aptos a analisar, questionar e resistir a manipulações.

Assim, reafirma-se que a desinformação constitui um dos maiores desafios contemporâneos, pois ameaça simultaneamente a democracia, a saúde pública, a justiça social e a sustentabilidade ambiental. O enfrentamento desse fenômeno, entretanto, não é tarefa de um único setor, mas exige uma abordagem intersetorial, interdisciplinar e intercultural, capaz de articular Estado, sociedade civil, ciência, mídias independentes e comunidades tradicionais.

Em síntese, a construção de sociedades mais justas, saudáveis e democráticas dependerá da capacidade coletiva de restituir a centralidade da verdade, da ética e da justiça social no debate público, reconhecendo a informação como bem comum e a comunicação como direito humano fundamental. A desinformação é um desafio urgente, mas também uma oportunidade para repensar criticamente os modelos de produção e circulação de conhecimento, fortalecendo práticas comunicacionais que coloquem a vida, a dignidade e a democracia no centro das prioridades sociais. Nesse cenário, a Amazônia é um território desafiador, mas um lugar que oferece caminhos a partir de seus múltiplos saberes, potentes aliados da ciência no enfrentamento da desinformação.

REFERÊNCIAS:

BAKIR, V.; MCSTAY, A. **Fake news and the economy of emotions**. *Digital Journalism*, v. 6, n. 2, p. 154–175, 2018.

BAKSHY, E.; MESSING, S.; ADAMIC, L. A. **Exposure to ideologically diverse news and opinion on Facebook**. *Science*, v. 348, n. 6239, p. 1130–1132, 2015.

CASTELLS, M. **Communication power**. Oxford: Oxford University Press, 2009.

D'ANCONA, M. **Pós-verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news**. Barueri: Faro Editorial, 2018.

EUROPEAN COMMISSION. **Code of Practice on Disinformation**. Brussels: European Union, 2020. Disponível em: <https://digital-strategy.ec.europa.eu/en/policies/code-practice-disinformation>. Acesso em: 25 ago. 2025.

FLEISCHMANN, K.; RICHARDS, J. **Citizen science and epistemic justice: towards inclusive knowledge production**. *Public Understanding of Science*, v. 31, n. 5, p. 567-582, 2022.

FRICKER, M. **Epistemic injustice: power and the ethics of knowing**. Oxford: Oxford University Press, 2007.

GALTUNG, J. **Violence, peace, and peace research**. *Journal of Peace Research*, v. 6, n. 3, p. 167-191, 1969.

GROSGOUEL, R.; COHN, G. **Decolonial deliberation and storytelling in Indigenous communities**. *Journal of Latin American Studies*, v. 54, n. 2, p. 215-234, 2022.

HABERMAS, J. **The theory of communicative action**. Boston: Beacon Press, 1984.

IPS – INSTITUTO DE PESQUISA SOCIAL. **Relatório sobre percepção pública da ciência na Amazônia**. Manaus: IPS, 2023. Disponível em: <http://ips.org.br/relatorio2023.pdf>. Acesso em: 7 set. 2025.

KEYES, R. **The post-truth era: dishonesty and deception in contemporary life**. New York: St. Martin's Press, 2004.

LEWANDOWSKY, S. et al. **Beyond misinformation: understanding and coping with the “post-truth” era**. *Journal of Applied Research in Memory and Cognition*, v. 6, n. 4, p. 353-369, 2017.

MARWICK, A.; LEWIS, R. **Media manipulation and disinformation online**. New York: Data & Society Research Institute, 2017.

MASSARANI, L.; MERZAGORA, M. **Socially inclusive science communication**. *Journal of Science Communication*, v. 13, n. 4, p. 1-6, 2014.

MASSARANI, L.; POLINO, C.; MOREIRA, I. de C. **Science communication in Latin America: trends and challenges**. *Journal of Science Communication*, v. 22, n. 2, p. 1-12, 2023.

MIETTINEN, S. **Media literacy education in Finland: national policies and practices**. *Nordic Journal of Media Studies*, v. 3, n. 1, p. 67-82, 2021.

NAPOLI, P. M. **Social media and the public interest: media regulation in the disinformation age**. New York: Columbia University Press, 2019.

OMS – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Imunização, vacinas e biológicos**. Geneva: WHO, 2021. Disponível em: <https://www.who.int/>. Acesso em: 25 ago. 2025.

RIBEIRO, E.; SILVA, L.; OLIVEIRA, M. **Redes de desinformação na Amazônia: circulação e impactos**. *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, v. 44, n. 3, p. 1-20, 2021.

RIPOLI, C.; MATOS, M. **Economia política da desinformação: fake news e precarização democrática**. *Revista Famecos*, v. 30, n. 1, p. 1-15, 2023.

SANTOS, B. de S. **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes**. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 78, p. 3-46, 2007.

SANTOS, B. de S. **Epistemologies of the South: justice against epistemicide**. London: Routledge, 2018.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da USP, 2019.

SILVA, A.; LIMA, P.; SOUZA, J. **Resistência vacinal e desinformação na pandemia de Covid-19**. *Saúde e Sociedade*, v. 31, n. 2, p. 1–15, 2022.

SILVA, R. et al. **Impactos da infodemia durante a pandemia de Covid-19**. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 37, n. 3, p. 1–12, 2021.

SOUZA, P.; LIMA, R. **Desinformação e vacinação na Amazônia: análise sociopolítica**. *Revista Pan-Amazônica de Saúde*, v. 13, p. 1–12, 2022.

TANDOC, E. C.; LIM, Z. W.; LING, R. **Defining “fake news”**. *Digital Journalism*, v. 6, n. 2, p. 137–153, 2021.

WARDLE, C.; DERA KHSHAN, H. **Information disorder: toward an interdisciplinary framework for research and policy making**. Strasbourg: Council of Europe, 2017.

WHO – WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Managing the COVID-19 infodemic: promoting healthy behaviours and mitigating the harm from misinformation and disinformation**. Geneva: WHO, 2020.

ZUBOFF, S. **The age of surveillance capitalism: the fight for a human future at the new frontier of power**. New York: Public Affairs, 2019.

DESINFORMAÇÃO EM SAÚDE NAS REDES: debate sobre regulamentação e transparência

DOI: [HTTPS://ZENODO.ORG/RECORDS/21949973](https://zenodo.org/records/21949973)

Nelma Camelo Araujo

Universidade Federal de Alagoas
<https://orcid.org/0000-0002-4892-7484>

Juliana Fachin

Universidade Federal de Alagoas / Bolsista Fapescc
<https://orcid.org/0000-0003-0883-642X>

INTRODUÇÃO

Mentir é um ato humano. Conforme os autores, Matias *et al.*, (2015), Abe (2009; 2011), Lefebvre *et al.*, (2009), Abe *et al.*, (2007), é um processo psicológico, no qual o sujeito tem o intuito de convencer o outro de que aquilo que ele sabe que é falso, que é enganoso, é verdadeiro, esse ato envolve um interesse, seja para a autopromoção, ou o benefício de outros, que visa obter algum tipo de lucro ou vantagens.

A desinformação são recursos que utilizam de vários tipos de conteúdos para propagar rapidamente nas redes, como o uso de recursos de imagem, texto, vídeo, dados, estudos científicos etc., os quais misturam o conteúdo verdadeiro com o enganoso. Muitas vezes esses conteúdos são construídos sem fonte, sem a indicação de responsabilidade, autoria desconhecida, entre outros fatores que não sinalizam quaisquer credibilidade (Silva; Santos; Almeida; Pardo, 2020).

A desinformação está inserida em vários contextos, porém na saúde, os temas são abordados de forma sensacionalista, a fim de manipular a opinião pública, amplamente propagado, principalmente se for endossado por figuras públicas ou famosas nas redes.

No cenário da saúde, a desinformação é extremamente maléfica, pois é costumeiramente usada para enganar pessoas sobre a eficácia de produtos e tratamentos, sobre a manipulação social a respeito de programas públicos de vacinação, prevenção e combate a certas doenças e mazelas coletivas, como o caso do Covid19. A OPAS (2020) sinaliza a preocupação com a desinformação, indicando que essa prática é uma ameaça real às democracias no mundo todo.

Bub (2005) sinaliza que a desinformação é um dilema que perpassa sob o prisma ético e moral, sendo assim, deve ser tratado como algo a ser combatido.

Mediante ao exposto, o presente estudo buscou, por meio desse ensaio, investigar as questões em torno da desinformação em saúde, regulação e transparência nas redes. O estudo se caracteriza como exploratório e documental, conforme classificam os autores: Rampazzo (2013), Kothari (2004), Lakatos e Marconi (2010).

DESINFORMAÇÃO EM SAÚDE

A desinformação é o termo usado para abarcar todo tipo de conteúdo enganoso em diferentes canais ou formatos, no qual as *fake news* se encaixam como uma das modalidades.

Para a ONU (2025), “a desinformação contém conteúdo falso e tem a intenção de enganar, de causar danos sérios”.

E a OPAS (2020) sinaliza que a “Desinformação é classificada como uma informação falsa ou imprecisa cuja intenção deliberada é enganar”.

O SUSconecta (2023) complementa sinalizando que, “desinformação é toda e qualquer informação falsa”.

Organização Mundial de Saúde junto a Organização Pan-Americana de Saúde (2022, p. 02), sinalizam que esse tipo de conteúdo, “cuja a intenção deliberada é enganar, contém um excesso de informações, algumas precisas e outras não, dificultando encontrar fontes idôneas e orientações confiáveis quando se precisa”, em alguns casos, promovendo um estado generalizado de infodemia (uma pandemia de conteúdo enganoso).

Por tanto, a “informação se tornou algo controverso; por meio do cenário do qual a sociedade atual se encontra inserida, no movimento da pós-verdade e da infodemia” (Fachin; Araújo; Souza, 2020), enredados pelo fenômeno da propagação em canais de comunicação, principalmente as redes sociais, prejudicial para toda a sociedade, em todas as áreas do conhecimento.

Sanz (2024), do Instituto Data Favela, publicou o resultado dos seus estudos na revista Fórum, na qual apresenta os impactos da desinformação nas favelas e periferias brasileiras, sinalizando que: a “mentira impacta até na saúde mental da classe trabalhadora” e que “94 milhões de moradores admitem já ter acreditado em informação ou notícia que depois se descobriu ser falsa”.

O estudo de Sanz (2024) também aponta que a desinformação e a rápida propagação de conteúdos falsos atingem e afetam profundamente as favelas, periferias e comunidades em vulnerabilidade.

O IBGE (2024) e Melo (2024) sinalizam que, 73% da população brasileira (148 milhões de pessoas), vivem em áreas periférica, só as 11.403 favelas mapeadas, concentram 9,1% dos brasileiros, somando 16 milhões de pessoas, “66 milhões [de pessoas] já acreditaram em *fake news* sobre saúde, especialmente quando voltadas a políticas públicas e vacinação” (Sanz, 2024).

O instituto Butantan (2024), indicou que 60% dos municípios brasileiros não alcançou a meta de 95% de imunização das crianças no primeiro ano de vida, e que, em 2023, cerca de 30% das crianças brasileiras ficaram sem a devida imunização, não por falta de vacina, mas por opção da família. O instituto Butantan atribui a baixa adesão da vacinação ao resquício e frequente campanha de desinformação que recorrentemente desencoraja a vacinação no país.

No Brasil, o fenômeno da desinformação ganhou espaço de destaque durante a crise sanitária do Covid19, em que todo tipo de conteúdo falso e enganoso vem sendo amplamente compartilhado nas mais diversos canais, envolvendo figuras públicas, autoridades, profissionais de saúde, influencers etc., permeia todos os segmentos.

O estudo de Araújo, Fachin e Araújo (2025, p.13), apresentou o cenário da desinformação em saúde propagada nas redes sociais, os quais o conteúdo estava direcionado para:

- a) **Vacinas** (Vacina da HPV; Taxa de vacinação no Brasil; Adesão às vacinas no país);
- b) **Nutrição** (Desinformação nutricional; Nutrição infantil; Desinformação alimentar);
- c) **Saúde coletiva** (Medicina estilo de vida; Impactos da desinformação na favela; Campanha de combate à desinformação em saúde; IA e a disseminação de desinformação em massa; Vacina da Covid e a síndrome da pessoa rígida; Políticas educacionais em saúde e assistência);
- d) **Temas específicos da saúde** (Imunização; Exames; Autismo; Constrangimento de pacientes LGBTQIAPN+; Uso de remédios caseiros; Saúde do homem; Fisioterapia pélvica).

O estudo dos autores analisa os conteúdos que já haviam sido checados e marcados como desinformação, ação feita pelas agências de checagem, instituições de classe, órgãos públicos e organizações populares, mas que deixou de ser feita por decisão dos conglomerados das plataformas de comunicação.

Vários temas relacionados à saúde circulam nas redes, tem de tudo, o chamado mercado da saúde é extenso: recomendações de uso de medicamentos controlados, indicados por leigos; campanhas da não adesão às vacinas; indicação e venda de produtos e terapias sem comprovação científica. Outra área preocupante é a da saúde mental, com

o uso das redes por grupos e pessoas que fomentam a automutilação, suicídio, crimes de ódio, *cyberbullying*, entre outros. Os danos causados pela desinformação e uso das redes para a ampla propagação desses conteúdos é real, as plataformas de comunicação nunca foram lugares seguros, para ninguém, agora, menos ainda!

TRANSPARÊNCIA E RESPONSABILIDADE NAS REDES

Todos os serviços *online*, gratuitos ou não, exigem que os usuários “leiam” e assinem o Termo de Uso e as Políticas de Privacidades, um contrato entre ambas as partes. Carneiro (2020), enfatiza que as plataformas utilizam desse ‘contrato’ para impor limites que violam os direitos fundamentais dos usuários, no caso do Brasil, garantidos pela constituição de 1988.

Essas plataformas detêm do total controle da transmissão de informação, sem o devido cuidado e respaldo da constituição e legislação vigentes, escolhendo e deliberando que tipo de conteúdo são direcionados a certos grupos de usuários, por meio da classificação de conteúdo e etiquetagem de grupos e informações trabalhadas nos algoritmos internos da plataforma, há um interesse em entregar o que mais gera engajamento, interação nas redes, mesmo que seja desinformação, conteúdo de ódio ou qualquer outro crime.

Romero (2017) expõe o quão esses contratos são extensos, oblíquos e maquiagem cláusulas abusivas, não deixando claro os direitos e deveres ao usar tais redes. Uma pesquisa de *Stanford* identificou que 97% das pessoas não leem o Termo de Uso e as Políticas de Privacidades das plataformas, por isso, algumas empresas colocam letras minúsculas, linguagem de difícil compreensão e textos que podem chegar em 100 páginas, tudo para que o usuário não leia o contrato (Romero, 2017). De qualquer forma, qual a escolha que o usuário tem? ou aceita, ou não usa o serviço.

Os Termos de Uso e as Políticas de Privacidades das plataformas pode ser o instrumento legal mais importante desses ambientes, pois é neles que as empresas indicam a abrangência legal, limites, direitos, bem como, o que não dizem, que fala mais do que está escrito, pois todos os usos e desusos dos serviços de comunicação dessas plataformas é de responsabilidade legal de quem pratica, porém, deve ser de co-responsabilidade da plataforma que gerenciam as contas e o fluxo dessas comunicações. Com base nesses apontamentos que, esses instrumentos legais “Termos de Uso e as Políticas de Privacidades das plataformas”, devem ser mais atrativos, de fácil acesso, de linguagem simples, entendível a todos, apresentados em vários formatos, empregando todo tipo de recurso para se fazer claro, os usuários precisam saber o que vem condicionado ao uso da plataforma.

É preciso que haja transparência e responsabilidade para atuar nas redes, prever ações e combater posturas que inferem em crimes contra o outro ou contra um coletivo, as redes devem ser ambientes seguros, saudáveis, o que não tem sido, como os diversos casos de crimes: estelionato, roubo e falsidade ideológica, calúnia e difamação, exposição

indevida de imagens de terceiros, pedofilia etc., enfim, a lista é longa, no entanto, o que mais tem preocupado enquanto danos coletivos, em larga escala, é a extensiva disseminação de desinformação, principalmente no que tange a área da saúde.

As plataformas precisam respeitar as leis dos países que atuam, agir efetivamente para mitigar e combater a desinformação, pois em alguns casos perpassa por questões éticas e humanitárias, como foi a emergência sanitária do Covid19.

REGULAMENTAÇÃO DAS REDES

Os estudos de Pereira *et al.*, (2006), apresenta um experimento, no qual, as pessoas não conseguiram distinguir o que era informação verdadeira da falsa, mesmo quando eram usados dados bizaros, descabidos, mesmo assim, os sujeitos do experimento não conseguiram identificar o que era conteúdo falso do verdadeiro.

No Brasil, o cenário da desinformação se agrava ainda mais nas redes sociais e mídias digitais, onde não existe nenhuma regulamentação jurídica para punir ou coibir a prática que ocasiona a desinformação. Os mecanismos de inteligência artificial têm colaborado para a amplitude da geração de conteúdos enganosos, e com isso expandindo o alcance de pessoas que consomem informação nas redes.

O DataReportal (2024), apresenta o uso da internet e redes sociais no Brasil; o relatório indica que no Brasil são 187,9 milhões de usuários conectados à internet, representando uma penetração de 86,6% da população; em 2024 o total de conexões de telefone celulares ativos chegou a 210,3 milhões, equivalente a 96,9% da população total do país. O quantitativo de uso das redes sociais também é representativo, ficando em 128,6 milhões de usuários conectados, correspondendo a 78,0% da população total do país, sendo que 87,9% da população vive em áreas urbanas, enquanto 12,1% vivem em áreas rurais. A média de tempo gasto nas redes sociais é de 3h37min., por dia; e, 49,5% das pessoas acessam as redes sociais para manter contato com amigos e familiares; 38,5% só querem preencher seu tempo livre navegando nas redes; 34,2% das pessoas sinalizam que buscam ler novas histórias; 30,2% estão em busca de novos conteúdos; 22,7% buscam encontrar produtos para comprar; e 22,1% usam as redes para verificar postagens de suas marcas favoritas. Outro dado do relatório são as redes mais usadas no Brasil:

- 1º Facebook- 111,3 milhões de usuários;
- 2º YouTube-144,0 milhões de usuários;
- 3º Instagram- 134,6 milhões de usuários;
- 4º TikTok- 98,59 milhões de usuários com 18 anos ou mais;
- 5º LinkedIn- 68,00 milhões de “membros”;
- 6º Facebook Messenger- 56,95 milhões de usuários;

7º Pinterest- 37,14 milhões de usuários;

8º X- 22,13 milhões de usuários;

9º Snapchat- 6,84 milhões de usuários.

Esses dados evidenciam o quão frequente é o uso das redes sociais e da internet pela sociedade brasileira; isso reflete diretamente na vida desses indivíduos, principalmente quando esses canais de comunicação são usados para a ampla disseminação de desinformação.

A Fiocruz (2020), identificou, por meio do aplicativo “eu fiscalizo”, os canais de comunicação que mais propagaram desinformação durante a pandemia do Covid-19, topo da lista estão as três ferramentas da Meta, empresa americana:

- a) WhatsApp (73,7%);
- b) Facebook (15,8%);
- c) Instagram (10,5%).

Sem qualquer regulação das redes, esse tipo de conteúdo são publicados e disseminados livremente, sem que haja qualquer filtro e punição.

D’Angelo (2024) e Oliveira *et al.* (2024) enfatizam que, as redes sociais lucram muito com a desinformação, por isso não fazem e não querem que se faça nada para mudar essa situação. É de interesse desse conglomerado de mídias que não haja políticas e legislações que possam atrapalhar o sistema lucrativo de desinformação. Países com taxas elevadas da população em vulnerabilidade consomem mais esse tipo de conteúdo, logo, são mais impactados.

A CNN (2018) expôs, em uma matéria, falando do uso indevido dos dados de 50 milhões de usuários do *Facebook*, sem o consentimento deles; esses dados foram empregados para fins eleitoreiros, dos quais foram traçados perfis eleitorais e construídas as teias de de grupos distintos, para os quais a desinformação foi amplamente disseminada; ação que só foi possível através dos dados obtidos na plataforma.

São exemplos de uso e abusos que as plataformas cometem, por meio do mapeamento e apropriação dos dados dos usuários para o emprego da desinformação, utilizados nos mais diversos setores, empregando dados de usuários para fins escusos, dos quais podem ser usados de forma prejudicial contra o próprio usuário, por meio da tutela dos dados, cedidos nos Termos de Uso e Políticas das plataformas, mesmo que essas infrinjam o direito fundamental (Machado, 2018).

Não satisfeito, em 07 de janeiro de 2025, Zuckerberg da Meta, declarou mudanças nas políticas da empresa, indicando a retirada dos filtros de checagem de conteúdo

do *Facebook* e *Instagram*, substituindo a função por “notas da comunidade”, na qual, os sujeitos passam a classificar os conteúdos sem qualquer rigor ou domínio da temática. A justificativa dada foi de que os moderadores de conteúdos eram “tendenciosos politicamente”, e de que a empresa estava “comprometida com a liberdade de expressão”, a certificação para a moderação de conteúdos era feita via parceria com agências de checagem externas à Meta, essas pessoas verificavam e classificavam os mais diversos conteúdos (desde crime de ódio a pedofilia), a desinformação sinalizada passava a ser movida para baixo do feed dos usuários, ranqueada automaticamente pela plataforma, porém, o conteúdo não era removido.

Com essa mudança, nas políticas da Meta, mesmo após certificada a desinformação, feita livremente pelos usuários, a plataforma não mobiliza esforços para mitigar a livre e ampla propagação desse tipo de conteúdo, tão pouco se preocupa se tal informação vai causar algum dano à saúde de pessoas ou grupos.

São questões preocupantes, pois norteiam a ética, a responsabilidade, a transparência e limites para a prestação de serviços operando no país, mesmo que sejam serviços *online*. No entanto, os instrumentos regulamentares, que se tem atualmente no Brasil são:

- a) Lei n. 13.853, de 2019- dispõe sobre a proteção de dados pessoais e para criar a Autoridade Nacional de Proteção de Dados;
- b) Lei n. 13.709, de 2018- Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);
- c) Lei n.12.965 de 2014- estabelece os princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil;
- d) Lei 12.527 de 2011- de Acesso à Informação, que permite o acesso à informação pública.
- e) Lei n. 5.250 de 1967- Regula a liberdade de manifestação do pensamento e de informação- pode ser aplicada às notícias falsas propagadas por veículos de comunicação.

Porém, esses instrumentos legais não contemplam o cenário dos crimes cometidos nas redes, como o caso da disseminação de conteúdos enganosos, logo, são ineficientes para o efetivo combate e mitigação da desinformação no país, por isso, é necessário pensar em medidas que abarque a responsabilização de ações cometidas nas ou por meio das redes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Fórum Econômico Mundial (2024), indica que há uma preocupação global com o rumo que a desinformação vem tomando, e que essa prática pode enfraquecer governos e fomentar crimes de ódio, protestos violentos, confrontos civis e terrorismo.

Como foi visto, a desinformação afeta várias áreas sociais, causando muitos danos à sociedade, alguns irreparáveis, como a situação da vacinação no Brasil, é crime coletivo à saúde. Portanto, entende-se que é necessário mobilizar esforços para criar um ambiente digital mais seguro e saudável para todos, Fachin, Araújo e Sousa (2020) apresentam três possíveis caminhos:

- a) a) Capacitação e letramento digital das pessoas, no qual os indivíduos precisam ter o hábito e a autonomia para ler e checar a informação antes de repassar adiante; principalmente as crianças e jovens que ainda estão em fase de aprendizado.
- b) b) Criação e ampliação de agências de checagem para mitigar a propagação da desinformação por meio da checagem e rotulagem do conteúdo, a fim de selar e desmentir boatos, *fake news* e desinformações.
- c) c) Criação de leis e instrumentos que possam identificar e punir pessoas, organismos, plataformas, redes sociais e empresas que criam, promovem e disseminam esse tipo de conteúdo na internet.

Mediante ao exposto, há muito o que se fazer, enquanto sociedade, e isso requer um grande empenho coletivo, para ser possível combater a prática de criação e disseminação de desinformação, não pode e não deve ser tolerável que as redes sejam “terras sem leis”.

REFERÊNCIAS

ABE, N. *et al.* Deceiving others: Distinct neural responses of the prefrontal cortex and amygdala in simple fabrication and deception with social interactions. **Journal of Cognitive Neuroscience**, [S.l.], v.19, n.2, p.287- 295, 2007.

ABE, N. The neurobiology of deception: Evidence from neuroimaging and loss-of-function studies. **Current Opinion in Neurology**, [S.l.], v.22, n.6, p.594-600, 2009.

ABE, N. How the brain shapes deception: An integrated review of the literature. **The Neuroscientist**, [S.l.], v.17, n.5, p.560-574, 2011.

ARAÚJO, N.C. FACHIN, J. ARAÚJO, R.F. Fake news e desinformação em saúde no Brasil. **ASKLEPION: Informação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 1-21, e-108, jan./jul., 2025. DOI: <https://doi.org/10.21728/asklepion.2025v4n1e-108>

BRASIL. **Constituição**: República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. 13.853 de 8 de julho de 2019. Altera a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, para dispor sobre a proteção de dados pessoais e para criar a Autoridade Nacional de Proteção de Dados; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, dez. 2019.

BRASIL. lei 13.709 de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). **Diário Oficial da União**, Brasília, ago. 2018.

BRASIL. lei 12.965 de 23 de abril de 2014. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. **Diário Oficial da União**, Brasília, abr. 2014.

BRASIL. lei 12.527 de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, nov. 2011.

BRASIL. Lei n. 5.250, de 09 de fevereiro de 1967. Regula a liberdade de manifestação do pensamento e de informação. **Diário Oficial da União**, Brasília, fev. 1967.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Política Nacional de Humanização - PNH**. Rede Humaniz SUS: Secretaria de Atenção à Saúde: Brasília, DF, 2013. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_humanizacao_pnh_folheto.pdf. Acesso em: 14 jul. 2025.

BRASIL. BUTANTAN. **Maioria dos municípios brasileiros não atingiu a meta de cobertura para vacinas do calendário infantil em 2023**. Butantan, 2024. Disponível em: <https://butantan.gov.br/noticias/maioria-dos-municipios-brasileiros-nao-atingiu-a-meta-de-cobertura-para-vacinas-do-calendario-infantil-em-2023>. Acesso em: 10 jun. 2025.

BRASIL. FIOCRUZ. **Pesquisa revela dados sobre ‘fake news’ relacionadas à Covid-19**. Fiocruz, 2020. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/pesquisa-revela-dados-sobre-fake-news-relacionadas-covid-19>. Acesso em: 14 jul. 2025.

BRASIL. SUSCONNECTA. **O que é desinformação?**. Conselho Nacional de Saúde, jul., 2023. Disponível em: <https://susconnecta.org.br/o-que-e-desinformacao/>. Acesso em: 14 jul. 2025.

BUB, Maria Bettina Camargo. Ética e prática profissional em saúde. **Texto & Contexto: Enfermagem**, SciELO, v.14, n.1, p.65–74, 2005.

CARNEIRO, Ramon Mariano. “Li e aceito”: violações a direitos fundamentais nos termos de uso das plataformas digitais. **Revista Internetlab**, [S.l.], v.1, n.1, fev. 2020.

CNN NEWS. Entenda o escândalo de uso político de dados que derrubou valor do Facebook e o colocou na mira de autoridades. **G1**, mar. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/entenda-oescandalo-de-uso-politico-de-dados-que-derrubou-valor-do-facebook-e-o-colocou-na-mira-de-autoridades.ghhtml>. Acesso em: 02 jul. 2025.

D'ANGELO, Ana. “Meta, Google, X e Tiktok estão lucrando com a destruição da democracia”: denuncia Coalizão Global pela Justiça Tecnológica. Desinformante, 2024. Disponível em: <https://desinformante.com.br/meta-google-tiktok-democracia/>. Acesso em: 13 jul. 2025.

DATAREPORTAL. **Global Headlines: Brasil**. We Are Social, 2024. Disponível em: <https://datareportal.com/reports/digital-2024-brazil?rq=Brasil>. Acesso em: 13 jul. 2025.

FACHIN, Juliana; ARAUJO, Nelma Camelo de; SOUSA, Juliana Carvalho de. Credibilidade de informações em tempos de COVID-19. **Revista Interamericana de Bibliotecología**, [S.l.], v.43, n.3, p.eRf3, 2020. DOI: <https://doi.org/10.17533/udea.rib.v43n3eRf3>

GONÇALVES, Bruno Lunardi. **O direito à proteção de dados na era da hiperconexão**: uma análise empírica dos termos de uso e de privacidade dos aplicativos de celular. 2021, 351f. Dissertação (Mestrado em Direito), Centro Universitário de Brasília- UniCEUB, Brasília, 2021.

HOOTSUITE. **Social Trends**. 2024. Disponível em: https://hootsuite.widen.net/s/mgqjjznhsx/hootsuitsocialtrends2024_report_en. Acesso em: 13 jul. 2025.

IBGE. **Favelas e Comunidades Urbanas**: IBGE muda denominação dos aglomerados subnormais. Agência IBGE, fev. 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-denoticias/noticias/38962-favelas-e-comunidades-urbanas-ibge-muda-denominacao-dos-aglomerados-subnormais>. Acesso em: 13 jul. 2025.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica**: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2011.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LEFEBVRE, C. D. et al. Use of event-related brain potentials (ERPs) to assess eyewitness accuracy and deception. **International Journal of Psychophysiology**, [S.l.], v.73, n.3, p.218-225, 2009.

MACHADO, Joana de Moraes Souza. **Caminhos para a tutela da privacidade a sociedade da informação**: a proteção da pessoa em face da coleta e tratamento de dados pessoais por agentes privados no Brasil. 2014. 186 p. Tese (Doutorado)- Fundação Edson Queiroz, Universidade de Fortaleza, Centro de Ciências Jurídicas, 2014.

MATIAS, D. W. DE S. et al. Mentira: Aspectos Sociais e Neurobiológicos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, [S. l.], v. 31, n. 3, p. 397–401, jul. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-37722015032213397401>

MELO, Liana. Da periferia para o centro do debate no G20. **Colabora**, ago. 2024. Disponível em: <https://projetocolabora.com.br/ods16/g20-favelas-da-periferia-para-o-centro-do-debate/>. Acesso em: 02 jul. 2025.

OLIVEIRA, T. et al. Enfrentando a desinformação relacionada à saúde e ao meio ambiente: uma revisão sistemática. **Journal of Science Communication**, [S.l.], v.23, n.01, 2024. DOI: <https://doi.org/10.22323/2.23010901>

ONU- UNITED NATIONS. Countering Disinformation. 2025. Disponível em: <https://www.un.org/en/countering-disinformation>. Acesso em: 02 jul. 2025.

OPAS. Entenda a infodemia e a desinformação na luta contra a covid-19. **OPAS**: Departamento de Evidência e Inteligência para Ação em Saúde, 2020. Disponível em: https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/52054/Factsheet-Infode-mic_por.pdf?sequence=3. Acesso em: 13 jul. 2025.

PEREIRA, M. E. *et al.* Estereótipos, mentiras e videotape: estudos experimentais sobre a acurácia na identificação da mentira. **Psicologia em Estudo**, [S.l.], v.11, n.1, p.209-218, 2006.

RAMPAZZO, Lino. **Metodologia científica**: para alunos dos cursos de graduação e pósgraduação. 7. ed. São Paulo: Loyola, 2013, 154p.

REZENDE, M. de O. Sistema Único de Saúde (SUS). **UOL**: Mundo Educação, 2024. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/sociologia/sistema-unico-de-saude-sus.htm>. Acesso em: 13 jul. 2025.

ROMERO, Luiz. Não li e concordo. **Super Interessante**, mar. 2017. Disponível em: <https://super.abril.com.br/tecnologia/nao-li-e-concordo>. Acesso em: 13 jul. 2025.

SANZ, Raphael. Periferias brasileiras: 94 milhões admitem já ter acreditado em fake news. **Revista Fórum**: Data Favela, jul., 2024. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/brasil/2024/7/5/periferias-brasileiras-94-milhesadmitem-ja-ter-acreditado-em-fake-news-161660.html>. Acesso em: 02 jul. 2025.

SÃO PAULO. **O que é o SUS?** Prefeitura de São Bernardo do Campo. 2024. Disponível em: <https://www.saobernardo.sp.gov.br/o-que-e-o-sus>. Acesso em: 20 fev. 2025.

SILVA, Renato; SANTOS, Roney; ALMEIDA, Tiago; PARDO, Tiago. Towards automatically filtering fake news in Portuguese. **Expert Systems with Application**, [S.l.], v.146, n.15, e-p. 13199, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.eswa.2020.11319>

WORD ECONOMIC FORUM. **The Global Risks Report 2024**. Cologny/Geneva Switzerland: World Economic, 2024. Disponível em: https://www3.weforum.org/docs/WEF_The_Global_Risks_Report_2024.pdf Acesso em: 10 jul. 2025.